

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARINA GOMES DOS SANTOS**

**FORMAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA DE PROFESSORES  
DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO: UMA HISTÓRIA  
DE 1964 A 2000**

**VITÓRIA  
2013**

**MARINA GOMES DOS SANTOS**

**FORMAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA DE PROFESSORES  
DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO: UMA HISTÓRIA  
DE 1964 A 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de Educação e Linguagens: Linguagem Matemática.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Arantes Sad.

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial de Educação,  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S237f Santos, Marina Gomes dos, 1987-  
Formação superior específica de professores de matemática  
no Espírito Santo : uma história de 1964 a 2000 / Marina Gomes  
dos Santos. – 2013.  
187 f. : il.

Orientador: Lígia Arantes Sad.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Ensino superior – Matemática – Espírito Santo (Estado) –  
História. 2. História – Matemática. 3. Licenciatura – Matemática.  
4. Professores – Formação. I. Sad, Lígia Arantes. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.  
Título.

CDU: 37

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

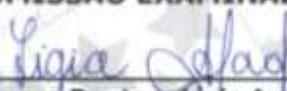
**MARINA GOMES DOS SANTOS**


**FORMAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA PARA  
PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO  
SANTO: UMA HISTÓRIA DE 1964 a 2000**

Dissertação apresentada ao  
Curso de Mestrado em  
Educação da Universidade  
Federal do Espírito Santo  
como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Mestre  
em Educação.

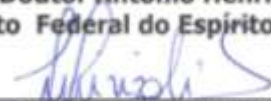
Aprovada em 17 de Dezembro de 2013

**COMISSÃO EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Ligia Arantes Sad  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Regina Helena Silva Simões  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Antonio Henrique Pinto  
Instituto Federal do Espírito Santo

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Lucieli Maria Trivizoli  
Universidade Estadual de Maringá

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, que sempre foi meu apoio, minha base, meu porto seguro em todos os momentos.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Arantes Sad, orientadora, pelo carinho, cuidado e paciência incondicional em acompanhar, sonhar e conduzir esse trabalho. Pelos apontamentos seguros, pelas observações tão valiosas, pelas correções tão caras e necessárias.

À família da professora Myrtha Salloker Fayet, pela doação do acervo pessoal dessa professora, pelo voto de confiança e auxílio que sempre demonstraram ao contribuir com esta pesquisa.

Aos entrevistados, pela gentileza e interesse que sempre expressaram ao narrar suas tão particulares memórias, pela disposição na revisão das entrevistas, possibilitando outros olhares, outras lacunas, favorecendo à escrita de uma história constituída de emoções humanas.

Ao Colegiado de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Alegre, e, ao Centro Universitário São Camilo, em Cachoeiro de Itapemirim, pela gentileza em conceder os arquivos para comporem este trabalho.

Aos amigos que fiz nesse período, pelas ricas contribuições, pelas palavras tão gentis, pelos conhecimentos compartilhados, enfim, por tudo que foi vivenciado nessa fase.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela ajuda financeira concedida através da bolsa de estudo no decorrer deste trabalho. Sem esse apoio, os caminhos trilhados até aqui seriam mais difíceis.

“[...] Em suas páginas de pesquisa, as linhas, cujo traçado é ditado pelos fatos do passado, jamais serão retas; ela só encontrará linhas curvas e também serão curvas as que, por extrapolação, ela tentará prolongar na incerteza do tempo”.

Marc Bloch

## RESUMO

O estudo analisa a constituição histórica dos cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo, no período de 1964 a 2000. Utiliza, como recortes temporais, a criação do curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, ocorrida em 1964, e o período de expansão desses cursos em território espiritossantense, no final do século XX. Inserido em uma esfera histórica, mais especificamente, da História da Matemática, esse estudo baseou-se na análise documental. Utiliza como fontes: grades curriculares, ementas de curso, relatório de matéria lecionada, quadro de aulas, alunos e professores, livros de notas e matrículas, legislações, artigos, livros, imagens, revistas, jornais, e, entrevistas com pessoas que vivenciaram o movimento de constituição dos cursos de Matemática no Espírito Santo. Descreve um panorama histórico em nível nacional acerca dos aspectos que tangenciaram a constituição de cursos de Matemática. Essa pesquisa é enriquecida com articulações do contexto político educacional em âmbito nacional e regional, que propiciaram a criação de instituições de ensino superior no Espírito Santo. Destaca o processo de criação e implantação do curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, e, de cursos específicos devotados à formação de professores de Matemática em outras regiões do Estado. As proposições de Marc Bloch possibilitaram uma reflexão e crítica acerca dos objetos da pesquisa. Dentre os aspectos analisados, estão: o contexto, o processo de criação, implantação e expansão dos cursos de Matemática no Espírito Santo, os docentes imersos nesses processos, entre outros. As considerações finais destacam que apesar de quase meio século de existência no Espírito Santo e da carência de profissionais habilitados à docência nos diferentes níveis de ensino, a quantidade de cursos de Matemática ainda está aquém da demanda em número de graduações oferecidas. Além disso, os cursos de licenciatura em Matemática precisam se preocupar com seu importante papel de propiciar uma maior qualidade educacional.

Palavras-chave: História da Matemática. Formação Superior. História dos cursos de Matemática no Espírito Santo. Formação de Professores.

## **ABSTRACT**

The research analyses the history of higher education in specific training of mathematics teachers in Espírito Santo State, during the years 1964 up to 2000. The study uses such as cutouts time, the application of mathematics courses at the Faculty of Philosophy, Sciences and Modern Languages of Espírito Santo which occurred in 1964, and the period of expansion of these courses in territory Espiritosantense in the late 20th century. Housed in a historical sphere, more specifically, the History of Mathematics, this study was based on documentary analysis. It was used as resources: curricula grades, course menus, reporting of taught classes, students and teachers, books, pictures, notes and files, legislation, articles, magazines, newspapers, and interviews with people who experienced movement of constitution of Math courses in Espírito Santo. Describes a historical overview at national level about the aspects that targeted the constitution of Math courses. This research is enriched with joints of educational policy context at national and regional, which enabled the establishment of higher education institutions in Espírito Santo. It highlights the process of creation and implementation of Math courses at the Faculty of Philosophy, Sciences and Modern Languages of Espírito Santo State, and specific courses turned to the training of Mathematics teachers in other regions of the State. The proposals of Marc Bloch has enabled critical reflection and matters of the research. Among the issues examined are: the context, the process of creation, deployment and expansion of math courses in Espírito Santo, the teachers immersed in these processes, among others. The final considerations highlight that despite nearly half a century in Espírito Santo and the lack of qualified professionals to teaching at different levels of education, the number of courses in Math is still behind of demand in the number of underdegrees offered. In addition, undergraduate courses in Mathematics need to worry about their important role in providing greater educational quality.

**Keywords:** History of Mathematics. Higher Education. History of Mathematics courses in Espírito Santo State. Teacher Training.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01 –</b>	Recortes de notícias sobre o início das atividades na FAFI.....	<b>73</b>
<b>Figura 02 –</b>	Prova de Português dos primeiros exames vestibulares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - 06/08/1953.....	<b>74</b>
<b>Figura 03 –</b>	Prédio do antigo Grupo Escolar Gomes Cardim, atual FAFI, na esquina da Av. Jerônimo Monteiro com a Rua Barão de Itapemirim.....	<b>75</b>
<b>Figura 04 –</b>	Carteira da CADES.....	<b>94</b>
<b>Figura 05 –</b>	Modelo da carteira do curso de Didática.....	<b>99</b>
<b>Figura 06 –</b>	Prova de Matemática do 1º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI em 1965.....	<b>105</b>
<b>Figura 07 –</b>	Prova de Matemática do 2º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI em 1965.....	<b>106</b>
<b>Figura 08 –</b>	Capa do manual que compila todas as provas dos concursos para o curso de Matemática da FAFI no período de 1965 a 1969.....	<b>107</b>
<b>Figura 09 –</b>	Página do Diário da disciplina de Análise Matemática da 1ª turma do curso de Matemática de 1965.....	<b>108</b>
<b>Figura 10 –</b>	Livro nº 56 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, intitulado: “Inscrição do Vestibular para o curso de Matematica”.....	<b>110</b>
<b>Figura 11 –</b>	Observações do quadro de exames vestibulares do curso de Matemática.....	<b>113</b>
<b>Figura 12 –</b>	Ofício 6/67 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras solicitando o reconhecimento junto ao MEC dos cursos de Ciências Biológicas e Matemática.....	<b>114</b>
<b>Figura 13 –</b>	Primeira página do Parecer nº 888/68, acerca do reconhecimento dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas.....	<b>115</b>

<b>Figura 14 –</b>	Capa do Anuário de 1963 - 1964, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, da Universidade Católica de São Paulo.....	<b>119</b>
<b>Figura 15 –</b>	Prédio onde se encontra instalado o Colegiado de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória.....	<b>134</b>
<b>Figura 16 –</b>	Mapa do estado do Espírito Santo, com realce para os municípios que ofereceram cursos de formação específica de professores de Matemática até 2000.....	<b>141</b>
<b>Figura 17 –</b>	Fachada do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em Cachoeiro de Itapemirim.....	<b>143</b>
<b>Figura 18 –</b>	Decreto que concedeu reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”.....	<b>146</b>
<b>Figura 19 –</b>	Fachada da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre.....	<b>151</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01 –</b>	Número de inscritos por ano nos Concursos de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI, no período de 1966 a 1971.....	<b>110</b>
<b>Tabela 02 –</b>	Número de alunos matriculados por série no curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no período de 1966 a 1973 .....	<b>111</b>
<b>Tabela 03 –</b>	Número de alunos matriculados por série no curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 a 2000.....	<b>156</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01 –</b>	Amostra da seleção de trechos das entrevistas sobre os primeiros cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no ES – 1964 a 2000.....	<b>47</b>
<b>Quadro 02 –</b>	Relação de disciplinas por série para o curso de Matemática na modalidade de licenciatura e bacharelado em 1965.....	<b>117</b>
<b>Quadro 03 –</b>	Relação de disciplinas por série para o curso de Matemática na modalidade licenciatura no período de 1966 a 1969.....	<b>120</b>
<b>Quadro 04 –</b>	Relação nominal de docentes, sua respectiva formação em nível de graduação e a disciplina ministrada no curso de Matemática entre 1965 e 1970.....	<b>124</b>
<b>Quadro 05 –</b>	Relação nominal dos auxiliares de ensino do curso de Matemática, segundo a disciplina que se vinculavam e sua respectiva graduação.....	<b>128</b>
<b>Quadro 06 –</b>	Relação contendo as disciplinas ofertadas no regime seriado, em 1971, e, no regime de créditos a partir de 1972.....	<b>132</b>
<b>Quadro 07 –</b>	Grade curricular do curso de licenciatura em Matemática nos anos de 1985 e 1991.....	<b>139</b>
<b>Quadro 08 –</b>	Disciplinas ministradas no curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em 1969.....	<b>144</b>
<b>Quadro 09 –</b>	Disciplinas ministradas no curso de Ciências para o 1º grau, da FAFI Cachoeiro, no período de 1973 a 1989.....	<b>147</b>
<b>Quadro 10 –</b>	Disciplinas ministradas no curso de Ciências Habilitação: Matemática de 2º grau, no período de 1975 a 1976.....	<b>148</b>
<b>Quadro 11 –</b>	Grade curricular para o curso de Ciências 1º ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre, no período de 1973 a 1976.....	<b>152</b>
<b>Quadro 12 –</b>	Grade curricular semestral da FAFIA para o curso de Ciências Licenciatura de 1º grau, no período de 1977 até 1986.....	<b>153</b>

<b>Quadro 13 –</b>	Grade curricular para o curso de licenciatura plena em Ciências: Habilitação em Matemática da FAFIA no período de 1992 até 1995.....	<b>154</b>
<b>Quadro 14 –</b>	Demonstrativo das instituições de ensino superior que ofereciam curso de Matemática no período de 2000 a 2011.....	<b>158</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

CCE – Centro de Ciências Exatas.

CEG – Centro de Estudos Gerais.

CEEs – Conselhos Estaduais de Educação.

CEM – Centro de Estudos Matemáticos.

CEUNES – Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo.

COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos.

EPUFES – Escola Politécnica da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo.

IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo.

FAFIA – Faculdade de Filosofia de Alegre.

FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia.

FUCAPE – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria de Ensino.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

UDF – Universidade do Distrito Federal.

UES – Universidade do Espírito Santo.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

UMG – Universidade de Minas Gerais.

USAID – United States Agency for International Development.

USP – Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>ESTUDOS, REVISÕES E SUAS SINGULARIDADES.....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>MOVIMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>ENSINO SUPERIOR NO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>54</b>
4.1	ANTECEDENTES E CONTEXTO DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	54
4.2	A FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS – FAFI.....	71
4.3	INCORPORAÇÃO DA FAFI COM A CRIAÇÃO DA UFES.....	79
5	CURSO SUPERIOR DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO.....	90
5.1	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA FAFI.....	90
5.1.1	Professores precursores.....	95
5.1.2	Ações iniciais para criação e implantação do 1º curso de Matemática do Espírito Santo.....	103
5.1.3	Elementos curriculares.....	116
5.1.4	Docentes e auxiliares de ensino do curso de Matemática da/na FAFI.....	123
5.2	CURSO DE MATEMÁTICA NA UFES (1971 – 2000).....	130
5.3	FORMAÇÃO SUPERIOR EM MATEMÁTICA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS “MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ” E FAFIA – ALEGRE.....	141
5.4	EXPANSÃO DE CURSOS DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO.....	157
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>182</b>

<b>APÊNDICE A – Quadro demonstrativo das instituições de ensino superior por ano de início de funcionamento (município, grau, turno, vagas, periodicidade e carga horária mínima) que criaram curso superior específico de Matemática, desde 1965 a 2011.....</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE B – Modelo do questionário utilizado nas entrevistas.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE C – Modelo do termo de autorização utilizado para as entrevistas.....</b>	<b>187</b>



## 1 INTRODUÇÃO

*“[...] O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história [...]” (LE GOFF, 2003, p. 25).*

A importância que o passado tem na compreensão do presente e, as ressonâncias que no presente são encontradas do passado, não são suficientes para nos eximir de perguntas como: por que é tão importante conhecer e aprender sobre o passado? Por que cada vez mais encontramos pesquisadores debruçados sobre os estudos históricos, nas mais diferentes áreas do conhecimento? Uma resposta pode-se encontrar nas palavras de Le Goff, para quem “[...] o interesse no passado está em esclarecer o presente [...]” (2003, p.13). Em convergência, Bloch justifica que “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar o presente; compromete, no presente, a própria ação” (2001, p.63). Assim, dentro da perspectiva de investigação histórica da educação brasileira, existe o interesse em buscar compreender como vem se constituindo a formação em nível superior do professor de Matemática em âmbito nacional, e, no caso deste trabalho, mais especificamente, em solo espiritossantense, é uma oportunidade e um desafio que resolvemos abraçar.

Lançando olhares mais específicos, não apenas em âmbito nacional, mas também, em solo capixaba, quais aproximações e afastamentos podem ser percebidos a respeito da instituição de uma formação específica em nível superior de professores de Matemática? Em que ano essa formação fora instituída? Como era composto o corpo docente para ministrarem essas aulas? Diante dos questionamentos, lacunas e falta de material acerca dos cursos superiores de formação de professores de Matemática em território espiritossantense, este trabalho de base histórica levanta a seguinte questão: ***Como se constituiu historicamente os cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo até o século XX?***

Com o propósito de investigar, compreender, refletir e buscar resposta(s) acerca dessa questão, esta pesquisa apresenta como objetivo geral analisar historicamente o processo de criação e consolidação dos cursos específicos em nível superior de

formação de professores de Matemática do/no Espírito Santo. Seus objetivos específicos são:

- ❖ Identificar e analisar as instituições que ofereceram cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo criadas até o século XX.
- ❖ Investigar sobre o contexto de criação desses cursos específicos em nível superior de formação de professores de Matemática no Espírito Santo.
- ❖ Compreender como se delineou a formação de professores no processo de criação e consolidação desses cursos específicos à formação de docentes em Matemática no Espírito Santo.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho buscou, portanto, escrever uma história a respeito dos primeiros cursos específicos de formação superior de professores de Matemática instalados em território espiritossantense. O recorte temporal tem como período o ano de 1964, ano de criação do primeiro curso de Matemática no estado, até o final do século XX, período de expansão dos cursos de formação superior de professores de Matemática em território capixaba, tanto oriundos da iniciativa federal quanto particular<sup>1</sup>. Além disso, o trabalho buscou evidenciar o contexto nacional e estadual em que estes cursos foram instalados.

No Brasil, a formação em nível superior que tinha como objetivo específico formar professores de Matemática para atuar em nível secundário, principiou-se na década de 1930, primeiro na cidade de São Paulo e depois na cidade do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, esse tipo de formação começou a ser oferecida a partir da década de 1960. Tal começo pode ser considerado tardio, se analisarmos a colonização do Brasil e, com ela, as necessidades educativas iniciadas no século XVI. Mas, analisando o processo de construção do sistema educacional brasileiro, percebemos que existiram algumas peculiaridades que dificultaram e retardaram a implantação de um sistema educacional de formação em nível superior de âmbito nacional. Ao

---

<sup>1</sup> Essa expansão pode ser observada no APÊNDICE A, a partir de 1965. Esse apêndice contempla um quadro construído pela pesquisadora a partir de dados extraídos do site do MEC, acerca da oferta de cursos de Matemática em nível de graduação no estado do Espírito Santo.

estudarmos a história de formação de professores nos séculos que se seguiram a colonização, é necessário observar a educação dos profissionais docentes que lecionavam a disciplina de Matemática em nível secundário e superior até a constituição de cursos específicos para esse fim. Posto que, suas diferentes formações, motivações e preocupações com o ensino e aprendizagem da Matemática contribuíram para abertura de caminhos à criação de cursos próprios.

Como forma de entender esse processo, que se delineou até a constituição de uma formação específica de professores de Matemática no Brasil, a seguir apresenta-se um panorama em âmbito histórico dessa constituição.

As primeiras instituições de ensino, de um modo geral, foram instituídas no Brasil por religiosos, por volta da metade do século XVI. Segundo Cunha (2007a), dentre as ordens religiosas que se instalaram no Brasil, foi notório a presença a Companhia de Jesus, visto a quantidade de religiosos, sua relevância e organização. Os estabelecimentos de ensino eram seminários e colégios, sendo que estes ofereciam o ensino das primeiras letras e o ensino secundário, sem o objetivo exclusivo de formação religiosa<sup>2</sup>. Regendo as cadeiras, como docentes nesses colégios, estavam pessoas com formação religiosa, “[...] uma vez que, só colocava na função, religiosos que tinham passado por cursos de formação superior [...]” (RAMOS, 2011).

Em 1553, começa a funcionar no colégio jesuíta da Bahia, o curso de Humanidades. Esse curso tinha duração de dois anos e compreendia o ensino da Gramática, da Retórica e das Humanidades. No Brasil, algumas disciplinas foram substituídas pelo ensino tupi-guarani, visto que, se algum dos estudantes viesse a se tornar padre, precisava dominar bem o idioma, para continuar o trabalho com os índios, alvo das missões. Por volta de 1572, alguns desses colégios começaram a oferecer cursos de ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também conhecido como curso de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos, e, conferia o

---

<sup>2</sup> Cunha (2007a, p.25), destaca que esses colégios eram reservados de modo especial para formar os quadros de oficiais da Justiça, da Fazenda e da Administração, além de ilustrar as classes dominantes do local.

grau de bacharel ou licenciado a seus concluintes. Seu currículo<sup>3</sup> abarcava o ensino de Lógica, Física, Matemática, Ética e Metafísica. O curso de Teologia, por sua vez, destinado a formar religiosos, tinha duração de quatro anos e conferia o grau de doutor aos que se diplomassem (CUNHA, 2007a; SAVIANI, 2010). Silva (2003) destaca que os cursos de Artes e de Teologia oferecidos no Brasil eram concebidos como de nível mais avançado, mas, não de nível superior, visto que, durante vários anos a Corte não reconheceu os graus acadêmicos conferidos por estes, o que causava alguns impedimentos aos alunos que desejavam prosseguir os estudos na Universidade de Coimbra. Sendo assim, os jovens que iam estudar na metrópole portuguesa, acabavam sendo obrigados a repetir todo o curso de Artes ou prestar um exame de equivalência para fazer algum curso oferecido pela Universidade de Coimbra.

Com a criação de colégios no Brasil pela Companhia de Jesus, o ensino de uma Matemática sistematizada acaba sendo instituída pelos jesuítas. Tais estudos no campo da Matemática conduziram esses religiosos, em meados do século XVIII, a criar no colégio de Salvador, uma faculdade de Matemática. Nessa faculdade, entre outros conteúdos, ministrava-se o ensino de geometria euclidiana, perspectiva, trigonometria, razão, proporção, juros, e alguns tipos de equações algébricas (SILVA, 2003). As tentativas dos jesuítas não se resumiram apenas na criação de cursos básicos e faculdades isoladas no Brasil. Existiram, também, tentativas de criação de uma universidade, mas a Corte não concedeu autorização para que o pedido fosse realizado. Para Fávero (2006), essa negativa era reflexo da política de uma colonização dominadora instalada pela metrópole na colônia. Cunha (2007a) nos conduz a compreender essa negativa por diferentes âmbitos. Primeiro, se o objetivo de Portugal fosse monopolizar o ensino superior, não teriam sido criados e/ou reformados tantos cursos de Filosofia ou Teologia em território brasileiro. Segundo, foi o fato de que nesse período Portugal contava com apenas duas faculdades, a saber: a Faculdade de Coimbra e Faculdade de Évora, sendo que a última era de pequeno porte. Assim, dispor de docentes para lecionar nas colônias não seria interessante, pois, provavelmente afetaria o ensino superior em Portugal.

---

<sup>3</sup> Entendia-se por currículo a lista de matérias que eram lecionadas em um curso.

No final do XVIII, mais precisamente em 1750, a situação política e financeira de Portugal era bastante delicada. Isso porque, além da queda do preço e da produção do açúcar, houve aumento das reservas deste produto e do tabaco nos armazéns, gerada pela falta de compradores. O governo ainda tinha que lidar com as relações conflituosas entre as ordens religiosas e a nobreza. Assim, com o intuito de reverter essa situação e enfrentar a crise econômica, o rei na época, Dom José I, nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>4</sup> – mais conhecido como Marquês de Pombal –, para ministro. A política impressa por Pombal consistia em um conjunto de medidas que visavam retirar Portugal da situação de dependência que se encontrava em relação à Inglaterra, e, criar condições para que o país iniciasse seu processo de industrialização. “[...] Era, em suma, uma tentativa de superar a dominação, tornando-se igual ao dominador, assimilando aquilo que lhe dava força para dominar: o poderio econômico” (CUNHA, 2007a, p. 40).

Para a realização dessa proposta, Pombal contava com o apoio do funcionalismo, dos comerciantes e de parte da nobreza. Entre os objetivos dessa nova política, destacava-se o incentivo à acumulação de capital público e privado através da concessão do monopólio do comércio de alguns bens. Tais objetivos para serem alcançados necessitavam que o Estado aumentasse seu poder. Fato que levou a Corte portuguesa a exigir que a Companhia de Jesus ensinasse português aos indígenas, uma vez que, esses eram catequizados em uma "língua geral" (Cunha, 2007a, p.42), dificultando integrá-los na economia como força de trabalho. Além disso, existia uma tentativa de acabar com o comércio que os religiosos praticavam com alguns produtos da colônia, visto que, como eles estavam dispensados do pagamento de impostos, em nada contribuíam para o aumento do tesouro real. Destarte, a perseguição impressa por Pombal aos jesuítas representava a “[...]”

---

<sup>4</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 1699. Sua família apesar de ser de origem nobre, não era rica. Sua ascensão social não se deu por meio do nascimento, mas sim, pelas posses e cargos ocupados. Assim Carvalho e Melo se situava entre a nobreza e a burguesia. Com quase 40 anos, foi para a corte inglesa, onde permaneceu por quase cinco anos, trabalhando como diplomata. Ao voltar para Portugal, foi enviado na mesma função para uma missão na Áustria. Em 1750, foi nomeado pelo rei português, Dom José I, como ministro responsável pela Secretaria Exterior e da Guerra. Posteriormente, assumiu o posto mais alto do governo, o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino. Alguns anos depois, recebe o título de Conde de Oeiras e mais tarde tornou-se o Marquês de Pombal. Em 1777, após a morte de Dom José I, Pombal foi demitido e exilado de Portugal (SAVIANI, 2010).

tentativa de reforçar o poder do Estado como condição para o atingimento daqueles objetivos” (CUNHA, 2007a, p. 41).

A submissão imposta a Companhia de Jesus em termos políticos e econômicos, conduziu os religiosos a insuflar pequenos comerciantes que também foram prejudicados com as políticas estabelecidas na gestão de Pombal. Essa conduta, juntamente com algumas outras, culminaram com a expulsão dos jesuítas em 1759, de todo território português, incluindo as colônias pertencentes a Portugal (Cunha, 2007a). Esse afastamento dos religiosos produziu ressonâncias no contexto da época. No que tange ao cenário da educacional, essa partida suscitou mudanças no sistema de ensino nos diferentes níveis.

Os colégios, os escravos, as residências e as propriedades rurais pertencentes à Companhia de Jesus, tiveram destinos diferentes, depois de sua expulsão. Em alguns casos, as instituições de ensino foram fechadas e parte desse patrimônio leiloado e vendido para particulares. Outra parte continuou servindo para abrigar escolas, que ficaram sob a responsabilidade de outras ordens religiosas. Segundo Cunha (2007a, p. 52), “a expulsão dos jesuítas provocou a desarticulação do sistema educacional escolar da Colônia [...]”. Mas é notório observar também, que essa mudança deu lugar a novos currículos, novos métodos e a uma estrutura de educação escolar diferente da que estava posta até então. Como exemplo, a introdução de aulas régias<sup>5</sup> a serem mantidas pela Coroa.

Em 1808, a chegada da Corte e da nobreza portuguesa impulsionou transformações no território brasileiro, isso porque, era necessário que a colônia dispusesse de uma infraestrutura adequada para receber esse novo contingente que aqui se instalava. Diferentes estabelecimentos foram criados, e o ensino no Brasil também passou por transformações. Foram instituídos cursos de nível médio, nível superior e militar,

---

<sup>5</sup> As aulas régias segundo Saviani (2010, p.108), “[...] Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si”. Além disso, cada aula se identificava com uma determinada cadeira, e, em alguns casos, elas funcionavam na casa dos próprios professores. Introduzidas na reforma dos “estudos menores” (SAVIANI, 2010, p.82), a partir de 1759, essas aulas correspondiam ao ensino primário e secundário. No Brasil, foram criadas aulas régias de ler, escrever e contar – correspondendo ao ensino primário –; Latim, Grego, Filosofia e Retórica ou estudo de humanidades – correspondendo ao ensino secundário. No que tange as aulas régias de humanidades, destaca-se que tinham como objetivo conduzir alguns de seus estudantes ao ingresso na universidade.

todos com o objetivo de propiciar um ambiente parecido com o vivido pela Corte em Portugal. Nesse sentido, Cunha (2010) menciona que o ensino superior no Brasil, nasceu sob o signo do Estado Nacional e dentro das fronteiras da dependência econômica e cultural que Portugal mantinha com a Inglaterra e França, respectivamente.

Os cursos de nível superior instalados no Brasil, em 1808, tinham caráter profissionalizante<sup>6</sup>. Eles funcionavam no sistema de cátedras<sup>7</sup> isoladas, que mais tarde se transformaram em escolas, academias e faculdades. Seu principal objetivo era atender as elites e as necessidades da Corte (GHIRALDELLI JR, 2009). Dentre essas instituições, é importante mencionar a criação da Academia Real Militar<sup>8</sup>, pela Carta Lei de 4 de dezembro de 1810. Isso porque, essa instituição “[...] representou um importante avanço para o Brasil, [pois,] por meio dela, houve a possibilidade institucional de ser ministrado no país, o ensino de ciências e da técnica [...]” (SILVA, 2003, p.32). Sua instalação proporcionou a criação dos cursos de Ciências Matemáticas e de Ciências de Observação<sup>9</sup>. Sad (2011, p. 115) destaca que nos cursos oferecidos pela Academia “[...] se observa o predomínio das áreas de ciências exatas, na qual a matemática era predominante [...]”. O curso ministrado pela Academia Real Militar tinha duração de sete anos, divididos em quatro primeiros anos básicos – o chamado Curso Matemático – e os três últimos, reservados às especialidades práticas das engenharias e das atividades militares. Esse curso formou os primeiros “engenheiros-matemáticos” (SILVA, 2003, p.34) do/no Brasil. As disciplinas em sua maioria eram ministradas por brasileiros com titulação de bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra.

Para atender as necessidades vigentes no país, concernente à demanda pela formação de profissionais na área de Engenharia Civil, a Academia Real Militar

---

<sup>6</sup> Os primeiros cursos de nível superior foram instalados na Bahia e no Rio de Janeiro, ambos na área de medicina, e, em 1810, na área de engenharia, no interior da Academia Real Militar, do Rio de Janeiro. Em 1827, foram instituídos os cursos jurídicos, instalados nas cidades de Olinda e São Paulo.

<sup>7</sup> “[...] Unidades de ensino de extrema simplicidade, formadas por professores que, com seus próprios meios, ensinavam seus alunos [...]” (CUNHA, 2010, p.154).

<sup>8</sup> De acordo com a Carta Lei (BRASIL, 1810), a academia Real Militar era uma instituição de ensino e regime militar, cujo principal objetivo era formar oficiais de artilharia, infantaria, cavalaria, engenharia, geógrafos e topógrafos, para servir à Corte nas minas, na construção de estradas, canais, portos, etc

<sup>9</sup> Carta Lei de 4 de dezembro de 1810.

passou por várias transformações e denominações, até que em 1874, sob o Decreto 5.600, recebeu a denominação de Escola Politécnica. Essa instituição era exclusiva para o ensino de Engenharia, voltada para fins não bélicos. Ou seja, a partir de então, o ensino militar foi desvinculado do ensino de engenharia, passando o primeiro a ser ministrado apenas nas instituições militares. Nessa nova instituição começaram a ser oferecidos: um curso geral<sup>10</sup>, com duração de dois anos, e, seis cursos especiais<sup>11</sup>, todos, com duração de três anos. Entre os cursos especiais destaca-se a inserção do curso de Ciências Físicas e Matemáticas.

Outras reformulações foram realizadas na Escola Politécnica, transformando-a em 1896, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. No período entre 1811 e 1875, Silva (2003) menciona que a formação superior em matemática esteve restrita a cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1876, novas instituições passaram a integrar o pequeno quadro de estabelecimentos de ensino superior do Brasil, a saber: a Escola de Minas de Ouro Preto, e, a Escola Politécnica de São Paulo, em 1894. Segundo esse mesmo autor, até as primeiras décadas da Primeira República, essas escolas formavam o rol de instituições que ofereciam algum tipo de formação de nível superior em Matemática no território brasileiro.

Outro elemento que merece destaque neste panorama do século XIX foi a instituição dos primeiros cursos destinados à formação de professores para o ensino primário no Brasil. O primeiro, criado na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, em 1835, e depois, na Bahia, São Paulo e Minas Gerais (VILLELA, 2011). Até o início do século XX não foram encontrados cursos especificamente voltados à área de Matemática, destinados a formação em nível superior de professores para o ensino secundário. Segundo D'Ambrosio (2008) e Silva (2002) os professores que atuavam no ensino

---

<sup>10</sup> O curso geral era obrigatório a todos os alunos que ingressassem na Escola Politécnica. Seu currículo era composto pelas seguintes disciplinas: 1º ano – Álgebra (estudo das equações algébricas e dos logaritmos), Geometria no Espaço, Trigonometria Retilínea, Geometria Analítica, Física Experimental, Meteorologia, Desenho Geométrico e Topográfico. 2º ano – Cálculo Diferencial e Integral, Mecânica Racional e Aplicada às Máquinas Elementares, Geometria Descritiva (primeira parte), Trabalhos Gráficos, Química Inorgânica, Noções Gerais de Mineralogia, Botânica e Zoologia (BRASIL, 1874).

<sup>11</sup> Os cursos especiais eram: 1º – Curso de Ciências Físicas e Naturais; 2º – Curso de Ciências Físicas e Matemáticas; 3º – Curso de Engenheiros Geógrafos; 4º – Curso de Engenharia Civil; 5º – Curso de Minas; e o 6º – Curso de Manufaturas (BRASIL, 1874).



secundário lecionando Matemática até essa época, eram pessoas formadas pelas escolas politécnicas, escolas militares ou similares, e, em alguns casos leigos.

Aos poucos, no começo do século XX, outros cursos voltados para formação de professores foram sendo implantados no Brasil. Além disso, também foram criadas as primeiras instituições universitárias, a saber: a Universidade de Manaus, em 1909; a Universidade de São Paulo, em 1911; e a Universidade do Paraná, em 1912. Segundo Schwartzman (2001, p.9), “[...] dessas primeiras universidades nenhuma foi mais que um simples aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições [...]”.

Em 1930 o contexto político do Brasil era bastante complexo. O país estava vivendo um período de transição do regime oligárquico agroexportador<sup>12</sup> para um regime crescente centrado em processos de industrialização e urbanização. Tais processos de modernização e urbanização conduziram a um crescimento dos setores de serviços, que por sua vez, exigiram outra organização educacional que acompanhasse todo o período vigente no país (GHIRALDELLI JR, 2009). Entre as transformações ocorridas, podemos destacar a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a gestão do mineiro Francisco Campos. Neste ministério, Francisco Campos instituiu deliberações para o ensino secundário, comercial e superior, que mais tarde ficaram conhecidas como Reforma Campos.

Entre as deliberações, o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, explicitava como seria organizada a Universidade no Brasil. Diferente dos decretos anteriores, neste, foi estabelecida a criação de uma instituição voltada para a formação de docentes. O decreto estabelecia que a Universidade do Brasil fosse constituída da congregação de no mínimo três estabelecimentos de ensino superior, a saber: a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras<sup>13</sup>. Segundo os moldes desse decreto e sob a deliberação do Decreto 19.852, a Universidade do Rio de Janeiro foi organizada a partir da

---

<sup>12</sup> O regime oligárquico agroexportador era um regime sustentado pela economia agrícola cafeeira.

<sup>13</sup> Art. nº 5, do Decreto nº 19.851.

aglutinação de institutos superiores<sup>14</sup> já funcionando em diferentes localidades e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras – criada pelo decreto anteriormente mencionado –. Sob a legislação do Decreto 19.852, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras tinha a função de ministrar

[...] o ensino superior de diversas disciplinas com os objetivos de ampliar a cultura no domínio das ciências puras; de promover e facilitar a prática de investigações originais; de desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; de sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais (BRASIL, 1931, art. 196).

Desse modo, conjectura-se que se estabelecia no Brasil, por meios legais, uma formação específica em nível superior destinada a atender o ensino secundário.

Mesmo sendo autorizada a iniciar suas atividades por um decreto federal, a Universidade do Rio de Janeiro permaneceu existindo somente no papel. Em 1934, é criada por meio de um decreto estadual<sup>15</sup> a Universidade de São Paulo – USP, a primeira instituição universitária a funcionar em território brasileiro seguindo o modelo instituído pela Reforma Campos. A USP nasceu da aglutinação da Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina – todas já em atividade na época – e da criação de uma nova instituição, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL. Esta nova faculdade foi organizada “[...] muito no espírito da *École Normale Supérieure*, [...], [e] seria a *celula mater* da Universidade de São Paulo”. (D’AMBROSIO, 2008, p.73, grifo do autor). A FFCL da USP estava dividida três seções: Filosofia<sup>16</sup>, Ciências<sup>17</sup> e Letras<sup>18</sup>. Na seção de Ciências, o curso de Matemática tinha duração de três anos, compreendendo um total de 12 disciplinas a serem cursadas. Ao final do curso, os alunos que optassem por se tornar professores em nível secundário, deveriam cursar mais um ano de disciplinas pedagógicas. Silva (2003, p.50) comenta que

<sup>14</sup> A saber: a Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola Politécnica; Escola de Minas; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Odontologia; Escola Nacional de Belas Artes; e o Instituto Nacional de Música.

<sup>15</sup> Decreto Estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934.

<sup>16</sup> Responsável pelo curso de Filosofia.

<sup>17</sup> Composta pelos cursos de Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, História e Geografia, e, Ciências Sociais e Políticas.

<sup>18</sup> Abrangendo os cursos de Letras que se dividia em duas seções, a saber: Letras Clássicas e de Português, e, de Língua Estrangeira.

[...] nessa instituição, teve início um novo ciclo para o ensino da Matemática superior no Brasil, livre das influências do positivismo comtiano [...], um curso de graduação em Matemática, formando exclusivamente matemáticos e professores de Matemática para o ensino superior e para o ensino secundário. Um fato novo num país de bacharéis.

Além disso, a FFCL da USP introduziu um novo formato para o preenchimento de suas cátedras. Isso porque, as cadeiras da nova faculdade seriam preenchidas preferencialmente por professores contratados das universidades europeias. Para as áreas de Ciências Sociais e Humanas foram contratados docentes franceses, enquanto que, as cadeiras de Ciências Biológicas e Químicas foram ocupadas por professores alemães, e, as de Matemática e Física ficaram por professores italianos. A escolha de professores franceses pode ser entendida como uma forma firmar os ideais liberais defendidos no projeto de criação da FFCL da USP, que eram vividos na época pela França (FERREIRA, 2009). Contratar professores italianos e alemães parecia incoerente com os ideais defendidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, visto que, nessa época, a Itália e a Alemanha pregavam, respectivamente, ideais fascistas e nazistas. Especulou-se que tal preferência pode ter sido motivada por importantes comunidades italianas e alemãs que residiam em São Paulo, e, que por sua vez, fizeram pressões para que fossem contratados cientistas políticos e sociais desses países (D'AMBROSIO, 2008).

Outra iniciativa concernente à formação de professores em âmbito nacional foi a criação da Universidade do Distrito Federal – UDF, também na década de 1930. Ela foi idealizada por Anísio Teixeira e instituída por meio do Decreto Municipal 5.513, de 4 de abril de 1935. Entre outras propostas, essa instituição tinha como finalidade promover e estimular a cultura, a pesquisa científica, artística e literária, formação de técnicos e profissionais para os diversos ramos que os institutos e escolas necessitassem, além de fornecer formação para o magistério em seus diferentes níveis (FÁVERO; LOPES, 2009).

A UDF era constituída de cinco escolas, a saber: a Escola de Educação, de Ciências, Economia e Direito, Filosofia e Letras, e, Instituto de Artes<sup>19</sup>. Entre elas, a

---

<sup>19</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; LOPES, Sonia de Castro. (Org.). A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): Um projeto além de seu tempo. Brasília: Liber Livro, 2009.

Escola de Ciências subdividia-se nas seções de: Ciências Matemática, Ciências Físicas e Ciências Naturais. Nelas foram oferecidos os cursos de Matemática, Física, Química e História Natural, bem como, cursos para formação de professores em nível secundário nessas áreas. Em 1936, essa instituição contava com cerca de 400 alunos, dos quais 109 pertenciam a Escola de Ciências, e, destes, 29 pertenciam ao curso de Matemática. Paim (1981, p.76) descreve que ao final do primeiro ano letivo, houve uma evasão de mais de 50% dos alunos do curso de Matemática, justificado pelo “[...] nível em que eram ministrados [tais cursos] e pelo rigor dos professores”. Em 1937, foram diplomados os primeiros alunos da Universidade do Distrito Federal. Por questões de cunho político, a UDF teve uma existência efêmera, sendo extinta em 20 de janeiro de 1939, sob deliberação do Decreto-Lei 1.063. Seus cursos, bem como seus professores e alunos foram transferidos para a Faculdade Nacional de Filosofia – FNF – parte integrante da Universidade do Brasil, denominação recebida pela Universidade do Rio de Janeiro após as transformações sofridas em 1937. Conforme reforçado também por Silva (2002, p. 104),

Foi com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCL/USP –, em 1934, e da Faculdade Nacional de Filosofia – FNF – integrante da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1939, que foram estabelecidos cursos específicos visando a formação de professores secundários [...].

Assim, o panorama histórico descrito sobre os cursos superiores brasileiros nos ajudou a compreender o processo que se delineou na construção de uma história acerca dos cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo. Esse estudo envolveu a investigação de pessoas participantes nesse processo capixaba, oportunizando a visibilidade e compreensão histórica da comunidade a respeito de rastros do seu passado. Quiçá, contribuindo para estudos futuros, na constituição de novas histórias e conhecimento de outros sujeitos.

Em termos mais pessoais, essa pesquisa tem como motivação o fato da investigadora e da orientadora terem sido alunas de um dos cursos de Matemática do Espírito Santo. Outro atrativo foi não existir pesquisas em nível de mestrado ou doutorado com foco no contexto de formação escolhido. De acordo com o

levantamento feito, foi possível encontrar apenas dois textos a respeito de cursos superiores de Matemática espiritosantense: um de autoria da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Arantes Sad (2007) – como resultado de pesquisa e apresentada em um evento acadêmico –, e outro, escrito pelo Prof. Dr. Walmecir dos Santos Bayer, para a solenidade de comemoração dos 45 anos do curso de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2010)<sup>20</sup>. Além disso, grande parte dos professores e alunos que vivenciaram e/ou participaram desse processo histórico se dispuseram, ao serem contatados em entrevistas. Essas entrevistas como parte deste trabalho, forneceram contribuições à escrita de uma história que entrelaçou vozes e documentos, sentimentos e análises, enfim, o subjetivo e o institucional. Permitindo assim, a escrita de uma história que pudesse desenvolver e compreender um pouco além do que aquelas feitas e/ou permitidas pelos documentos da época.

Com relação à inserção da pesquisadora neste contexto de interesse pela formação superior específica de professores de Matemática, cabe observar que, desde seus primeiros anos escolares, sempre demonstrou afinidades com Matemática, enquanto disciplina escolar. Era fascinante perceber naquela época, as maneiras como essa disciplina se apresentava no cotidiano e na escola. As indagações da pesquisadora nesse período iam além da busca dos possíveis sujeitos que construíram determinado conteúdo matemático, ou dos modos como aquele conteúdo havia sido disseminado de forma mais efetiva; era importante descobrir se os conhecimentos seguiam a mesma ordem linear de tempo e espaço com a qual os conteúdos eram aprendidos e, além disso, apresentados como resultado único e satisfatório, corroborado e exposto pelos materiais didáticos.

Nesse percurso a escolha para o vestibular de 2004 estava decidida, Curso de Licenciatura em Matemática, na Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo – CEUNES, um pólo descentralizado da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, localizado na cidade de São Mateus<sup>21</sup>. Essa escolha, além de

---

<sup>20</sup> Destacamos que não conseguimos ter acesso ao texto escrito pelo Prof. Dr. Walmecir dos Santos Bayer, apesar de ter sido conhecido por um contato com o autor.

<sup>21</sup> Segundo Borgo (1995), em 1991, época da inauguração, a CEUNES contava com cursos de: Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemática e Educação Física. Destes, apenas o último funcionava na cidade de Nova Venécia, os outros funcionavam na cidade de São Mateus, cidades do interior do

motivada pela afinidade com a disciplina, vinha ao encontro de inquietações com relação à educação da Matemática e sua história. Naquela época, imaginava que a graduação me forneceria subsídios e instrumentos não apenas matemáticos, mas que possibilitassem estabelecer vínculos entre Matemática e seu contexto de produção. Espera em vão. Pois, foi possível evidenciar no decorrer da graduação, que os conteúdos ministrados pareciam se configurar cada vez mais abstratos, e, a linguagem Matemática se tornava cada vez mais complexa, sem rastros de relação com o passado. Notava-se em diversos momentos, simplesmente, uma disciplina fria, impressa nas folhas do caderno, na maioria das vezes, uma obra que não apresentava assinatura de ninguém. Um tipo de Matemática desvinculada do mundo real, feita com um fim em si mesma.

Essas inquietações intensificaram-se quando a pesquisadora se tornou docente. Pois, enquanto lecionava, tinha a possibilidade de evidenciar que seus alunos tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, apresentavam questionamentos de cunho histórico. Muitos, na tentativa de descobrir os produtores da matéria que era estudada naquele momento, outros, na busca de compreender as finalidades daquela Matemática. É pertinente retratar que na época, apesar das poucas turmas em que a pesquisadora exercia a docência, não lhe sobrava muito tempo para pesquisas de cunho histórico, seu principal recurso eram as notas históricas que livros utilizados traziam, raras, às vezes, sítios da internet.

A oportunidade de conhecer a História da Matemática como área de conhecimento e a importância que tem adquirido no meio acadêmico, só foi possível vislumbrar quando fui aprovada no mestrado. Aliado a este fato, o pré-projeto apresentado como um dos requisitos para a seleção estava delineado em fundamentos históricos. A metodologia utilizada, portanto, na investigação aqui apresentada foi de uma pesquisa histórica, baseada na análise documental permeada por entrevistas. Utiliza-se como fontes: leis, planos de curso, relatórios de matéria lecionada, livro com atas de matrículas e notas de alunos, jornais e entrevistas.

---

Espírito Santo. Em 1992, o curso de Letras – Português, também passou a ser oferecido. No ano de 2005, só restavam dois cursos, a saber: Matemática e Educação Física, ambos funcionavam na cidade de São Mateus.

Assim, desenvolveu-se um trabalho que procurou compreender e complementar os conhecimentos sobre o contexto capixaba e sua inserção na história da educação brasileira, em relação ao ensino superior a partir de 1930. Além de especificar as relações tecidas para o estabelecimento e a consolidação de cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo. É importante destacar, que esta pesquisa se constituiu uma das tantas histórias que ainda poderão ser construídas acerca dos cursos de Matemática nesse território.

Ao término desta primeira parte de introdução do trabalho – primeiro capítulo –, destaca-se que ele está dividido em cinco capítulos.

O capítulo 2 expõe a revisão de literatura, onde estão descritos os estudos e revisões de trabalhos que mais apresentaram singularidades e aproximações com esta pesquisa. Neste capítulo, apresentou-se não apenas os estudos, mas, os modos como estes nos ajudaram a pensar e conduzir a sistematização desta dissertação.

No capítulo 3 tem-se o movimento teórico e metodológico, com referencial em Marc Bloch. Esse autor permitiu compreensões, análises e entrelaçamentos acerca de questões sobre a história, os documentos, a memória e as entrevistas. Além disso, neste capítulo traçam-se os caminhos que a pesquisa percorreu, abrangendo a análise dos documentos e a utilização das entrevistas.

Reserva-se para o capítulo 4 aspectos pertinentes ao ensino superior no Espírito Santo. Nele busca-se evidenciar o contexto político educacional de constituição das primeiras instituições de ensino superior no território capixaba. São narradas as iniciativas governamentais que se mostraram relevantes para o estabelecimento de instituições de ensino superior e que, posteriormente, servirão de pilares para a criação da Universidade Estadual do Espírito Santo. Entre esses pilares, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI – tem um enfoque especial, pois, foi berço para o curso de Matemática. Para finalizar esse capítulo, apresentam-se os esforços disponibilizados na condução do processo de federalização, criação e implantação da Universidade Federal do Espírito Santo.

O capítulo 5 traz uma composição histórica acerca dos primeiros cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática em território capixaba. Inicia-se com o curso de Matemática da/na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Espírito Santo. Para a construção dessa história utilizou-se documentos institucionais e pessoais, fotos, jornais, revistas, e, entrevistas com indivíduos que naquela época viveram e/ou presenciaram de algum modo o processo de criação, implantação e existência desse curso na referida instituição. Evidencia-se de modo especial, os docentes que foram precursores para o estabelecimento do curso de Matemática em território espiritossantense. Além disso, buscou-se conferir notoriedade a história do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a segunda instituição a oferecer um curso superior específico. Na sequência, destaca-se a formação em nível superior de professores de Matemática da Faculdade de Filosofia de Alegre – FAFIA. Como fecho a essa parte, faz-se uma análise sobre o processo de expansão e consolidação dos cursos de Matemática, a partir do século XX, em território capixaba.

Finalmente, o capítulo 6 contempla as considerações finais, que foram obtidas no processo de realização desta pesquisa, procurando responder aos questionamentos iniciais, com base nas análises e interpretações feitas, aliadas ao estudo realizado ao longo da composição e escrita deste trabalho.



## 2 ESTUDOS, REVISÕES E SUAS SINGULARIDADES

*“[...] E para fazer o novo é preciso, antes de mais nada, instruir-se [...]”* (BLOCH, 2011, p.137).

O problema de pesquisa apresentado neste trabalho está direcionado à construção de uma história acerca da institucionalização de uma formação específica de professores de Matemática no Espírito Santo. Foi selecionado para este capítulo estudos que veem sendo produzidos nesta área, e que apresentam singularidades e relações com a composição do presente trabalho. A busca dessas fontes se deu por diferentes indicações, como: banco de dissertações e teses da CAPES e/ou de algumas universidades, acervos de bibliotecas, observações da orientadora e de outros professores e pelas próprias referências dos trabalhos que foram sendo examinados.

Dentro da seara dos trabalhos escolhidos para compor este capítulo buscou-se não apenas pesquisas em nível nacional, mas, também alguns com foco no território capixaba. São pesquisas direcionadas à construção de uma história acerca das instituições que foram responsáveis para o estabelecimento do ensino superior. Especificamente, esses estudos estão direcionados para o tipo e os modos dos processos de formações superiores de professores de Matemática ofertadas por essas instituições. A seguir, em cada um dos textos apresentados incluímos justificativa(s) da escolha.

Com relação ao contexto de criação das instituições de ensino superior no Espírito Santo, a dissertação de Cunha (2000), intitulada *“Resgate Histórico da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI) e sua Trajetória Político-Pedagógica na Formação de Educadores (1951–1971)”*, contribui com essa pesquisa de modo importante. Isso por que, ao se debruçar sobre a construção de uma história acerca da criação e institucionalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, apresentando os cursos que oferecia ou que passou a oferecer e os diferentes cenários mobilizados para que a instituição fosse instalada, forneceu subsídios à composição deste trabalho. Estando pautada na análise documental, pesquisa bibliográfica e no uso de entrevistas, a pesquisa realizada por Cunha trouxe ainda

um panorama histórico a respeito da institucionalização do ensino superior no Brasil, desde a Colônia até 1964, período de expansão das universidades brasileiras. Porém, diferentemente de nossos estudos, ela foi direcionada às investigações no âmbito institucional, sem pôr em foco os cursos e as formações oferecidas.

Na mesma direção segue dois trabalhos, um deles o livro: “*UFES: 40 anos de história*”, de Ivantir Antonio Borgo. Uma obra produzida para comemorar os festejos de 1994, no qual a UFES completou 40 anos. Lançado em 1995, este compêndio teve o objetivo de contar uma história sobre a Universidade Federal do Espírito Santo. Tendo como ponto de partida a institucionalização das primeiras faculdades em território espiritossantense na década de 30, o autor, perpassa os movimentos que ocorreram no interior do processo de estadualização e federalização da instituição, chegando até os projetos direcionados à Universidade entre 1994 a 1996. É uma obra que apresenta a “[...] história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos [...]” (BURKE, 1992, p.12). Apesar desse olhar historiográfico factual sobre as relações que foram se delineando ao longo do tempo, o livro de Borgo trouxe subsídios para compreender determinados processos e encontrar outras pistas. Tal fato, devido ao levantamento de inúmeros dados – com suas referências – dos quais o autor lança mão para construir sua história.

Outro é a dissertação de Maria Luiza Loures Rocha Perota (1995), intitulado “*RESGATE DA MEMÓRIA DA UFES: A fotografia como fonte de pesquisa*”. Nesse trabalho, a pesquisadora buscou construir uma história da Universidade Federal do Espírito Santo, utilizando a fotografia como fonte de pesquisa. O estudo apresentou uma síntese da história do ensino superior no Brasil e no Espírito Santo, culminando com o resgate da memória da UFES no período de 1965 a 1975, evidenciando o planejamento e implantação da reforma universitária, nas gestões dos reitores Alaor de Queiroz Araújo e Máximo Borgo Filho. A pesquisadora também fez uso de entrevistas e levantamento bibliográfico de modo complementar, objetivando ampliar a compreensão sobre os processos que foram se delineando na construção de sua história. Em suas conclusões, sobre o modo de planejamento e reforma universitária, está a consideração de que esses processos estiveram atrelados aos interesses de uma elite institucional do ponto de vista político sociológico, seguindo

os passos do que ocorria nacionalmente, sem considerar os anseios da população. No que tange a esta pesquisa, a dissertação de Perota, além de contribuir para lançar outros olhares sobre o contexto histórico da reforma universitária no Espírito Santo, proporcionou um aprendizado sobre o engendramento entre o uso de fotografias e de entrevistas em uma pesquisa.

Embora esta pesquisa não seja pautada na metodologia de história oral, a leitura a respeito da inserção de entrevistas em pesquisas acadêmicas proporcionou um grande aprendizado e uma compreensão ampla e coerente sobre questões relativas à utilização desse instrumento. Como o caso das leituras: “*História Oral: como fazer, como pensar*”, dos autores José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2010); e “*Manual de História Oral*”, Verena Alberti (2005). A primeira delas contribuiu ao apresentar formas e noções acerca das boas relações e os cuidados éticos que devem existir entre o entrevistador e seus entrevistados, bem como sobre as minúcias que existem no processo de transcrição de uma entrevista. Além disso, trouxe diferentes exemplos de como deve ser a carta de autorização para uso das mesmas. A segunda leitura chamou atenção para os materiais a serem utilizados em uma entrevista. Além disso, nele Alberti (2005) descreve a busca pelo objeto de estudo, desde as ações para a preparação de uma entrevista até o encerramento da mesma.

Assim, para este trabalho as duas literaturas anteriores ajudaram a perceber que a utilização de entrevistas pode conduzir cada vez mais a outras leituras do passado, a percepção de um passado subjetivo, incorporado e (re)significado por diferentes pessoas. Pois, como descreve Bloch (2001, p.81), “[...] poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas distintas. É que os fatos humanos são mais complexos que quaisquer outros [...]”.

No que concerne a história do ensino superior no Espírito Santo, destacamos o livro “*História do Ensino de Engenharia no Espírito Santo: da Escola Politécnica ao Centro Tecnológico da UFES*” de Circe Mary Silva da Silva e João Eudes Rodrigues Pinheiro. Este compêndio lançado em 2010 visa contar uma história sobre o ensino de engenharia em território espiritossantense. Começando com uma biografia sobre

o fundador da Escola Politécnica do Espírito Santo, a obra perpassou os antecedentes e o contexto em que foi instituído o curso de engenharia em nível mundial, nacional e regional. Retrato os processos de criação e manutenção da Escola Politécnica do Espírito Santo onde o curso de engenharia foi instalado, chegando até sua transformação em Centro Tecnológico dentro da UFES. E, como Centro Tecnológico, as modificações que foram se desenvolvendo no que concerne a: mudanças de grades, implantação de diversos cursos nos mais diferentes níveis – extensão, graduação e mestrado. As preocupações abordadas não se resumem à formação acadêmica, mas, englobam os desafios enfrentados pelos profissionais de engenharia no cotidiano. A elaboração da escrita histórica desta obra valeu-se de fontes documentais e da história oral. A revisão bibliográfica desta pesquisa contribuiu com este trabalho por apresentar um foco mais específico sobre uma formação superior, estabelecida em solo regional, que incluía variados campos da Matemática. Essa obra também reforçou os entrelaçamentos que existiram entre os docentes da Escola Politécnica e os docentes do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo.

A respeito da busca por pesquisas, que tratam sobre histórias de institucionalização de uma formação específica de professores de Matemática a nível nacional, temos a pesquisa de Bortoli (2003) intitulada “*História da Criação do Curso de Matemática na Pontifícia Universidade Católica de Campinas*”. Este trabalho buscou evidenciar os fatores que se mostraram relevantes à criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Campinas e o surgimento do curso de matemática nessa instituição. Utilizando análise documental, bibliográfica e a história oral, a pesquisadora procurou fazer emergir como havia ocorrido esse processo de interiorização dos cursos de matemática no estado de Campinas. Posteriormente, analisou as relações e as influências que a Igreja exerceu no processo de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas. Tal pesquisa apresentou muitas singularidades com os resultados obtidos em território capixaba, abrindo possibilidades para pensar que algumas conjecturas têm influências de um modelo a nível nacional.

Outro trabalho que está em consonância com o anterior é a tese de Ferreira (2009), intitulada “*A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo*”. Esse estudo tem como objetivo o levantamento de questões ligadas à institucionalização da Matemática e da Física no Brasil, dentro da Universidade de São Paulo – USP, entre 1934 e 1936. Construído a partir de revisão bibliográfica, análise documental e uso de entrevistas, esse trabalho principia-se apresentando uma contextualização histórica acerca da criação de universidades em território brasileiro, desde o período colonial até a Primeira República. De modo subsequente, o trabalho apresentou os antecedentes e o contexto de criação da USP, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da referida instituição, bem como os docentes e cursos que oferecia. Resgatou de modo especial a história da criação dos departamentos de Física e Matemática da Faculdade, a história de seus docentes, as atividades desenvolvidas por esses departamentos e as contribuições que esses cursos tiveram para a institucionalização da Física e da Matemática no Brasil. A utilização deste trabalho, nesta pesquisa, serviu para estabelecer as articulações e afastamentos entre a formação específica em Matemática oferecida nos grandes centros e a que foi oferecida em território espiritosantense. Além disso, contribuiu como material bibliográfico e auxiliar para os entendimentos a nível regional.

A dissertação de Carmen Lúcia Valgas intitulada “*Licenciatura em Matemática: aspectos históricos e curriculares da UEPG*”<sup>22</sup>, procurou compreender e analisar através da trajetória histórica do curso de licenciatura em Matemática, como ocorreram e quais foram as principais reformas curriculares<sup>23</sup> ocorridas nesse curso. Fazendo o uso da análise documental, Valgas (2002) procurou compreender as formas e as transformações que o currículo e o curso de matemática foram sofrendo ao longo do tempo, e, como esses processos refletiam na formação desses futuros profissionais. Fazendo o uso de entrevistas, a pesquisadora reflete acerca das preocupações com o currículo, e que este precisa ser um elemento dinâmico no seio da formação superior, em consonância com as exigências da atualidade. No que

---

<sup>22</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>23</sup> É importante deixar claro que a noção de reformas curriculares com a qual a pesquisadora trabalha, são aquelas capazes de promover novas concepções filosóficas a respeito de um curso.

tange a esta pesquisa, a dissertação de Carmen Lúcia Valgas contribuiu para compreender a maneira como as entrevistas são inseridas em textos de cunho acadêmico, e, para analisar o currículo, não apenas como um documento prescrito, mas, como um movimento no contexto no qual ele se insere.

Com relação a atuação feminina na constituição dos cursos superiores de Matemática no Brasil, foi destacada a pesquisa em nível de mestrado realizada por Mariana Feiteiro Cavallari (2007), *“A Matemática é Feminina? Um Estudo Histórico da Presença da Mulher em Institutos de Pesquisa em Matemática do Estado de São Paulo”*. Esse trabalho tem como objetivo mapear por meio de dados estatísticos a presença feminina na Graduação, Pós-Graduação e na Docência, em alguns cursos e departamentos de Matemática em instituições superiores no estado de São Paulo, entre 1934 e 1990. Tendo como metodologia o levantamento bibliográfico, complementada pela utilização de entrevistas, a investigadora optou por apresentar primeiramente a biografia de onze mulheres que se dedicaram à Matemática e ganharam notoriedade a nível mundial por tal fato. Seguindo, trouxe um breve histórico a respeito da formação educacional feminina, desde a época do Brasil Colônia até 1934, período da instituição das primeiras Faculdades de Filosofia Ciências e Letras. Além disso, apresentou dados referentes a presença feminina nos Institutos de pesquisa em Matemática do estado de São Paulo nos mais diferentes níveis de formação. Finalizou apresentando a biografia das professoras titulares dos Institutos que serviram de base à pesquisa. Entre as conclusões apresentadas, a pesquisadora nos fez perceber: o lugar e as dificuldades encontradas pelas mulheres para ingressar no campo das Ciências, em especial da Matemática; a pouca visibilidade que ainda recebem as mulheres nesse campo; sua maior concentração nos cursos de licenciatura; e que, apesar do aumento do número de mulheres nos Institutos, “[...] quanto mais alto o nível de ensino, menor a presença feminina entre os concluintes [...]” (CAVALARI, 2007, p. 139). No que concerne ao destaque feminino, a referida pesquisadora ajudou a instigar o olhar para o espaço que a professora Myrtha Salloker Fayet, ocupou enquanto professora dos cursos de Engenharia e Matemática no Espírito Santo.

### 3 MOVIMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

*“[...] A história modelou os valores humanos, os receios, as aspirações, os amores e os ódios. Quando começamos a perceber isso, entendemos o poder do passado” (MACMILLAN, 2010, p.21)*

Durante muito tempo, os estudos históricos estiveram sob a égide de valores como: neutralidade, erudição e unicidade da verdade histórica. Seu principal objetivo era descrever os grandes eventos políticos, as guerras, as práticas de reis, estadistas e militares, ou seja, produzir uma história de cunho mais político, com realce para os destacados poderes constituídos de forma neutra e objetiva. Histórias ligadas ao cotidiano ou ao ponto de vista do sujeito habitual, não eram muito comuns, pois, quanto mais pessoal – não-oficial do ponto de vista da antiga historiografia –, menor era a possibilidade de continuarem sendo preservadas como de interesse, o que dificultava a existência desse tipo de histórias com enfoque mais específico.

A partir de 1930, em um período marcado por guerras e revoltas, começam a ser produzidas histórias de várias ciências sob olhares diferentes dos que até então eram considerados. Essas produções, por sua vez, que tinham como característica principal o rompimento com os valores da tradição historiográfica, passaram a ganhar força a partir da década de 1970, em um movimento conhecido como “história nova”. Esse movimento fez com que os temas antigos passassem a ser revisitados sobre outras perspectivas além da história política. Além disso, a “história nova” não só agregou novos temas ao fazer histórico, mas abriu possibilidades para que fosse possível conhecer e compreender o passado e o presente utilizando novas facetas e proporcionando assim, novos entendimentos, saberes e outras lacunas (BURKE, 1992).

Nesse contexto, a compreensão sobre o que é história foi se modificando e ampliando ao longo do tempo. Entre os vários entendimentos acerca dessa ciência, este trabalho apoiou-se na perspectiva de Marc Bloch, que entende história como uma “ciência dos homens no tempo” (2001, p.55), e, “[...] por essência, a ciência da mudança [...]” (2011, p.110). Compreendeu-se então, que a história constitui-se em um processo, que possibilita não apenas um conhecimento acerca do passado, mas,

que permite outras compreensões das ressonâncias deste, no presente. Abrindo caminhos à escrita de uma história que não é linear, mas, descontínua, pois, se constituiu no movimento, nas lacunas, nos vieses, contribuindo para preencher, por vezes, os vazios deixados pela história factual.

Apoiada nessa vertente, este trabalho buscou construir uma história na qual houvesse visibilidade de sujeitos que participaram e/ou contribuíram para a criação, implantação e consolidação dos primeiros cursos de nível superior específicos de formação de professores de Matemática em território espiritossantense.

A partir da relevância que o embasamento teórico tem na pesquisa historiográfica, escolheu-se utilizar Marc Bloch como referencial teórico-metodológico, embora as ideias de outros autores tenham sido agregadas na diversificação da escrita. Bloch nos acompanhou durante todo o processo de desenvolvimento e conclusão deste trabalho, contribuindo não só para a fundamentação teórica, mas também, para uma reflexão e críticas acerca dos objetos da pesquisa.

Segundo Bloch (2011, p.11), “[...] o dever primeiro de um historiador, [...], é se interessar “pela vida”, assim, tudo que o homem faz e produz é de interesse histórico. Mas, de que maneira podemos acessar/compreender um fazer e uma produção da qual muitas vezes não participamos do processo? Quais são os meios que nos possibilitam perceber/compreender um processo? Na maioria das vezes, o conhecimento do passado sobre as execuções e/ou produções humanas foi/é oriundo de estudos históricos baseados nos mais diversos tipos de objetos. Pois,

[...] O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas [...] Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente “indireto” [...] (BLOCH, 2001, p.69).

Assim, para compreender e escrever a respeito de uma história, o historiador precisa recorrer às fontes. Pois, sendo um conhecimento que só pode ser obtido de modo indireto, ou seja, “[...] um conhecimento através de vestígios [...]” (BLOCH, 2001, p.73), em alguns casos, esse conhecimento histórico foi/está baseado na análise de documentos e/ou testemunhos.



Para esta pesquisa, destaca-se que os documentos que serviram de base para análise e escrita dessa história foram: as grades curriculares, ementas de curso, relatório de matéria lecionada, quadro de alunos e professores, quadro de aulas, legislações, artigos, livros, dissertações, teses, imagens, revistas, jornais, e entrevistas. O que conduziu-nos a configurar este trabalho como uma pesquisa de cunho histórico, que tem como metodologia a análise documental.

Ao analisar a própria noção de documento, por exemplo, percebeu-se que ela se modifica ao longo do tempo. Com as influências do positivismo, a partir do século XIX, o documento passou a ser considerado fundamento do fato histórico, ou seja, uma prova histórica. Para a escola positivista, este objeto carregava certa objetividade, que infundia no historiador o dever de se aproximar o máximo possível dele, pois, eram considerados textos, revestindo-se de neutralidade e objetividade (LE GOFF, 2003). Contudo, o advento da “Escola Nova” defendeu que os documentos precisavam ser analisados de maneira mais prudente. Em uma análise que os observasse como “[...] a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si impossível de captar [...]” (BLOCH, 2001, p.73). Ao que agregamos a ideia convergente de que

[...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 2003, p.537-538).

Assim, os documentos nesta pesquisa foram tratados como marcas, de modo que foram constantemente interrogados. Pois, sendo capazes de atravessar épocas, eles não trazem a análise toda pronta, nem falam ou revelam-se por si mesmos. É preciso saber analisá-los, interrogá-los, “extorquir” (BLOCH, 2001, p.95), para que seja possível compreender e/ou questionar o que neles foi registrado. Além disso, para se tornarem instrumentos do conhecimento, os documentos precisam ser confrontados com outros, com seu ambiente e inseridos em sua época.

Na seara de uma pesquisa histórica, “reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador [...]” (BLOCH, 2001, p. 82) , visto que, eles podem ser encontrados em diversas fontes. Mas, como “[...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção [...]” (BLOCH, 2001, p.79), escolhemos alguns locais que julgamos privilegiados para a obtenção desses documentos. A maioria das fontes que analisamos é proveniente de pesquisa bibliográfica, localizadas na Biblioteca, Pró-Reitoria de Extensão e Colegiado de Matemática<sup>24</sup> da Universidade Federal do Espírito Santo; acervo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI<sup>25</sup>; acervo da Faculdade Madre Gertrudes de São José – FAFI Cachoeiro<sup>26</sup>; acervo da Faculdade de Filosofia de Alegre – FAFIA; Arquivo Público de Vitória<sup>27</sup>; acervo pessoal das professoras Dr.<sup>a</sup> Lígia Arantes Sad e Dr.<sup>a</sup> Circe Mary Silva da Silva. Contamos também com documentos específicos dos professores que concederam as entrevistas, além das memórias disponibilizadas nestas. No caso dos jornais, muitos deles só puderam ser manuseados através de microfilmagem, cópias ou fotografias.

Garimpar fontes históricas é um trabalho que requer disposição, paciência e cuidado. Disposição para perceber que o trabalho histórico que visa o conhecimento do passado é incessante, pois, uma fonte pode levar a outra e outras. Um trabalho de paciência, devido à quantidade de material que precisa ser examinado, até que seja possível selecionar o que se deseja analisar. Requer cuidado, pois, na maior parte dos casos esse volume documental tem uma “certa idade”, e, há algum tempo, parou de ser manuseado e/ou por vezes, foi guardado em lugares impróprios, o que o torna mais sensível e de difícil manuseio.

De modo especial, contamos como o acervo pessoal da professora Myrtha Salloker Fayet, gentilmente doado pela família à pesquisadora, com grande volume e variedade de documentos. Contudo, antes de uma escolha específica de alguns

---

<sup>24</sup> Documentos referentes aos primeiros anos do curso de Matemática estão acondicionados no Colegiado do respectivo curso, localizado no prédio administrativo do Centro de Ciências Exatas – CCE – da UFES.

<sup>25</sup> O acervo da FAFI atualmente está depositado no arquivo itinerante da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>26</sup> Atualmente depositados no Centro Universitário São Camilo, localizado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

<sup>27</sup> O arquivo público de Vitória está localizado na Rua Pedro Palácios, 76 – Centro de Vitória – ES.

documentos, houve a necessidade de catalogar o material cedido. Esse registro preliminar serviu para que se tivesse uma noção do material, e também, estabelecer uma organização inicial do acervo.

Devido à especificidade da pesquisa e o recorte temporal que analisamos ser relativamente recente, a pesquisadora teve oportunidade de acesso a um grande volume de documentos. Com relação aos documentos sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo e do curso de Matemática nela instalado, alguns foram provenientes do arquivo pessoal da professora Dr.<sup>a</sup> Lígia Arantes Sad, devido uma pesquisa anterior realizada pela referida. No acervo desta professora, encontram-se cópias de vários documentos relacionados ao curso de Matemática inserido na/da FAFI, e, posteriormente, transferido para um dos Centros que integravam a UFES. Outros documentos desta instituição foram oriundos do arquivo morto do curso de Matemática, depositados na sala do Colegiado de Matemática. Encontravam-se acondicionados em um armário, os seguintes livros: Atas de reunião do Colegiado de Matemática; Inscrição dos Concursos de Habilitação para os vestibulares; Livros de Matrículas; Atas de Notas de Exames Finais e de Segunda Época dos alunos; e Pastas, organizadas em ordem alfabética, contendo diversos registros da vida acadêmica dos alunos do curso de Matemática. Além disso, outros documentos foram obtidos no Arquivo Itinerante da UFES e no acervo cedido pela família da professora Myrtha Salloker Fayet.

Os documentos concernentes ao curso de Matemática da Faculdade “Madre Gertrudes de São José” – FAFI Cachoeiro –, em sua maioria, estavam acondicionados no arquivo da Faculdade São Camilo, em prateleiras de metal, outros em algumas caixas nos chão. Enquanto que, os documentos encontrados sobre o curso de Matemática da Faculdade de Filosofia de Alegre – FAFIA –, estavam guardados em um armário na secretaria, e alguns outros, na sala da direção dessa instituição. Procedeu-se então, tirando fotos ou fazendo cópias dos documentos com suas devidas referências.

Para compreendermos o passado de modo que fosse possível uma boa análise de documentos e a construção de uma história a respeito dos cursos superiores

específicos de Matemática, fez-se necessário aliar reflexões sobre a pergunta diretriz, os objetivos específicos e os documentos. À medida que era conveniente, foi “[...] suscetível de agregar no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas [...]” (BLOCH, 2001, p. 79). Assim, questões mais específicas motivaram as buscas e, de certo modo, direcionaram os procedimentos da análise para que fossem compreendidos os contextos históricos de instalação desses primeiros cursos de Matemática e os processos disponibilizados para implantação deles em solo espiritossantense.

Não apenas os documentos nos permitem analisar e compreender questões acerca do passado, segundo Bloch (2001, p. 72), “[...] muitos outros vestígios do passado, nos oferecem um acesso de mesmíssimo nível [...]”. Pois, “seria uma grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específicos para tal emprego [...]” (BLOCH, 2001, p.80). Em alguns estudos, pode-se perceber a utilização das memórias como um objeto importante para a compreensão histórica. Essas memórias ou lembranças são “[...] uma galeria de figuras nitidamente individualizadas que desfilam diante de minha consciência: algumas destinadas para sempre ao sorriso, outras que, enquanto eu viver, serão doces à minha memória” (BLOCH, 2011, p.35). Ou seja, as memórias são as marcas que ficaram registradas sobre determinadas situações. Le Goff (2003, p.419) corrobora com esta ideia afirmando que, para além de “[...] um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, a memória deve ser compreendida como a base sobre a qual se registram as conexões dos atos.

Nesse movimento pela busca das reminiscências, é importante considerar que podem existir esquecimentos, amnésias e silêncios. Esses sinais podem indicar os processos de poder e manipulação consciente e/ou inconsciente, ocorridas sobre a memória. Uma vez que, “[...] os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p.422).

Apesar das armadilhas, a memória oferece recompensas inesperadas, ela é capaz de mesclar o objetivo, o subjetivo e o mito de maneira rizomática, em todas as percepções individuais, coletivas e de mundo que o ser humano tem. A utilização da memória mostra que todas as fontes estão impregnadas de subjetividade, portanto, a presença dessas vozes subjetivas do passado, além de limitar nossas interpretações, estimula-nos a testá-las, confrontando com as compreensões daqueles que viveram antes e mais que nós. Apoiada na memória, “[...] a historiografia surge como uma sequência de novas leituras do passado, plena de perdas, insurreições, falhas de memória e revisões [...]” (LE GOFF, 2003, p.28). A memória consegue fazer com que o tempo do fato narrado seja deslocado para o momento da narrativa. E que o tempo presente consegue trazer o indivíduo para o interior do fazer histórico, aproximando-o do historiador.

Destarte, este trabalho foi ao encontro dessa memória intrínseca de cada indivíduo, das reminiscências, impressões e conclusões que cada sujeito pode formular sobre os acontecimentos que presenciou e/ou incorporou. Isso contribuiu para revelar novos aspectos, outros lugares, outras versões, sentidos e significados à escrita de uma história acerca dos cursos superiores específicos de Matemática em solo capixaba. Como garante Bloch (2011, p.80), “[...] seria, aliás, um péssimo historiador se não demonstrasse um interesse particularmente vivo pelas questões de informações e testemunhos [...]”, conduzindo-nos a compreender que além dos documentos e da memória, os testemunhos também fizeram parte do fazer histórico.

Segundo Bloch (2001, p.79) “[...] A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, que toca, pode e deve informar sobre ele [...]”. No caso deste trabalho, entendem-se os testemunhos como sendo “[...] a expressão de lembranças [...]” (BLOCH, 2001, p. 103), que as pessoas carregam em marcas de sua memória e que se dispuseram, por diferentes motivos, a recordar, combinar e revelar.

É importante destacar que em alguns momentos os entrevistados podem se enganar e/ou mentir sobre determinado acontecimento, e isso não deve ser encarado como algo ruim, mas, percebido como um bom momento para se extrair “[...] preciosos

resultados [...]” (BLOCH, 2001, p.102). Os equívocos, muitas vezes, podem trazer à tona o que ocorria em determinada época e quais as motivações. O engano, em alguns casos, pode ser motivado pelo cansaço e/ou alguma emoção. Em outros, devido a pouca atenção que foi dada ao acontecimento na época. “De todo modo, ninguém poderia pretender tudo ter observado ou conhecido. Que cada um diga francamente o que tem a dizer. A verdade nascerá dessas sinceridades convergentes” (BLOCH, 2011, p.31).

Assim, as entrevistas possibilitaram leituras, indagações e alguns entendimentos dos documentos e dos contextos em geral. O que tornou possível o conhecimento de outros lugares, versões, sentidos e significados à escrita, ajudando a produzir uma versão histórica constituída no movimento, onde os sujeitos são partícipes. Mas, como podemos compreender os testemunhos? Como produzir uma história com suas participações?

Nas entrevistas foi importante a diversidade de escolha e olhares lançados sobre as memórias históricas. Durante o processo de pesquisa documental, vários nomes surgiram como possíveis sujeitos a serem entrevistados. A maioria foi contatada e em momento posterior, segundo suas disponibilidades, foram agendadas entrevistas com aqueles que se dispuseram a concedê-la. Dentre eles, alguns assumiram diferentes encargos ao longo do período histórico delimitado, como por exemplo, o de professor, aluno, e coordenador administrativo. Assim, foram entrevistados os seguintes componentes: Arnaldo Sossai, Eliezer Arantes da Costa, Handuma Hemerly Elias Coelho, Hilton Dei Guadagnin, José Manuel da Cruz Valente, José Merigueti, Luiz Henrique Penedo Leão Borges, Nelson Luiz Piôto D’Ávila, Taciano Fernandes Corrêa. Este trabalho agregou também as entrevistas da professora Myrtha Salloker Fayet cedidas a Lígia Arantes Sad, Circe Mary Silva da Silva e João Eudes Rodrigues Pinheiros, para realização de pesquisas em ocasiões anteriores.

Na realização das entrevistas, foram utilizados um gravador e uma máquina fotográfica. O primeiro contato com os entrevistados foi estabelecido por telefone, onde ficou esclarecido o motivo da ligação. Nesse contato, foi possível analisar que algumas pessoas chegaram a se intimidar, revelando que, devido a época em que

os acontecimentos haviam ocorrido, a memória já estava fraca e não lembravam de muita coisa. Em alguns outros casos, foi interessante observar que outros entrevistados valorizaram de maneira diferente o convite, chegando a relatar que estavam se sentindo importantes, pois, participariam de uma pesquisa. Outros ainda, se recusaram a aceitar a entrevista, mesmo diante de insistência.

Como o processo de recordação, varia de pessoa para pessoa, que externaliza o que lhe é importante ou que ainda não caiu no esquecimento, Bloch (2001, p.79), reflete que o historiador “[...] sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece [...]” pode não ser seguido rigidamente. Como uma forma prévia de suscitar memórias dentro dos interesses da pesquisa, foram entregues ou enviados por e-mail um questionário (APÊNDICE B) antes das entrevistas. Logo após, foi estabelecido um novo contato combinando uma data para realização da entrevista.

Em seguida às entrevistas, todo material verbal passou por um processo de transcrição que as transformou em documentos escritos. Esse material textualizado foi devolvido aos entrevistados para que pudessem revisar, autorizar, vetar alguma parte e/ou até possibilitar novas complementações. Do ponto de vista ético, as entrevistas em forma de texto foram acompanhadas por respectivas cartas de cessão (modelo no APÊNDICE C).

Como o objetivo era tecer uma história a respeito dos cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática, que mesclasse parte documental e entrevistas, estabeleceu-se a utilização de uma análise cruzada considerando esses documentos. Para tanto, engendrou-se fragmentos dos documentos e das entrevistas em movimento dialético, pois “[...] as linhas cujo trabalho é ditado pelos fatos do passado, jamais serão retas; ela só encontrará linhas curvas e também serão curvas as que por extrapolação, ela tentará prolongar na incerteza do tempo [...]” (BLOCH, 2011, p.110). Assim, observa-se que para evitar equívocos com citações provenientes de documentos e/ou outros materiais, todos os trechos de entrevistas que compõem esta pesquisa foram destacados em *itálico* e referenciados com o sobrenome do respectivo entrevistado e o ano da entrevista.

Devido ao volume documental das dez entrevistas realizadas (com cerca de 270 páginas), elaboramos um quadro (Quadro 01), com alguns dos trechos selecionados das entrevistas. O intuito é esclarecer para o leitor como se procedeu ao inserir esse material no desenvolvimento da compreensão histórica antes de sua respectiva escrita.



**Quadro 01** – Amostra da seleção de trechos das entrevistas sobre os primeiros cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no ES – 1964 a 2000.

(continua)

Assunto	Trechos de Entrevistas	Observações
<b>Contexto de criação dos cursos de matemática</b>	<i>É interessante que em 1961 foi federalizada a universidade, mas continuou o Estado efetuando os pagamentos. No ano seguinte, é que o MEC colocou a diferença, passou o que devia ao Estado, e nós passamos a receber diretamente do Ministério da Educação (FAYET, entrevista em 2007).</i>	Período em que a UFES passava pelo processo de Federalização
	<p><b>[Entrevistador] Mas o senhor sabe o porquê dessa necessidade do curso de matemática aqui no Espírito Santo?</b></p> <p><i>[...] Por que é... Quem é que era apanhado para dar aula de matemática? Em geral, engenheiro e pessoas que gostavam de matemática sem qualquer formação específica. Então eu acho que era importante ter. Nós tínhamos todos os outros cursos. Tínhamos Pedagogia, tinha isso, tinha aquilo e não tinha matemática. Aliás, não tinha matemática, como não tinha física, como não tinha química e agora tem isso tudo! Então acho que era interessante sim, ter o curso de matemática (VALENTE entrevista em 2011).</i></p>	Motivações para a criação do curso de matemática
<b>Processo de criação dos cursos de matemática</b>	<p><b>[Entrevistador] É e quando, o senhor como disse, começa lá na FAFI e quando vem pra cá, o Senhor fala que termina aqui. Em que ano o senhor faz essa transferência de FAFI para a UFES campus?</b></p> <p><i>- O Campus, na verdade tinha iniciado, inicialmente veio para cá o curso de Direito, que funcionou onde funciona hoje a Pró-Reitoria de Graduação e o curso de matemática veio no segundo ano já. Quer dizer, em 1970/ 71 já tinha alguns módulos que hoje compõem o centro de artes e ali funcionou então inicialmente o departamento de matemática em um daqueles módulos, CEMUNI 5 se não me engano (SOSSAI, entrevista em 2013).</i></p>	Transferências das Faculdades e Escolas Superiores para um Campus comum

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de trechos das entrevistas coletadas para a pesquisa.

**Quadro 01** – Amostra da seleção de trechos das entrevistas sobre os primeiros cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no ES – 1964 a 2000.

(conclusão)

Assunto	Trechos de Entrevistas	Observações
<b>Número de alunos do curso de Matemática</b>	<p><b>[Entrevistador] Professor, quando o senhor começou em 65, havia muitos alunos na sua turma?</b></p> <p><i>Nós éramos em 20. Essa minha primeira turma que eu não formei com ela, formaram em 8. A turma que eu me formei, formou em 12. As turmas eram de 20 alunos só! Entravam 20 alunos no máximo. E saíram na primeira turma, só 8. E na segunda, 12 (CORRÊA, entrevista em 2013).</i></p>	Primeira e segunda turma do curso de Matemática.
<b>Professores do curso de Matemática</b>	<p><b>[Entrevistador] Quando vem para o Espírito Santo?</b></p> <p><i>Aí depois disso eu vim pra, eu acabei a formatura, vim para Belo Horizonte. Vim para Vitória, aí que eu encontrei com a Myrtha. Eu... eu escrevi pra cá, ela me... ela me aceitou aqui né, falou que precisava até, certo? E aqui eu comecei, em 1968, no dia, acho que foi 23 de março, de 1968. Dei aula na UFES até 2000, até 2001, quando eu operei câncer. Quer dizer que eu aposentei em 92. Mas aí, eu continuei dando aula. Mas aí, foi em 94, 95 e 96 que dei aula em São Mateus, certo? (MERIGUETI, entrevista em 2013).</i></p>	Curso de Matemática na UFES.
<b>Livros do curso de Matemática</b>	<p><b>[Entrevistador] Cite o nome dos livros que vocês utilizavam nas disciplinas de graduação.</b></p> <p><i>O de Descritiva era em francês. Lembro, era o que tinha. Era o Haubold, é! Né isso? Mas tinha de inglês também. Até eu lia direitinho porque é a linguagem técnica [...] Eu tinha livro em inglês, também [...] Adotava livro, o traduzido era o dobro. Por exemplo, um livro em inglês: Matemática Moderna, vamos supor. O traduzido era o dobro ou o triplo do preço (TRÉS, entrevista em 2013).</i></p>	Nome dos livros que eram utilizados na graduação

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de trechos das entrevistas coletadas para a pesquisa.

Assim, no intuito de situar o leitor sobre as pessoas entrevistadas, inseriu-se um resumo de dados biográficos de cada um. Pois, como orienta Bloch (2011, p.11), “[...] um testemunho precisa de um estado civil. Antes mesmo de relatar o que vi, seria conveniente relatar com que olhos vi”.

**Arnaldo Sossai** – Nasceu em 20 de abril de 1950, em Venda Nova do Imigrante, interior do Espírito Santo. Entre 1969 e 1972 cursou Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Enquanto cursava a graduação, foi professor da Escola Técnica Federal do Espírito Santo – atualmente Ifes<sup>28</sup>. Fez curso de mestrado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA/RJ. No segundo semestre de 1975, volta ao Espírito Santo e começa a lecionar disciplinas de Matemática, como professor assistente pela Universidade Federal do Espírito Santo. Alguns anos depois, prestou concurso para professor efetivo da UFES e foi aprovado. Foi membro da Comissão Coordenadora do Vestibular – CCV –, chefe do Departamento de Matemática, entre outros encargos. Aposentou-se pela UFES em 1996. Ao todo, dedicou 21 anos à docência na Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente leciona em uma instituição particular – FUCAPE Business School, em Vitória.

**Handuma Hemerly Elias Coelho** – Natural da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, interior do Espírito Santo, nasceu em 04 de abril de 1946. Foi aluna da primeira turma do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, a partir de 1965. No segundo ano do curso, foi aprovada na seleção do concurso para professor de Matemática do Estado do Espírito Santo. Começou a lecionar no Colégio Estadual de Vitória. Depois de concluída a graduação, lecionou no Liceu Muniz Freire, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Cachoeiro de Itapemirim e na Escola de Ensino Médio Guimarães Rosa, todas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Atualmente está aposentada.

**Hilton Dei Guadagnin** – Nasceu em 20 de maio de 1925, na cidade de Belo Horizonte – MG. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de

---

<sup>28</sup> Instituto Federal do Espírito Santo.

Minas Gerais, em 1949, também na capital mineira. Após uma temporada no Rio de Janeiro, em 1950 mudou-se para o Espírito Santo a convite do Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas – Napoleão Fontenele da Silveira – para trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagens (DER). Dois anos depois, passou a ministrar aulas na Escola Politécnica do Espírito Santo e na Escola de Belas Artes. Em 1964, com a criação do curso de Matemática na FAFI, foi convidado a lecionar a disciplina de Geometria Descritiva e Desenho Geométrico. Foi sócio em uma empresa de urbanização na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, fundou uma construtora especializada na criação de estruturas de concreto e pontes, que realizou trabalhos nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Trabalhou como professor da/na UFES até a década de 1980, quando se aposentou. Em 1982, recebeu várias homenagens, entre elas, o título de “Professor Emérito”, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

**Eliezer Arantes da Costa** – Natural da cidade de Buquira Grande, atualmente Monteiro Lobato – SP, nasceu em 08 de setembro de 1937. Formou-se Engenheiro em Eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, em 1962. Em janeiro de 1963 mudou-se para Vitória, pois, foi contratado como engenheiro pela Companhia Vale do Rio Doce – atualmente Vale S.A.. Começou a lecionar, em 1967, na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Espírito Santo, a disciplina de Filosofia da Matemática e História da Matemática. Lecionou também na Escola Politécnica do Espírito Santo. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce até 1974, quando mudou-se. Passou a trabalhar na Promon Engenharia, uma empresa em São Paulo. Em 1979, concluiu o mestrado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – FEEC – da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Após 19 anos na Promon Engenharia, passou a trabalhar na área de consultoria de empresas. Em 2008 doutorou-se em Engenharia Elétrica também na FEEC da UNICAMP. Escreveu livros sobre gestão estratégica, e, continua trabalhando na área de consultoria.

**José Manuel da Cruz Valente** – Nasceu em 07 de dezembro de 1927, na cidade de Estoril em Portugal. Veio para o Brasil com aproximadamente 9 anos de idade, instalando-se no Espírito Santo. Começou sua graduação em Matemática na

Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil<sup>29</sup>, transferindo-se mais tarde, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal<sup>30</sup>. Graduou-se bacharel e licenciado em Matemática, sendo que, o primeiro concluiu em 1953 e o segundo em 1956. Em 1954, começa a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo até 1969. Ministrou aulas também, na Escola Politécnica do Espírito Santo a partir de 1957. Foi diretor do Centro Pedagógico da UFES, chefe do Departamento de Matemática da FAFI e da Escola Politécnica, entre outros encargos. Trabalhou até 1986, quando se aposentou como professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

**José Merigueti** – Natural da cidade de Rio Grande, atualmente Guarapari – ES, nasceu em 07 de julho de 1933. De 1957 a 1959, graduou-se em Filosofia, em Friburgo – RJ. Mudou-se para Belo Horizonte (MG) e lá lecionou por um ano em um colégio de ensino fundamental e médio. Posteriormente, transferiu-se para Santa Rita do Sapucaí – MG, sendo docente na Escola de Eletrônica. Em 1962, de volta a Belo Horizonte, graduou-se bacharel em Matemática pela Universidade de Minas Gerais<sup>31</sup> – UMG. Durante 1966 e 1967 morou no Rio Grande do Sul, onde concluiu a Licenciatura em Matemática. No ano seguinte mudou-se para Vitória, e, começou a lecionar na Universidade do Federal Espírito Santo. Aposentou-se em 1992, mas continuou lecionando na UFES até 2001. Atualmente está aposentado.

**Luiz Henrique Penedo Leão Borges** – Nasceu em 29 de dezembro de 1944, na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo. Graduou-se em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, em 1969, sendo aluno da segunda turma. No mesmo ano, começou a trabalhar como estagiário na Companhia Vale do Rio Doce. Em 1970, iniciou suas atividades docentes na Universidade Federal do Espírito Santo, como auxiliar de ensino do engenheiro Eliezer Arantes da Costa, nas disciplinas de Fundamentos da Matemática e História da Matemática. A partir de 1971, começa a lecionar a disciplina de Cálculo Numérico. Em 1985, foi transferido para o Departamento de Informática do Centro Tecnológico da UFES. Em 1995, aposentou-se tanto como professor da

---

<sup>29</sup> Sob a denominação atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> Intitulada atualmente de Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>31</sup> Atualmente denominada de Universidade Federal de Minas Gerais.

Universidade Federal do Espírito Santo, quanto, funcionário da Companhia Vale do Rio Doce. Mesmo aposentado, continuou trabalhando na Vale até 2002. A partir dessa data começou a trabalhar no Instituto de Pesquisa Futura. Atualmente atua como profissional liberal.

**Myrtha Salloker Fayet** – Natural da cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul –, nasceu em 11 de março de 1929. Concluiu o curso de bacharelado e licenciatura em Matemática, sendo que, o primeiro terminou em 1952 e o segundo em 1953, ambos na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. Iniciou no ano de 1952 suas atividades docentes no Curso de Preparação para exames que conferiam licença ginásial. A partir de 1954 começa a lecionar no Colégio Estadual e na Escola Politécnica do Espírito Santo. Em 1965, passou a ministrar aulas para o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Em 1966, tornou-se chefe do Departamento de Matemática. Trabalhou também como professora na Escola Técnica do Espírito Santo – atualmente Ifes. Em 1972, afastou-se de suas atividades docentes para realizar um curso de mestrado no IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). Ao retornar para o Espírito Santo, a partir de 1975, trabalha no Departamento de Matemática da UFES até sua aposentadoria como professora. Faleceu em 24 de Dezembro de 2009. Ao todo, foram dedicados 31 anos de trabalho como docente na UFES.

**Nelson Luiz Piôto D'Ávila** – Nasceu da cidade de Vitória – ES, em 14 de fevereiro de 1940. Iniciou sua graduação em 1965, como aluno da primeira turma do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Espírito Santo. No ano seguinte foi aprovado no concurso para professor do estado do Espírito Santo, e, um ano depois começou a lecionar em escolas estaduais. A partir de 1968, por meio de um convênio firmado entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e a UFES, mudou-se para aquela localidade, terminando o curso de Matemática na referida instituição. Ao final, graduou-se bacharel e licenciado em Matemática. Em 1970, começou a lecionar na UFES, e alguns meses depois foi convidado para trabalhar no Programa de Extensão e Melhoria do Ensino – PREMEN –, também pela universidade. A partir de 1980, assumiu diversos encargos dentro da UFES. Alguns anos depois, se tornou secretário de Educação da

prefeitura de Vitória. Durante 14 anos foi membro e atuou em diversos encargos no sindicato das escolas particulares, até que se tornou presidente da Federação Interestadual das Escolas Particulares. Em 2003, já aposentado, voltou a atuar na área de educação em cursos particulares de Pós Graduação *Lato-Sensu*, com os quais trabalha até hoje em vários estados brasileiros.

**Taciano Fernandes Corrêa** – Natural de Afonso Cláudio, interior do Espírito Santo, nasceu em 07 de dezembro de 1944. Iniciou o curso de Matemática em 1965, sendo aluno da primeira turma. Licenciou-se em Matemática, em 1970, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Em 1966 foi aprovado no concurso para professor do Estado do Espírito Santo, e no ano seguinte começou a trabalhar em alguns colégios. De 1968 até 1993, atuou como professor da Escola Técnica do Espírito Santo até a aposentadoria. Em 1975, começou um curso de Administração na Universidade Federal do Espírito Santo, mas não terminou. Após a aposentadoria criou uma empresa de turismo, onde trabalha atualmente.

## 4 ENSINO SUPERIOR NO ESPÍRITO SANTO

*“[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos [...] historiadores” (LE GOFF, 2003, p. 525).*

Nesta seção retratam-se aspectos do contexto histórico pertinentes ao ensino superior no Espírito Santo. Aspectos que se iniciaram na década de 1930, com a criação e implantação das primeiras instituições de ensino superior neste estado, até início da década de 1970, período em que houve a transferência das unidades que compunham a Universidade Federal do Espírito Santo para um campus comum. Procurou-se estabelecer relações com o período vivido em território brasileiro, visto que, esses aspectos proporcionam compreensões históricas acerca do estabelecimento de uma formação superior específica de professores de Matemática em território capixaba. Pois, como descreve Bloch (2001, p.60), “em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento [...]”. Destarte, objetiva-se destacar algumas transformações e como foi se constituindo o ensino superior, em meio às mudanças que ocorreram em cenário nacional e regional. A seção seguinte evidencia o contexto de criação e instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, desde a implantação de seus primeiros cursos de graduação até o estabelecimento de um curso de Matemática nesta instituição. Na última seção, constrói-se uma composição histórica acerca da incorporação da FAFI ao Centro de Estudos Gerais após a Reestruturação Universitária, e, a transferência desta faculdade com a construção do Campus da Universidade Federal do Espírito Santo.

### 4.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO DAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O ensino superior no Espírito Santo inicia-se de forma tardia se lançarmos olhares a luz de outros estados do Brasil, e, muito tímida, se observarmos a quantidade de faculdades criadas. Isso por que, as primeiras instituições de ensino superior



instaladas em território espiritossantense remontam da década de 1930. Antes desse período, os estudantes que almejassem dar prosseguimento nos estudos em nível superior deveriam se deslocar para outros estados. Para aqueles desprovidos de condições financeiras, o poder público do Espírito Santo concedia auxílios ou pensões com objetivo de financiar esses estudos. Tais auxílios eram conferidos a apenas dois jovens por ano, o que em alguns momentos despertaram “[...] acirradas polêmicas, sob acusação de servirem ao clientelismo político [...]” (BORG, 1995, p.17), fazendo com que, esse benefício fosse suspenso em 1884.

Em 1930 foram sendo instaladas as primeiras Faculdades e Escolas Superiores do Espírito Santo, a saber: as Faculdades de Farmácia e Odontologia<sup>32</sup>, em 1930; a Faculdade de Direito, em 1931; e a Escola Superior de Educação Física, em 1934<sup>33</sup>. Essas instituições foram instaladas na cidade de Vitória, capital do estado, sendo que, as primeiras eram provenientes da iniciativa privada<sup>34</sup>. Observando o caráter das primeiras instituições podemos evidenciar que o estado do Espírito Santo se sintoniza ao modelo brasileiro: faculdades de tipo utilitário, para a formação de profissionais liberais para atender as elites (TEIXEIRA, 2005).

Nessa época, o Brasil vivenciava um período de transição. Isso por que, o país passava de um regime político oligárquico agroexportador – sustentado em grande parte pela economia agrícola cafeeira – para um regime político centrado em processos de industrialização. Esses processos eram planejados utilizando o desenvolvimento autônomo do país, mas, acabaram sendo sustentados pelas tecnologias e capital estrangeiro, tornando assim, o País cada vez mais dependente externamente. O Espírito Santo, por sua vez, tinha uma economia baseada na monocultura do café que estava em expansão, assegurada pela devastação das

---

<sup>32</sup> Durante um determinado período da década de 1930 coexistiram duas Faculdades de Farmácia e Odontologia em funcionamento. Apesar de pertencerem a entidades diferentes, as instituições funcionavam com mesma denominação, a saber: Faculdade de Farmácia e Odontologia de Vitória. Essa questão foi parar nos tribunais, onde ambas as entidades tiveram seus direitos reconhecidos (BORG, 1995).

<sup>33</sup> É importante mencionar que mesmo sendo criada apenas em 1934, com a denominação de Escola Superior de Educação Física, já existia um estabelecimento anterior oferecendo um curso devotado à formação de professores. Esse estabelecimento era o Departamento de Educação Física do Espírito Santo, criado em 1931. Que no mesmo ano de criação ofereceu um curso de emergência, cuja finalidade era formar professores habilitados para ministrar a Educação Física nos estabelecimentos educacionais do Espírito Santo (BOREL, 2012).

<sup>34</sup> A respeito da Escola Superior de Educação Física, não conseguimos informações mais detalhadas sobre seu caráter administrativo.

florestas tropicais. Com a crise de 1930, o estado “[...] teve seus status de dependente e periférico reforçado à medida que a política de substituição de importações de modelo desenvolvimentista favoreceu principalmente os ricos Estados do Sudeste [...]” (COUTINHO, 1993, p.84).

A política educacional nesse período não só no Espírito Santo, mas, em todo território brasileiro presenciou um momento de expansão de todos os níveis de ensino (COUTINHO, 1993). O estado espiritosantense estava sob o comando de João Punaro Bley, interventor estadual, nomeado por Getúlio Vargas. Bley concentrou seus esforços nas áreas de saúde, educação e assistência social. Na área da educação é necessário revelar que a política instaurada por Bley estava voltada para o melhoramento do ensino primário e secundário – com a criação de escolas no interior e na capital e de cursos noturnos de educação popular –, de forma que no ensino superior não houve grandes investimentos, apenas cuidou-se de fazer com que as faculdades funcionassem (CUNHA, 2000).

O mandato de Bley, como interventor do Espírito Santo, durou 13 anos, começando no final de 1930 e terminando no início de 1943. Para sucessor de Bley, Getúlio Vargas nomeou Jones dos Santos Neves, como interventor. Nesse cargo Neves teve uma ação mais dinâmica no governo. Entre outras medidas, redefiniu a estrutura do governo, criou um sistema de carreira do serviço público e estabeleceu critérios de promoção de funcionários (VASCONCELLOS, 1995). No que concerne a educação, um fato digno de menção neste período, segundo Borgo (1995), foi a proibição de funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1942, sua extinção em 1944 e sendo reinstalada apenas em 1947. É válido ressaltar que na reinstalação dessa faculdade, apenas a Faculdade de Odontologia voltou a funcionar. Tal fato, devido ao elevado custo do material, que deveria ser disponibilizado para o curso de farmácia, a qual voltou a funcionar bem mais tarde.

Em termos de Brasil, desde o início dos anos de 1940, a pressão pela “redemocratização” do país estava aumentando. O enfraquecimento do regime vigente no período do Estado Novo (1937 a 1945), governado por Getúlio Vargas, era cada vez mais visível. Percebendo o clima instaurado em território nacional, o

próprio Vargas, em 1945, tentou dirigir um processo de instalação da democracia. Essa manobra, por sua vez, possibilitou o aparecimento de movimentos a favor da continuidade de Vargas, ao mesmo tempo em que despertou a desconfiança em grupos que estavam no poder. Como resposta aos interesses políticos, os militares obrigaram o então presidente, a renunciar em outubro de 1945 (CUNHA, 2007b).

Nesse período a política educacional instituída no Estado Novo estabeleceu uma estrutura dualista para o ensino médio, a saber: uma vertente voltada para o secundário e outra para o profissional. Sendo que a primeira, conduzia seus concluintes diretamente para o ensino superior, e a segunda, não permitia essa promoção, se não fossem asseguradas algumas exigências. A adoção dessa política acarretou uma expansão e integração do ensino superior em todo território brasileiro (CUNHA, 2007b).

A formação em nível superior devotada à instituição de professores para o ensino secundário e normal, adquiriu novos delineamentos a partir do Decreto-Lei 1.190/39, visto que, esta lei estabelecia uma nova organização à Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi<sup>35</sup>. Entre outras disposições, o decreto criava a seção especial de Didática, que tinha como objetivo a formação de licenciados em várias áreas. Essa seção era responsável pelo Curso de Didática, que tinha duração de um ano, e era composto pelas seguintes disciplinas: Didática Geral; Didática Especial; Psicologia Educacional; Administração Escolar; Fundamentos Biológicos da Educação; e Fundamentos Sociológicos da Educação. Desse modo, os alunos cursariam três anos de disciplinas de cunho específico, sendo diplomados bacharéis, e, aqueles que após o grau de bacharel concluíssem o Curso de Didática, eram diplomados licenciados. Este modelo de formação ficou conhecido como “3 + 1”, ou seja, os três primeiros anos dedicados a uma formação específica, e o quarto ano, devotado para uma formação didática. Posteriormente, esse padrão de formação também foi implantado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, como será evidenciado na próxima seção.

Em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, assume o governo do país em

---

<sup>35</sup> Denominação dada à Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, criada sob o Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931.

caráter provisório, José Linhares – presidente do Supremo Tribunal Federal –, até que eleições diretas fossem realizadas. No campo educacional, o Governo Provisório promulgou diretrizes voltadas para o ensino superior, entre elas, os Decretos-Leis 8.393 e 8.457. O primeiro concedia entre outras disposições, autonomia didática, disciplinar, administrativa e financeira à Universidade do Brasil<sup>36</sup>. Ou seja, indicava que a administração da Universidade passaria a ser exercida pela Reitoria, Conselho Universitário e Conselho de Curadores. Esses valores de certo modo se alinhavam com o período, embora na prática fossem subentendidos pelos poderes instituídos, tanto em nível nacional quanto regional, como destaca Fávero (2006, p.28),

[...] a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar outorgada à Universidade [do Brasil], não chegou a ser implementada. Tal inferência leva a reconhecer que, ontem como hoje, a autonomia outorgada às universidades não passa muitas vezes de uma ilusão, embora se apresente um avanço.

O Decreto-Lei 8.457, por sua vez, fornecia uma redação mais liberal à constituição das universidades brasileiras, visto que, estabeleceu normas mais flexíveis para a criação de uma universidade em solo nacional. Dado que diferente do que estava posto desde o Estatuto das Universidades Brasileiras<sup>37</sup>, a partir daquele momento, era necessária a congregação de três institutos superiores, sendo que, apenas dois deles deveriam ser escolhidos entre a Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Engenharia. Um reflexo dessa política pode ser observado em território espiritossantense, conforme apresentar-se-á posteriormente com a criação da Universidade do Espírito Santo, em 1954. Esta instituição seguiu esse modelo, congregando na época, entre outras instituições, a Escola Politécnica (Faculdade de Engenharia) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, deixando a parte, nesse processo, por exemplo, a Faculdade de Direito de Vitória – instituição que na época já era de âmbito federal.

Com as eleições diretas realizadas em dezembro de 1945, o General Eurico Gaspar Dutra, tornou-se o novo presidente do Brasil. No plano econômico, enquanto foi

<sup>36</sup> Conforme exposto na introdução deste trabalho, Universidade do Brasil foi à denominação recebida pela Universidade do Rio de Janeiro após as transformações sofridas em 1937.

<sup>37</sup> Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.

presidente, Dutra “[...] não fez uso do dirigismo estatal, governou dentro das idéias econômicas do liberalismo, assistindo à especulação financeira desenfreada” (FRANCISCO FILHO, 2004, p.100). No plano educacional, apesar das campanhas que enfatizavam a necessidade do aumento do ensino primário, pesquisas mostraram uma relevante expansão do ensino médio e superior. Expansão que parecia estar assegurada, pelas necessidades geradas pelo aumento da migração e pelas transformações advindas dos processos de industrialização/urbanização. Em relação ao ensino superior, especificamente, as iniciativas de Dutra se concentraram na construção de prédios e criação de universidades, seguindo o modelo de aglutinação de instituições de ensino isoladas, como instituía o Decreto-Lei 8.457/45, citado anteriormente (CARVALHO, 1992).

Com relação à formação de professores, destaca-se a promulgação do Decreto-Lei 9.092, em 1946, que entre outras providências, ampliava o regime didático das Faculdades de Filosofia. Isso porque, de acordo com as deliberações estatuídas neste decreto, tanto os cursos de licenciatura quanto os de bacharelado passariam a ter quatro anos de duração. Sendo que, os três primeiros anos regidos por um currículo fixo, e, o quarto ano com duas opções, a saber: disciplinas específicas ou cursos – para aqueles que optassem pelo diploma de bacharel; disciplinas de cunho didático – para os que optassem pela licenciatura. É notório mencionar que a promulgação do decreto mencionado anteriormente, não invalidava o Decreto-Lei 1.190/39, as duas legislações passaram a coexistir regendo o funcionamento de ensino nas Faculdades de Filosofia.

Até o fim do governo de Dutra, a expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras aconteciam de forma gradativa. Essa expansão contabilizou um total de 22 (vinte e duas) instituições, instaladas em grandes centros. Apesar de toda a conquista gerada em torno dessas instalações, começaram a existir críticas. Isso porque, embora as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tivessem sido criadas com o objetivo de formação de professores secundários, formação cultural e científica, apenas a primeira vertente estava sendo de certa forma alcançada. Dado que, até meados de 1953, o número de formados nessas instituições foi pequeno (CARVALHO, 1992).

Em 1950 Getúlio Vargas voltou à presidência também eleito pelo voto direto. O cenário brasileiro revelava que as classes industrial, média e operária, todas urbanas, haviam se fortalecido, motivadas pela ampliação dos processos de urbanização e industrialização. Desse modo, a política adotada por Vargas se orientava em duas direções: a primeira, para uma redistribuição da renda em benefício dos trabalhadores, com o aumento do salário mínimo em 1952 e 1954, e, a segunda à acumulação de capital, com objetivo de criar condições que propiciassem o desenvolvimento da industrialização, voltada à fabricação de bens intermediários e bens de capital (CUNHA, 2007b).

Além disso, esse período foi marcado por uma grande efervescência econômica, social e política em âmbito nacional e internacional. Em termos econômicos, Getúlio Vargas criou a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Este último, com o objetivo de reunir capital proveniente, principalmente, do acréscimo inserido no imposto de renda. Do lado político, o Presidente, procurava limitar o uso do capital estrangeiro, na busca da construção de um estado independente. Mas, ao mesmo tempo, criava medidas com o objetivo de incentivar a entrada e o fluxo desse capital, como forma de manter o desenvolvimento e assegurar as importações. Somado a esses fatores, as pressões trabalhistas em busca de aumento salarial, as imposições advindas dos capitalistas internos e externos, as pressões políticas estrangeiras, os militares em posição contrária ao nacionalismo, as manifestações frequentes, a inflação e a morte de um Major da Aeronáutica brasileira, conduziram a um novo ultimato dos militares. Esse, assim como o anterior, exigindo a renúncia do presidente, culminando com o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954 (CUNHA, 2007b).

Durante esse período de turbulência, é possível interpretar que se manteve o mesmo padrão de expansão do ensino superior observado no período governado por Dutra. Um crescimento que foi orientado pela expansão de serviços em setores voltados à burocracia governamental e pela demanda por títulos ou prestígio social cobiçado pela classe média. Em relação à formação de professores secundários através do nível superior, destaca-se que ela continuava vinculada à Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras, no mesmo modelo do governo de Dutra. Segundo Carvalho (1992, p.151), “[...] durante o período de 1951–1954, tal formação não foi objeto de nenhuma reformulação legal, persistindo as mesmas diretrizes para a formação do licenciado e do bacharel [...]”.

Nesse período, o processo de facilitação do acesso da classe média ao ensino superior foi intensificado. Uma das influências pode estar expressa nas várias medidas que foram sancionadas objetivando a equiparação entre os cursos secundários (clássicos e científicos) e os profissionais. Possibilitando assim, a inserção de uma parcela maior da população nos exames vestibulares<sup>38</sup>. Entre essas as medidas podemos destacar, por exemplo, a Lei 1.076, de 1950, que passava assegurar aos concluintes de cursos técnicos comerciais o direito de matrícula em qualquer curso superior, desde que, aprovados nos vestibulares. Em 1953, essa possibilidade de matrícula em qualquer curso de nível superior ampliava-se para todos os cursos de nível secundário, sob a Lei 1.821, desde que, garantida a aprovação no vestibular. Outro fator foi à permissão – através Lei 1.392, em 1951 –, de aproveitamento pelas instituições de ensino superior particulares, dos alunos excedentes aprovados nos exames vestibulares de Escolas Superiores, devido à implantação do sistema classificatório.

Além dos fatores assinalados anteriormente, podemos apontar também a progressiva diminuição das taxas cobradas pelas instituições públicas<sup>39</sup>, e, a transição de financiamento de muitas instituições de ensino superior, antes mantidas por órgãos municipais, estaduais ou particulares para o domínio do Governo Federal<sup>40</sup>. Nesse momento, salienta-se que ocorreu um “surto” (CUNHA, 2007b, p.82) de federalizações de várias escolas superiores isoladas. E, não imune a esse

---

<sup>38</sup> Nesse período, o ensino, continuava mantendo uma postura dualista no que concerne aos seus diversos níveis, a saber: os propedêuticos (cursos clássicos e científicos), que conduziam irrestritamente ao ensino superior e os que necessitavam de cumprir adequações (cursos profissionais).

<sup>39</sup> Historicamente o ensino superior desde o século XIX, no Brasil, sempre foi pago. Mas, a Constituição de 1946 estabelecia que esse nível de ensino, assim como os outros níveis, deveria ser gratuito, para quem comprovasse não ter condições de custeá-lo. Além disso, alguns estados já defendiam a ideia de gratuidade em geral. Reivindicações em torno desse ideal eram realizadas pelos estudantes. Desse modo, sem a imposição de qualquer medida nacional, as taxas foram mantidas, até que a própria inflação inviabilizasse suas cobranças, devido ao valor tão pequeno que alcançaram (CUNHA, 2007b).

<sup>40</sup> Sob a Lei 1.254, de 4 dezembro de 1950.

processo, ocorreu à federalização da Faculdade de Direito do Espírito Santo – criada em 1930.

O estado do Espírito Santo, até o início da década de 1950 continuava a contar apenas com os três estabelecimentos de ensino superior criados na década de 1930<sup>41</sup>. Em 1951, de volta ao governo, dessa vez por meio de eleições diretas, Jones dos Santos Neves encontrou um estado onde a situação econômica, política e educacional não era das melhores. A economia agrícola cafeeira era assegurada pelo número crescente de descendentes de imigrantes estrangeiros, que neste estado se fixaram no final do século XIX. De acordo com Cunha (2000, p.50), essa pode ser uma das causas “[...] mais precisas para explicar o atraso do desenvolvimento industrial do Espírito Santo em relação a outros estados do País, principalmente, os da Região Sudeste”.

No cenário educacional, a situação de atraso em relação ao nível superior levou o governo estadual, em 1951, a promulgar a Lei 549, conhecida como “Lei Áurea do ensino”. Essa norma instituiu os primeiros delineamentos legais para todos os níveis de ensino no Espírito Santo. No caso do ensino superior, ela propiciou a criação de várias instituições, a saber: a Escola de Belas Artes, Escola Politécnica, e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFI –, todas em 1951; e do Instituto de Música em 1952. Em 1953, foi aprovado o regulamento da Faculdade de Odontologia, criou-se a Escola de Auxiliares de Enfermagem e o Instituto de Tecnologia. Além disso, no ano seguinte a Faculdade de Farmácia voltou a ser implementada (BORG, 1995).

De volta ao cenário nacional, depois da morte de Getúlio Vargas, três presidentes se sucederam no poder em apenas um ano e quatro meses, até que em 1956, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente do Brasil. Durante sua gestão (1956 a 1961), houve um crescimento industrial muito intenso em território nacional, assegurado pela inversão de capital estrangeiro. Isso devido ao aprofundamento das relações entre Estado e economia, capital nacional e internacional. A política econômica de Kubitschek estava pautada no Plano de Metas, que visava aumentar a acumulação capital, de modo a acelerar o desenvolvimento econômico. Um

---

<sup>41</sup> A saber: Faculdade de Direito de Vitória, Faculdade de Odontologia e Escola Superior de Educação Física.



desenvolvimento que propiciasse a substituição de importações – principalmente das indústrias de bens de capital –, a construção de uma nova capital no Brasil e a ligação dessa capital com outros estados (CUNHA, 2007b).

Segundo Carvalho (1992), esse Plano de Metas conduziu a uma expansão e diferenciação do sistema econômico brasileiro. Isso porque, permitiu que novos setores industriais fossem criados, se expandissem e/ou se modernizassem. Nesse período, a taxa de inflação no país aumentou, mas, esse fator não atrapalhava a realização do programa de desenvolvimento de Kubitschek. Contudo, essa aceleração no crescimento econômico e no processo de industrialização conduziu o país a aumentar sua dependência, em vez de propiciar a construção de sua emancipação econômica. Além disso, a falta de soberania do governo, a submissão aos interesses estrangeiros, a constante emissão de moeda e o aumento na transferência de recursos, foram outros fatores desfavoráveis, que no começo da década de 1960, conduziram ao início de uma crise.

No final do governo de Juscelino Kubitschek, além da inauguração de Brasília – nova capital do Brasil –, as exportações começaram a entrar em declínio. O País já não conseguia pagar a dívida externa, a estratégia de desenvolvimento econômico estava perdendo sustentação – devido às dívidas –, a inflação continuava a crescer e havia uma demanda por produtos industriais que o mercado interno não conseguia suprir. Atrelado a esses fatores, o cenário político em território nacional era bem diverso. Isso porque, iniciou-se um quadro de politização das classes médias e trabalhadoras, o movimento estudantil começou a destacar-se e as reivindicações por terras e melhores salários advindos dos trabalhadores das áreas rurais estavam emergindo. Como parte de uma política de conciliação, o então presidente, induzia a criação de novos órgãos e incentivava a criação de empregos, com objetivo de atender a interesses e favores políticos (CARVALHO, 1992).

Em relação ao ensino superior, o crescimento se manteve induzido, especialmente, pelas pressões da classe média por escolaridade, no período governado por Kubitschek. No que diz respeito à formação de professores em nível superior, Carvalho (1992) descreve que ela permanecia sem sofrer alterações. As matrículas

nesse nível de ensino continuavam se concentrando em cursos como: Filosofia, Direito, Medicina, Ciências Econômicas e Engenharia. Sendo que, se acentuavam nos dois últimos, devido aos movimentos de defesa em torno da ciência básica e tecnologia, como motores para o desenvolvimento econômico. Esses valores, por sua vez, estavam condizentes com o período. Já as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras continuavam ampliando seu regime nos termos do Decreto-Lei 1.190/39 – instituindo o Curso de Didática – e o Decreto-Lei 9.092/46 – que aumentava para quatro anos a duração dos cursos –, como citado anteriormente.

Nesse período houve um aumento na criação de universidades, visto que, até o ano de 1954, o Brasil contava com 16 instituições desse modelo, e, entre 1955 e 1964 foram criadas outras 22 (vinte e duas) instituições, entre elas, a Universidade do Espírito Santo. Essas instituições seguiram o modelo de formação instituído pelo Decreto 8.457/45<sup>42</sup>. Segundo Cunha (2007b, p.80), “raras são as universidades hoje existentes que escaparam a esse processo aglutinador: a Universidade de Brasília, criada no período em estudo, e uma ou outra criada depois de 1964, como foi o caso da Universidade Federal de São Carlos”.

Entre 1956 e 1960, o Espírito Santo ainda concentrava a maior parte da população na zona rural. Sua economia continuava em grande parte baseada no cultivo de café, apesar de já existir em território capixaba a produção de bens de consumo e serviço. No início da década de 1960, devido ao caráter destrutivo da exploração de terra, os preços desfavoráveis no mercado externo e as políticas vigentes que objetivavam desestimular novas plantações, a exportação do café já lançava sinais de exaustão e dificuldades de assegurar e desenvolver novos tipos de agricultura (COUTINHO, 1993).

No cenário educacional espiritosantense, houve a expansão do ensino primário, médio e superior. No que tange ao ensino superior, outras Faculdades, Escolas Superiores e órgãos complementares foram criados. Mas, ao que se deve esse surto? O motivo seria talvez uma tentativa de equiparar o Espírito Santo a outros estados do Brasil? Borgo (1995, p.22) descreve que o motivo “[...] era bem mais

---

<sup>42</sup> Esse decreto determinava que as Universidades fossem criadas por meio da aglutinação de Faculdades e Escolas Superiores.

amplo. À frente da Secretária de Educação e Cultura, Rafael Grisi desenvolvia intenso trabalho buscando criar condições para a implantação da universidade”. Implantação que será abordada posteriormente neste trabalho.

De volta ao cenário nacional, a partir da década de 1960, o Brasil integrou-se, mais profundamente, como membro da internacionalização do capital. Segundo Francisco Filho (2004, p. 121), o país desenvolvia “um capitalismo periférico e dependente”. Nesse sentido, a nação passou buscar a modernização, e, vislumbrou a educação como um fator de desenvolvimento.

Após o mandato de Juscelino Kubitschek, assumem o governo no intervalo de 4 anos três presidentes, a saber: Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli e João Goulart. Em 1961, eleito pelo voto direto, Jânio Quadros constata que em âmbito econômico o principal problema do Brasil era a inflação. Como uma tentativa de resolver esse problema, o então presidente, lançou um plano anti-inflacionário<sup>43</sup>. Esse plano visava produzir uma estabilidade cambial e financeira em território nacional. O que agradou ao Fundo Monetário de Investimentos – FMI –, pois, tornou possível a negociação de novos empréstimos e financiamentos externos. Contudo, a adoção dessa política, fez com que os preços no mercado interno aumentassem, gerando a impopularidade do governo. Na busca por reverter esse cenário, Jânio Quadros, tentou implantar uma política de desenvolvimento que desse continuidade ao processo de industrialização e que aumentasse os investimentos públicos. Mas, manifestações por diferentes motivos começaram a ecoar, culminando em meados de 1961, com a renúncia de Quadros (CARVALHO, 1992).

Segundo essa mesma autora, após a renúncia, em setembro de 1961, assumiu o governo o vice-presidente, João Goulart. Assim que tomou posse, o novo presidente divulgou o Plano Trienal, que tinha como meta combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico. Na prática, esse plano durou pouco tempo. Tal fato, impulsionado pela crescente queda na receita da Federação, redução dos investimentos públicos, emissão de moeda, aceleração da inflação e dificuldades na

---

<sup>43</sup> Segundo Carvalho (1992) esse plano consistia em uma reforma no sistema cambial, redução de subsídios para importações de alguns produtos, investimentos no setor exportador, restrição de crédito e congelamento dos salários.

aquisição de financiamentos. Atrelado a isso, a situação política do país era delicada. Pois, oposições internas ao governo tomavam corpo, ataques constantes a sua política de governo se tornavam evidentes e rebeliões militares eclodiam, culminando no dia 1 de abril de 1964 com a deposição de Goulart.

No que diz respeito à educação de nível superior, o período entre 1961 e 1964, é marcado pelo crescimento no número de matrículas e o aumento da seletividade. Aumento que pode ser justificado pela eliminação do dualismo entre o ensino secundário e o profissional, o aproveitamento dos excedentes nos vestibulares, e a incorporação de legislações e/ou projetos, que objetivavam expansão da quantidade de vagas nas áreas de ciência e tecnologia. Cabe descrever que esse aumento quantitativo no número de vagas se deve tanto a pressões internas quanto externas – agências de financiamento estrangeiras. Além disso, nessa época destacou-se a criação da Universidade Nacional de Brasília<sup>44</sup> (UnB). Essa instituição de ensino superior tinha uma estrutura “[...] baseada em institutos básicos, faculdades e sua perspectiva de funcionamento, era, efetivamente, representativa das ideias inovadoras, em termos de ensino superior no Brasil” (CARVALHO, 1992).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>45</sup> – LDB –, em 1961, foi outro aspecto relevante nesse período. Baseada em princípios de liberdade, solidariedade, compreensão dos direitos e deveres, entre outros – valores em voga na época –, essa lei fixava as diretrizes e bases da educação nacional. Entre outras disposições, a LDB, estruturava o ensino em: pré-primário, primário, secundário e superior. Com relação ao ensino superior, ela determinava que esse nível fosse ministrado em estabelecimentos agrupados ou não, em universidades, englobando cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão. O art.79 da LDB fixava que para a constituição de uma universidade, seria necessária a congregação de cinco institutos, sob uma administração comum,

---

<sup>44</sup> Essa instituição diferente do modelo que estava posto para a criação de universidades – por meio de aglutinação de Escola Superiores e Faculdades –, apresentava uma nova estrutura funcional. Uma estrutura que contava com uma Escola Normal Superior e uma Escola de Educação, ambas, incorporadas a Faculdade de Educação, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. Na Unb, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi substituída por Instituições Centrais de Ensino Básico, sendo que, a formação pedagógica para professores ficava a cargo da Faculdade de Educação (Carvalho, 1992).

<sup>45</sup> Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

salvo as rurais e outras de objetivo especializado. Ou seja, não existia mais a obrigatoriedade da inserção de uma Faculdade de Filosofia, entre os institutos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a formação de professores voltada à docência no ensino médio, estava reservada às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, enquanto, a formação de professores para disciplinas específicas, de ensino médio técnico, ficava a cargo de cursos especiais técnicos<sup>46</sup>. Além disso, o Art. 77 da Lei 4.024/61 estatuiu que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não poderiam iniciar seu funcionamento com menos de quatro cursos de bacharelado, abrangendo obrigatoriamente as seções de Ciências e Letras.

Para Carvalho (1992, p.325), apesar da “[...] LDB ter mantido, em sua essência, a estrutura do ensino superior inalterada [...] os reflexos da promulgação da LDB sobre o ensino superior foram inúmeros”. Entre eles, podemos mencionar a constituição do Conselho Federal de Educação (CFE), dos Conselhos Estaduais de Educação, o aumento no percentual de recursos federais destinados à educação, a criação de fundos para cada nível de ensino e a construção e execução do Plano Nacional de Educação.

Nesse período de modernização nacional dependente, o Espírito Santo vivenciava “uma fase definitiva” (COUTINHO, 1993, p.99), em sua história. Tal fato favorecido pela crise do café, expansão pecuária, diversificação econômica – advinda da instalação de grandes projetos industriais – e a urbanização crescente em território regional. Além disso, o estado retorna ao cenário nacional devido a sua vocação portuária e ao desenvolvimento que foi se constituindo atrelado a capitais multinacionais, estatais e da burguesia. No que diz respeito à educação espiritossantense, destaca-se que

[...] continuou expandindo-se, embora defasada quanto à demanda por matrículas, salas-de-aula e escolas [...] mostrando altas taxas de reprovação, evasão e analfabetismo, mantendo principalmente inalterada a seletividade que caracteriza a pirâmide educacional do primário à Universidade (COUTINHO, 1993, p.114).

---

<sup>46</sup> Art. 59 da Lei 4.024/61.

A partir de 1964, todo território nacional vivenciou o período ditatorial. Um período onde os militares tomaram o poder através do golpe de estado. Por meio de eleições indiretas, o Marechal Castelo Branco – um militar –, foi eleito presidente do Brasil. Sua política reforçava os poderes do Executivo, centralizava a administração pública, buscava a recuperação econômica e continham os protestos que se levantavam por meio de repressões (FRANCISCO FILHO, 2004). Segundo Carvalho (1992, p.316), a “cegueira da ditadura permaneceu entre nós por 20 anos e encerrou, drasticamente, essa fase do populismo no Brasil [...]”.

Nesse período, a educação brasileira também passava por transformações. Isso por que, as diretrizes estatuídas pela LDB de 1961 não se alinhava com as novas pretensões que se centralizam na formação de técnicos, devido à crescente demanda industrial. Assim, com o objetivo de equiparar a educação aos novos anseios governamentais, foram assinados acordos com a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos. Esses acordos ficaram conhecidos como MEC/USAID<sup>47</sup>, e visavam à implantação do tecnicismo na educação brasileira (FRANCISCO FILHO, 2004).

As ressonâncias da política de incorporação das idéias tecnicistas na educação puderam ser observadas na promulgação de várias leis e decretos em âmbito educacional. No que concerne ao ensino superior, podemos destacar os Decretos-Leis 53/66<sup>48</sup> e 252/67<sup>49</sup>, que visavam uma nova organização da estrutura para esse nível de ensino. Segundo Cunha (2007, p.168), é importante ressaltar que essa modernização em nível superior depois de 1964, não esteve diretamente influenciada pelos acordos MEC/USAID, “[...] na verdade, quando esses convênios

---

<sup>47</sup> Sendo que MEC e USAID referem-se a Ministério da Educação brasileiro e a *United States Agency for International Development*, respectivamente.

<sup>48</sup> O Decreto-Lei 53/66 estabelecia entre outras providências, que as universidades passariam a organizar-se por meio de uma estrutura e métodos de funcionamento que preservassem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa, assegurando a plena utilização de seus recursos materiais e humanos. Onde cada unidade universitária – Faculdade, Escola ou instituto – seria simultaneamente um órgão de ensino e pesquisa. Estatuía também que o ensino e a pesquisa básicos estariam concentradas em unidades que formariam um sistema comum à toda universidade. No que tange a formação profissional, esse decreto deliberava que seu ensino e pesquisa fossem feitos em unidades próprias.

<sup>49</sup> O Decreto-Lei 252/67 estabelecia entre outras disposições, que as unidades universitárias deveriam se dividir em subunidades que seriam denominadas departamentos. O departamento seria a menor porção da estrutura universitária, onde cada departamento abarcaria disciplinas afins e congregaria professores para objetivos comuns de ensino e pesquisa.

são firmados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita [...]”. Destarte, quando a comissão de assessores norte-americanos vem para o Brasil com o objetivo de compor uma equipe de planejamento do ensino superior, não encontrou muitas resistências, devido ao consenso que aqui já se instaurava sobre a necessidade de mudanças nesse nível de ensino.

Em 1968, o clima de instabilidade nacional era latente. A universidade havia se tornado um centro de resistência do regime ditatorial, e, propagava essa resistência com a tomada de várias faculdades pelos estudantes. O governo, percebendo que as forças militares não conseguiriam conter as manifestações, outorgou um decreto que criava um grupo de trabalho, cujo objetivo era elaborar um projeto de reforma universitária. Contudo, Saviani (2010) destaca que devido à situação complexa que se intensificava, o projeto de reforma universitária tinha que atender a dois anseios: de um lado os estudantes e professores com reivindicações à abolição da cátedra, autonomia universitária, aumento do número vagas e mais verbas para desenvolver pesquisa; e do outro, grupos que visavam vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto de modernização, devido às pressões internacionais.

Com os resultados obtidos pelo grupo de trabalho, em outubro de 1968 foi elaborada e sancionada a Lei 5.540, que estatuiu bases estruturais para a graduação, pós-graduação, especialização, extensão universitária e aperfeiçoamento. Essa lei acentuava o caráter de que as universidades e faculdades isoladas deveriam constituir-se em regime de fundações/autarquias quando oficiais, e, fundações/associações quando particulares. Enfatizava que a organização universitária deveria ser baseada em departamentos, como no Decreto-Lei 252/67, mas, facultava sua organização em unidades mais amplas, como havia sido instituído no Decreto-Lei 53/66.

Para os cursos de graduação, a Lei 5.540 conjuntamente com outras sancionadas nesse período, estabeleceu um núcleo básico comum – para todos os cursos – e um ciclo profissional, criou cursos de curta duração – cujo objetivo era proporcionar

habilitações intermediárias de grau superior –, extinguiu a cátedra, unificou o vestibular e estabeleceu que o conteúdo deste, seria composto por conhecimentos adquiridos no segundo grau. Além disso, instituiu o curso parcelado através do regime de créditos, a matrícula por disciplina, ou seja, os cursos passariam de seriados – séries anuais – para se tornarem semestrais. (SAVIANI, 2010).

Saviani destaca que com a adoção da departamentalização, do regime de créditos e de matrícula por disciplinas, “[...] generalizou-se no ensino superior a sistemática do curso parcelado, transpondo para a universidade o parcelamento do trabalho introduzido nas empresas [...]” (2010, p.304). Ghiraldelli Jr também reforça essa ideia, ressaltando que a nova estrutura havia se tornado pouco viável para instituir um ensino universitário eficaz, o que conduziu

[...] a inevitável fragmentação do trabalho escolar, o isolamento dos pesquisadores, e, ainda, a dispersão dos alunos pelo regime de crédito provocando a despolitização e a impossibilidade de organização estudantil a partir do núcleo básico que era a turma (2009, p.119).

No Espírito Santo, nesse período pós 1964, a educação superior continuava em expansão, não apenas na capital, como também no interior. Foram criadas faculdades nas cidades de Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Nesse último município destacamos a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, dado que, passou a oferecer uma formação superior específica de professores de Matemática, ao qual abordar-se-á no capítulo seguinte. Cabe descrever que esses desdobramentos pós 1964 evidenciados anteriormente em cenário nacional, puderam ser visualizados também em território espiritossantense, como por exemplo, no período de transferência das Faculdades e Escolas Superiores para o campus da Universidade Federal do Espírito Santo, no início da década de 1970, que tratar-se-á nas próximas seções.

Assim, é necessário evidenciar que não objetivou-se aprofundar no contexto que nesta seção foi apresentado, mas, procurou-se estabelecer alguns entendimentos e relações possíveis à compreensão histórica do foco deste trabalho. Visto que, a instituição de Faculdades e Escolas Superiores não verificam-se de maneira isolada,



mas, são parte intrínseca de processos educacionais, econômicos, políticos e culturais.

#### 4.2 A FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS – FAFI

Antes de nos reportarmos especificamente para o curso de Matemática no Espírito Santo, acreditamos ser interessante apresentar um pouco da história da instituição onde ele foi implantado. Que instituição era essa? Quais foram seus propósitos e objetivos à implantação de um curso de matemática?

Em âmbito regional, já destacou-se que o Espírito Santo, no início da década de 1950, estava sob o comando de Jones dos Santos Neves. Seu período de governo foi responsável pela implantação de várias instituições educativas – em diferentes níveis de ensino – e órgãos culturais no estado. Entre elas, destacamos a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, que nasceu com o objetivo de possibilitar caminhos que favorecessem mais tarde a viabilização da Universidade do Espírito Santo – UES.

Os primeiros debates acerca da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Vitória, ocorreram ainda no início de 1951. Discussões que germinaram no seio de comissões formadas por estudantes e jovens do Espírito Santo, com objetivo de conseguir junto ao governo a criação da referida instituição, como as que já existiam nos grandes centros. Dessa forma, a FAFI foi criada nos moldes das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro e de São Paulo (CUNHA, 2000).

O projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em solo espiritossantense ficou a cargo do Secretário de Educação na época, Rafael Grisi. No projeto de exposição de motivos, o secretário descreveu que a criação dessa faculdade visava aparelhar o estado do Espírito Santo com meios importantes para

cumprir com os ideais democráticos que defendia<sup>50</sup>. Um dos propósitos era que essa instituição traria benefícios para sanar os problemas referentes à necessidade de formação de docentes para o ensino secundário e normal do Estado. Apesar de ser um problema nacional – como observamos no capítulo anterior –, o Secretário de Educação estava bem ciente de que uma educação de qualidade deveria, em parte, estar sob responsabilidade de professores especialmente habilitados para seu cumprimento. Além disso, sendo núcleo da futura Universidade do Espírito Santo, a FAFI atrairia alunos, professores e pesquisadores para a capital do estado (CUNHA, 2000).

No dia 7 de dezembro de 1951, foi sancionado pelo Governador o projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, sob a Lei Estadual 550. Essa Lei, entre outros aspectos, determinava que a FAFI destinava-se a:

- a) – transmitir e incentivar, através do ensino, a cultura filosófica, científica e literária;
- b) – contribuir para a realização da obra social da vulgarização do conhecimento e base científica;
- c) – promover a formação de trabalhadores intelectuais e pesquisadores nos diversos domínios, de ordem desinteressada e técnica, que constituem objeto de sua atividade didática;
- d) – preparar professores de ensino secundário, normal e superior (ESPÍRITO SANTO, 1951, Art.1).

Mesmo sendo criada em 1951, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras só veio ser instalada em 31 de janeiro de 1953, e, a autorização para início de suas atividades só ocorreu em julho do mesmo ano. Essa lentidão para iniciar as atividades é justificada pela demora na aprovação do processo de autorização para funcionamento da instituição, e, pela necessidade de adequação às exigências instituídas pelo Ministério da Educação (CUNHA, 2000).

A FAFI foi instalada no prédio onde funcionava a Escola Normal Pedro II ao lado do Palácio Anchieta, no centro de Vitória. Nesse espaço manteve suas atividades até o final de 1956 em período noturno, pois, no período diurno a área estava destinada as atividades da Escola Normal Pedro II. Atualmente, naquela localidade funciona a

---

<sup>50</sup> Vale ressaltar, que esses valores não eram apenas defendidos por Grisi, mas eram valores vigentes, principalmente, dado que, nesse período estava acontecendo à expansão de diversas instituições de ensino.

Escola Estadual de Ensino Médio “Maria Ortiz”, uma instituição voltada à formação de estudantes no Ensino Médio.

Durante a espera da resposta oficial para início das atividades da/na FAFI, jornais locais veicularam notas (exemplo na Figura 01) acerca dos processos que estavam ocorrendo na instituição.

**Figura 01** – Recortes de notícias sobre o início das atividades na FAFI



Fonte: Jornal A Gazeta de 14 e 19 de junho de 1953, respectivamente.

O primeiro vestibular (Figura 02) ocorreu em agosto de 1953, e, os primeiros cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras eram: Pedagogia, Filosofia, Geografia e História, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neolatinas. Para esses

curso concorreram 33 candidatos, sendo 32 aprovados e apenas 18 concluintes. Ressalva-se aqui, que apenas os cursos de Pedagogia e Filosofia não entraram em funcionamento nessa data, tal fato, devido ao baixo quantitativo de alunos aprovados em seus vestibulares – 1 e 2 candidatos respectivamente (CUNHA, 2000).

**Figura 02** – Prova de Português dos primeiros exames vestibulares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - 06/08/1953



Fonte: Galeria de imagens do CCHN (<http://www.cchn.ufes.br/content/galeria-de-imagens>).

No início, um problema enfrentado pela instituição foi a falta de docentes habilitados para nela atuar. Como forma de suprir essa ausência, alguns docentes de outros estados foram contratados, como por exemplo, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os cursos ficaram restritos a uma formação inicial de três anos, devido a falta de recurso material, financeiro e humano voltado à pesquisa (CUNHA, 2000). Um problema que parecia ser de ordem nacional e não apenas regional, pois, segundo Carvalho (1992, p.220), “[...] a maioria das faculdades de filosofia não desenvolvia pesquisa e, aparentemente, formava mal tanto o bacharel como o professor”.

Os alunos que tinham interesse de cursar alguma licenciatura se deslocavam para outras instituições, como por exemplo, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, em busca de uma complementação que durava um ano. Essa complementação oferecia Didática e outras disciplinas pedagógicas,

concedendo aos alunos o grau de licenciados. Acerca dessa época, o professor José Manuel da Cruz Valente (entrevista em 2011) menciona que

*[...] era só licenciatura! Inclusive no começo, não tinha nem [licenciatura]... Bom, quando tinha o de matemática, aí já tinha o curso de Didática. [...] Até aí o pessoal fazia o bacharelado de três anos, e ia fazer Didática fora daqui. No Rio, São Paulo, Belo Horizonte. Em geral, no Rio. Por que não tinha curso de Didática aqui, aí depois veio o curso de Didática.*

Vários desses alunos após concluírem a complementação e voltar para o Espírito Santo foram convidados a lecionar na FAFI. No final de 1958, foi autorizado o funcionamento do Curso de Didática nessa faculdade, com o objetivo de instituir as licenciaturas. Prática que já era comum em todo território nacional a partir do Decreto-Lei 1.190/39 – mencionado na seção anterior. No ano seguinte, já foi possível perceber uma maior procura por parte dos vestibulandos pelos cursos de licenciatura, que tinham como objetivo a formação de professores para lecionar no ensino primário e secundário (CUNHA, 2000).

Em 1957, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi transferida para outro prédio (Figura 03), esse por sua vez, situado na Avenida Jerônimo Monteiro, também no centro da cidade de Vitória.

**Figura 03** – Prédio do antigo Grupo Escolar Gomes Cardim, atual FAFI, na esquina da Av. Jerônimo Monteiro com a Rua Barão de Itapemirim



Fonte: Arquivo Geral de Vitória (1940).

Projetado por um arquiteto tcheco-eslovaco, esse prédio, abrigou diversas instituições. Após sua inauguração em 1926, passou a funcionar nesse estabelecimento o Grupo Escolar Gomes Cardim. Em 1948, esse Grupo Escolar foi anexado a Escola Normal Pedro II e foi transferido para outro local, passando o prédio a abrigar o Colégio Estadual do Espírito Santo. A partir de 1957, com a transferência do Colégio Estadual para o Forte São João, também no centro de Vitória, a FAFI foi transferida para esse imóvel. Mais tarde, devido a importância da instituição no cenário sociocultural, o prédio passou a ser conhecido como “prédio da FAFI”. Esta denominação ele carrega até hoje, mesmo que atualmente, o imóvel, pertença à prefeitura, onde são oferecidas oficinas destinadas a crianças.

Após a instalação dos institutos superiores o Governo não esperaria muito tempo para estabelecer medidas que viabilizassem a criação de uma universidade em território capixaba. Visto que, desde o início da década de 1950, estavam se delineando processos de federalização em todo território nacional. Nesse movimento de federalização, o governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, instituiu um Conselho de Ensino Superior. Entre as razões defendidas para criação desse conselho estava a necessidade de estudar medidas para a concretização do projeto de uma universidade. Em uma das reuniões do Conselho, o secretário de Educação, Rafael Grisi, apresentou um esboço do anteprojeto de Lei para a criação da universidade, recebendo aprovação (BORG, 1995).

Em 1954, após algumas reformulações, foi aprovado na Assembleia o projeto de criação da Universidade do Espírito Santo – UES. Posteriormente, esse projeto foi transformado na Lei Estadual 806 e sancionado pelo Governador. A UES tinha como objetivos:

- a) promover condições propícias ao desenvolvimento da reflexão filosófica da pesquisa científica e a produção literária e artística;
- b) assegurar, pelo ensino, a comunicação dos conhecimentos que concorrem para o bem estar generalizado e para a elevação dos padrões de vida, de atividade e de pensamento;
- c) formar especialistas nos diversos ramos da cultura e técnicos altamente habilitados ao exercício das atividades profissionais de base científica ou artística;
- d) incentivar e prover os meios de progresso da cooperação nas atividades intelectuais;



- e) realizar a obra social da vulgarização da cultura (ESPÍRITO SANTO, 1954, Art.2).

Nos objetivos para criação da UES nota-se uma equiparação com os paradigmas e valores vigentes na época, de modo geral para o desenvolvimento do ensino superior em território brasileiro. Seguindo o modelo instituído pela Reforma Campos – posteriormente flexibilizado pelo Decreto-Lei 8.457 de 1945 –, a UES congregou a reunião de institutos universitários e órgãos complementares. Os institutos foram: Escola Politécnica; Escola de Belas Artes; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras; Escola de Música; Escola de Medicina – ainda não instalada –, Faculdade de Odontologia; Escola de Química Industrial e Farmácia. Os órgãos complementares: Santa Casa de Misericórdia; Biblioteca Estadual; Escola de Educação Física; Museu Capixaba; Escola de Auxiliares de Enfermagem; Instituto de Tecnologia; Hospital das Clínicas; e o Horto Florestal (ESPÍRITO SANTO, 1954).

A solenidade de instalação da Universidade do Espírito Santo aconteceu em 26 de maio de 1954. Estavam presentes nesta solenidade: Rafael Grisi, Jones dos Santos Neves – governador do Espírito Santo –, Ceciliano Abel de Almeida – Reitor da UES –, autoridades eclesiásticas, militares, entre outras pessoas. No discurso proferido na solenidade de criação, o Governador destacou que já havia passado muito tempo desde a época em que as universidades nasciam às sombras das catedrais, e que a Universidade do Espírito Santo era “[...] sobretudo um ato de fé na mocidade da minha terra” (UNIVERSIDADE..., 1954, p.5). Rafael Grisi, por sua vez, destacou que a missão da universidade era pensar e fazer pensar. Além disso, descreveu que a Universidade do Espírito Santo se apresentava “[...] no plano político-administrativo, como a obra máxima de um governo que se mostrou sensível às vicissitudes da sociedade e da cultura capixaba [...]” (UNIVERSIDADE..., 1954, p.15). No discurso proferido por Ceciliano Abel de Almeida, chama atenção a noção elitizada que esse Reitor traz a respeito da Universidade. Segundo ele,

[...] a Universidade é grupo social, voluntário e natural às sociedades humanas [...] A parte cultural distingue a Universidade dos outros grupos sociais. Ela forma um conjunto de estudos de caráter superior, destinado à pesquisa da verdade e ao alto preparo cultural das elites de uma nacionalidade (UNIVERSIDADE..., 1954, p. 20).

Apesar da criação e instalação da Universidade do Espírito Santo ter sido concretizada em 1954, em muitos aspectos seu projeto permaneceu apenas no papel até o início da década de 1970 <sup>51</sup>. Tal fato, devido às Faculdades, Escolas Superiores e órgãos complementares continuarem com autonomia didática e administrativa, visto que funcionavam de forma isolada – já que não existia um espaço comum que as congregasse. Esse cenário foi descrito no trecho de duas entrevistas: a primeira pelo professor Eliezer Arantes da Costa (entrevista em 2011), e a segunda, pelo aluno e posteriormente professor, Arnaldo Sossai (entrevista em 2013).

*Os caras da FAFI não tinham nada a ver com a UFES, assim no relacionamento, eles estavam em um mundo isolado, aí no centro da cidade, não iam para lá, só iam para lá para... Eu tenho impressão que nem existia na época o Campus. A engenharia inclusive, não ficava no Campus, ficava ali na Reta da Penha por ali, agora aquilo virou acho que museu, alguma coisa assim, a engenharia também ficava ali. Então era tudo espalhado, a Universidade era uma coisa no papel, no papel. E cada unidade era separada da outra. Quando colocou tudo no Campus, é que começou a haver essa sinergia, centro acadêmico, etc... Mas aí, eu já tinha saído da Universidade.*

*Bem, eu entrei aqui em 1969, como aluno, ainda na antiga Faculdade de Filosofia e depois passamos aqui para a sede da universidade atual e conclui o curso em 1972 [...]. O Campus [Campus Goiabeiras], na verdade tinha iniciado. Inicialmente veio para cá o curso de Direito, que funcionou onde funciona hoje a Pró-Reitoria de Graduação [...].*

Os estabelecimentos de ensino superior que constituíram a Universidade do Espírito Santo só foram transferidos definitivamente a partir de 1971, com a construção dos Campus de Goiabeiras e Maruípe. À medida que as instituições foram sendo transferidas, foi-se compondo os Centros Universitários que formaram a Universidade. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo foi integrada ao Centro de Estudos Gerais (CEG). Esse Centro era composto pelos setores básicos das demais faculdades juntamente com as licenciaturas da FAFI – História, Geografia, Letras, Ciências Biológicas, Pedagogia e Matemática – (CUNHA, 2000). Especificamente, sobre o curso de Matemática, abordar-se-á no próximo capítulo.

---

<sup>51</sup> Período em que a Universidade do Espírito Santo já não pertencia mais a esfera estadual, pois, tinha sido federalizada.



Em um balanço quantitativo sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, temos o saldo de formação de um total de 995 alunos. Sendo destes, 736 alunos formados em licenciaturas, no período de 1959 a 70, e, 259 alunos formados em bacharelado, entre 1955 a 70. Portanto, pode-se observar que mesmo começando com o objetivo de formar bacharéis, a FAFI ganha notoriedade e direciona-se na significativa formação de licenciados.

#### 4.3 INCORPORAÇÃO DA FAFI COM A CRIAÇÃO DA UFES

No início da década de 1960, como mencionou-se anteriormente, houve um processo de federalização de diversas universidades estaduais, municipais e particulares em todo território brasileiro. Diante desse processo, o Espírito Santo também não passa despercebido, pois, começam movimentos objetivando a federalização da Universidade em território capixaba. O processo de federalização da Universidade do Espírito Santo, ou para muitos, a criação da Universidade Federal do Espírito Santo efetivou-se em 30 de janeiro de 1961, sob a Lei Federal 3.868. Essa lei determinava que a UES, agora sob domínio da União, seria composta pelas seguintes instituições: Faculdade de Direito<sup>52</sup>, Faculdade de Ciências Econômicas – ambas não congregadas no processo de estadualização –, Escola Politécnica, Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Faculdade de Medicina<sup>53</sup>, Faculdade de Odontologia e a Escola de Educação Física. De acordo com Perota (1995), por decisão do MEC, a Escola de Música não foi incluída na federalização, permanecendo uma instituição de caráter estadual até momento.

Uma peculiaridade no decorrer do processo que antecedeu a federalização pode ser evidenciada através de um trecho de entrevista da professora de Matemática Myrtha Salloker Fayet, presente no ato de entrega da solicitação pela federalização da Universidade do Espírito Santo. Essa entrega ocorreu na solenidade de inauguração

---

<sup>52</sup> A Faculdade de Direito nesse período já pertencia à esfera federal. Como foi mencionado, ela havia sido federalizada em 4 dezembro de 1950, sob a Lei Federal 1.254.

<sup>53</sup> Segundo Borgo (1995), a Faculdade Medicina apesar de ter sido criada por uma Lei Estadual em 1957 e autorizada a funcionar por um Decreto Federal em 1960, só foi instalada depois da federalização, em 13 de abril de 1961.

da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo, em 1960. Sobre essa ocasião a professora afirmou:

*– Quando a Escola Politécnica... se transformou em uma das unidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Eu estava no palanque, que havia na inauguração da Escola de Aprendiz de Marinheiro [em Vila Velha – ES]. Quando o presidente Juscelino [Kubitschek] veio para a inauguração e foi entregue a ele mais um documento pedindo... Solicitando a federalização da Universidade Estadual do Espírito Santo. Quem entregou foi o Aly da Silva, eu acho que devia ser eu [...]* (FAYET, entrevista em 2007).

Neste trecho é interessante perceber a importância que um evento militar tinha nessa época. Tais eventos e/ou comemorações conseguiam trazer o presidente (autoridade máxima do país), ressaltando o prestígio e o poder da instituição militar. Aquele momento, como destacou Fayet, para além de uma comemoração, serviu como forma de reforçar o pedido de federalização da UES à autoridade máxima.

Além das atitudes realizadas por pessoas da Universidade para que a federalização se concretizasse, foi possível evidenciar as iniciativas efetuadas por parte de um parlamentar, Dirceu Cardoso. Em um trecho de entrevista Myrtha Salloker Fayet (entrevista em 2007), enfatizou a presença deste, descrevendo que nesse período *“[...] quem muito se interessou pela federalização da Universidade, foi o deputado Dirceu... Cardoso eu acho, Dirceu Cardoso. Deputado Federal. Ele se interessou muito [...]”*. No trabalho realizado por Perota (1995), esse parlamentar também foi citado como uma pessoa que se empenhou para que fosse aprovada a lei de federalização ou criação da UES.

Com relação à federalização da Universidade do Espírito Santo, Perota (1995) descreve que existiram controvérsias acerca da existência de um processo de federalização. Tal fato devido à existência de duas opiniões acerca desse episódio. A primeira sinalizando que a Universidade Federal foi de fato fundada em 1961, sem conexão com a Universidade Estadual já existente, que por sua vez, estava em fase de consolidação. A segunda evidenciava que havia existido uma continuidade da Universidade do Espírito Santo, dado que, o processo de federalização foi apenas uma transferência de todo patrimônio estadual – com exceção da Escola de Música – para domínio da União. A última opinião também foi observada em um trecho da entrevista concedida pela professora Fayet (entrevista em 2007), onde ela comentou sobre o processo de federalização:

*– É interessante que em 1961 foi federalizada a Universidade [do Espírito Santo], mas, continuou o Estado efetuando os pagamentos. No ano seguinte é que o MEC colocou a diferença, passou o que devia ao Estado e nós passamos a receber diretamente do Ministério da Educação.*

Nesse trecho, além de evidenciar a federalização como um processo, é possível constatar que mesmo diante de todo esforço disponibilizado à aprovação da federalização da UES, o Governo Federal continuou deixando a cargo do Estado – por um período – a manutenção das instituições superiores que compunham a Universidade. Esse fato pode ser entendido como certo descaso com a educação do estado do Espírito Santo, mas, Cunha (2007b) explica que essa posição se justificava pela falta de recursos do Governo Federal. Dado que,

*[...] a jurisprudência firmada pelo conselho [Conselho Federal de Educação] dizia que nenhuma nova “federalização” de escola superior deveria ocorrer enquanto as despesas do governo federal com esse grau de ensino permanecessem acima das dotações orçamentárias (CUNHA, 2007b, p.78, grifo do autor).*

Em 1962, apesar de federalizada, a Universidade do Espírito Santo, ainda não tinha um Reitor que respondesse pela instituição. Essa espera, motivada por questões de cunho administrativo, conduziram Jair Etienne Dessaune, professor catedrático da Faculdade de Direito, a assumir essa responsabilidade, respondendo em caráter provisório como Reitor da instituição. Como o objetivo era colocar a UES – agora federalizada – em funcionamento e não existindo um espaço comum que acomodasse tanto a parte administrativa, quanto congregasse as instituições superiores que passaram a constituí-la, Dessaune instala por alguns meses a Reitoria da Universidade em sua casa, transferindo-a posteriormente para a sede do antigo Colégio do Carmo, em Vitória. Mesmo pertencendo esfera federal, essas instituições de ensino superior continuavam mantendo autonomia administrativa e didática (PEROTA, 1995).

A partir de 1965, devido a Lei Federal nº 4.759, as Universidades que eram mantidas pela União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura sediadas na capital, passaram a ser classificadas como federais e adotaram a nomenclatura do estado.

Assim, a UES passou a denominar-se Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Segundo Borgo (1995), é necessário assinalar que mesmo funcionando de forma isolada depois da federalização, as preocupações com a construção de uma sede comum que reunisse todas as unidades acadêmicas, sempre estiveram presentes. Isso porque, antes mesmo de sancionar a Lei Estadual que criava a Universidade do Espírito Santo, o Governo do Estado, já havia reservado uma área localizada no bairro de Maruípe em Vitória, para a construção da futura cidade universitária. Nesse espaço alguns prédios começaram a ser construídos, entre eles, o prédio da Escola Politécnica<sup>54</sup>. Mas, devido às dificuldades para efetivar a doação do terreno pertencente à prefeitura e as invasões que foram acontecendo gradativamente, não foi possível que a cidade universitária se concretizasse naquele espaço. Alguns anos depois, nas áreas pertencentes ao Instituto Agrícola, Instituto Anatômico e Sanatório Getúlio Vargas – também no bairro de Maruípe –, foram erguidos prédios, que posteriormente se tornou o Campus Universitário Thomaz Thomazini, ou como atualmente é conhecido, Campus de Maruípe.

Em 1966, as opiniões divergentes e os impasses criados em torno da escolha de um novo local para abrigar o campus universitário persistiam. Essa situação conduziu o reitor da época, Alaor de Queiroz Araújo, a designar uma comissão<sup>55</sup> que tinha o objetivo de estudar dentre os possíveis terrenos, qual se apresentava o mais apropriado para abrigar o campus da Universidade Federal do Espírito Santo. Dentre os membros dessa comissão, podemos salientar a presença dos professores José Manuel da Cruz Valente e Hilton Dei Guadagnin – professores que mais tarde vão contribuir na criação do curso de Matemática. Acerca desse episódio Hilton Dei Guadagnin (entrevista em 2013), nos descreveu que:

---

<sup>54</sup> Atualmente nesse prédio funciona o Centro Integrado de Cidadania de Vitória, mais conhecido como Casa do Cidadão. Nesse Centro são oferecidos serviços básicos a população, como: emissão de documentos, Procon, atendimento às vítimas de violência e discriminação, serviços jurídicos, entre outros.

<sup>55</sup> Essa comissão instituída por Alaor Queiroz Araújo era uma segunda comissão, pois, na gestão de Manoel Xavier Paes Barreto, já havia sido criada uma comissão com o mesmo objetivo (PEROTA, 1995).

*[...] os lugares que foram aventados para a Universidade: Avenida Leitão da Silva, ao longo da Avenida Leitão da Silva, porque ali tinha um canal, tinha poucas construções eles inventaram [...] A outra possibilidade que eles aventaram foi a Praia do Suá, no aterro da Praia do Suá [...] Eu notei na época aquela tendência absurda e lógica de você tomar uma opção para desviar de outra. Então, o melhor terreno desde o começo [...] foi onde era o Country [Vitória Golf & Country Club], onde é hoje Goiabeiras. Mas a tendência toda, de todos os estudos que foram feitos previamente era para desviar dali. O motivo especial que tinha, era uma pessoa muito relacionada, muito bem relacionada que era um médico aqui, que era presidente do Golfe Clube. Mas, aquilo nunca funcionou direito, aquilo sempre foi algo muito bonito, aquele gramado, aquelas árvores, mas é um negócio que nunca foi usado direito, e desde o começo.*

O trecho anterior colocou em evidência que os impasses e opiniões divergentes que existiram acerca da escolha do local para abrigar a Universidade, eram muito mais de ordem política do que de infraestrutura. A decisão favorável para a instalação do campus universitário foi pela área que pertencia ao Vitória Golf & Country Club, adquirida ainda em 1966. Em 1968, foi adquirido também o terreno correspondente a Ilha do Cercado<sup>56</sup>, contígua ao Vitória Golf & Country Club. A junção desses dois espaços possibilitou a criação do Campus Universitário Alaor de Queiroz Araújo, ou como atualmente denominamos Campus de Goiabeiras (BORG, 1995).

Segundo Perota (1995, p.70),

*[...] a opção pela instalação do campus na área do antigo Vitória Golf & Country Club estava em consonância com a ambiguidade da política federal para a educação superior pós 64, isto é, ao mesmo tempo que pretendia integrar as diversas faculdades num único espaço físico, promovia sua segregação do espaço urbano [...].*

A partir de 1967, começaram as construções dos primeiros prédios no Campus de Goiabeiras, e posteriormente, ocorreu à transferência paulatina das Faculdades e Escolas Superiores. Esse Campus inicialmente teve seu planejamento voltado para abrigar as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Ciências Econômicas, Escola de Educação Física e Escola de Belas Artes. Isso porque, “[...] essas instituições apesar de possuírem prédios próprios, não comportavam mais a demanda de alunos, reflexo da política educacional vigente [...]” (PEROTA, 1995, p.73). Hilton Dei Guadagnin (entrevista 2013), também descreveu a situação elucidada contando que o início da federalização “- Foi um pouco traumático em

<sup>56</sup> Segundo Perota (1995), a Ilha do Cercado, era uma pequena ilha cercada por mangues, e sua aquisição foi de grande importância à UFES, pois, representou a expansão de seu território.

*termos de instalações. Inclusive, a universidade não tinha instalações capacitadas inclusive para... inclusive para acréscimos [...]”.* Posteriormente, a ideia do novo Campus, se concentrou no objetivo de criar condições físicas à Reforma Universitária.

No ano de 1966 a UFES elaborou um Plano de Reestruturação Universitária. Esse Plano tinha como propósito atender as deliberações do Decreto-Lei 53/66, que fixava princípios e normas para as universidades federais, entre outras providências. Essa proposta de reestruturação vai se constituir um divisor de águas para os novos tempos das universidades em âmbito nacional. E a Universidade Federal do Espírito Santo se destacou nesse período como sendo uma instituição pioneira na formulação de um plano de reestruturação. Coordenado pelo professor norte-americano Rudolph Phillip Atcon, o Plano, entre suas propostas indicava que a Universidade deveria criar departamentos, e que estes seriam correspondentes a um campo básico ou específico do conhecimento. Esses departamentos, por sua vez, seriam agrupados em áreas afins para que juntos formassem Centros Universitários. Inicialmente na proposta apresentada por Atcon, a Universidade seria composta por sete Centros, mas, em decorrência dos Decretos-Leis 53/66 e 252/67, o Plano de Reestruturação sofreu algumas alterações (PEROTA, 1995).

A estrutura universitária da UFES, agora sob o Decreto Federal 63.577 de 1968, extinguiu as antigas Faculdades e Escolas Superiores, substituindo-as por oito Centros, a saber: Estudos Gerais, composto pela reunião da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os setores básicos das demais unidades de ensino; Artes – anteriormente denominado Centro Artístico –, foi resultante da incorporação de setores básicos específicos nessa área com a Escola de Belas Artes; Tecnológico, formado pela Escola Politécnica; Agropecuário – composto pela reunião das disciplinas e dos recursos materiais e humanos existentes ou a disposição na Universidade; Biomédico – resultante da aglutinação da Escola de Medicina e Odontologia; de Educação Física e Desportos – anteriormente denominado Centro Esportivo –, formado pela Escola de Educação Física; de Ciências Jurídicas e Econômicas, composto pela Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas; e o Pedagógico, formado pela reunião de estudos de educação ministrados na

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Destaca-se que do Plano de Reestruturação inicialmente desenvolvido por Atcon, foi excluído apenas o Centro Cibernético, e incluído o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e o Centro Pedagógico (CUNHA, 2000). Acerca desta distribuição um aluno da época explicou que

*[...] nesse período estava tendo a montagem da Universidade. Então o departamento de Matemática foi um dos primeiros a vir para cá [esse departamento estava inserido no Centro de Estudos Gerais]. E foi um início assim um pouco conturbado porque teve que juntar no mesmo departamento, professores oriundos do curso de Matemática, outros da Administração, da Economia e da Engenharia, que sempre achavam que eles é que eram os matemáticos. Rendeu muita confusão, muita dificuldade [...]* (D'ÁVILA, entrevista 2011).

Essa nova estrutura universitária como constatou-se causou polêmica não apenas em termos de organização, mas criou divergências em termos de recursos humanos. Destaca-se que a adoção desse modelo até hoje suscita opiniões adversas. Pois, sendo uma época de efervescência política em nível nacional, o Estado não ficou imune. Inclusive, a FAFI ganhou notoriedade devido aos movimentos estudantis gerados no seio de sua instituição. Em termos políticos, houve reações favoráveis e contrárias ao processo de incorporação da FAFI ao Centro de Estudos Gerais – CEG (CUNHA, 2000). Entre os argumentos em defesa dessa incorporação, evidencia-se o fato de que o novo espaço destinado a congregar as Faculdades e Escolas Superiores, era muito mais amplo e trazia muitas possibilidades. Contrariamente, essa distribuição provocou o distanciamento dos professores e alunos, pois, as disciplinas acabavam sendo ofertadas em locais diferentes. Pulverizando assim, as relações antes já estabelecidas entre os estudantes e professores, como mencionou-se anteriormente de acordo com Saviani (2010) e Ghiraldelli Jr (2009). Essa crítica também pode ser contemplada em um trecho de entrevista:

*[...] eu gostaria que eles terminassem o curso como um amigo... que talvez o sistema MEC-USAID tinha interesse de não existir. Foi por isso a REFORMA, que eu combati sempre! O Seriado era importante, um conhecia o outro. Por que numa firma, aquele que vende, aquele que é batalhador, aquele que não sabe se expressar, que fica na prancheta, é preciso conhecer! E o interesse é que não houvesse desenvolvimento no país. Então, eu sou contra o acordo MEC-USAID, detestava isso, eu transmitia* (FAYET, entrevista em 2007).

Além disso, essa nova estrutura dificultava as organizações políticas efervescentes. O que pode ser observado em um trecho da entrevista de um aluno daquela época – Taciano Fernandes Corrêa (entrevista em 2011):

*Então, a função da FAFI era ser a cabeça pensante da UFES. O resto era corpo. A cabeça pensante, todos os movimentos... sociais, culturais e revolucionários da UFES, saíam da FAFI. Alguns alunos dos outros cursos que tinham uma mente mais aberta se juntava[m] na FAFI [...] Ali, era... era a cabeça pensante. Eles tinham uma visão de mundo maior [...] [Pois,] não estudavam só matéria específica, entendeu? [...] Então, a primeira coisa que eles fizeram foi implodir a FAFI. Empurraram tudo para o Campus de Goiabeiras sem a mínima condição. [...] empurram primeiro pra lá foi os cursos da FAFI. Depois Belas Artes, também era outro pessoal que pensava. Entendeu!? [...] Mas o... pessoal da FAFI aqui foram pra lá na, na marra! [...] Aí desmantelaram!*

Borgo (1995) destaca que desde a fase de discussão do projeto de modificação estrutural, foram evidenciadas reações e críticas. Essas críticas se direcionavam contra a distribuição das disciplinas pelos novos Centros e ao sistema de unidades básicas. Em especial, elas convergiam para a diversidade e o tamanho do Centro de Estudos Gerais. No trabalho de José Manuel da Cruz Valente (1968), intitulado “*Considerações sobre a nova estrutura da UFES*”, foi possível constatar algumas dessas críticas. O autor descreve sobre a heterogeneidade do CEG e aponta os erros que já podiam ser notados nessa nova estrutura, dois anos após a reforma. Entre esses erros, destacou que no Plano de Reestruturação coordenado por Atcon, o Centro Universitário era a unidade máxima da universidade, agrupando vários departamentos de campos ou áreas afins, que representariam um setor do conhecimento. Mas, observando a estrutura do Centro de Estudos Gerais, notava-se que ela estava em desacordo com a legislação vigente. Isso por que, como resultado reunião da FAFI e de setores básico das demais unidades de ensino, o CEG, congregava várias áreas que não eram afins, e, se tomadas no sentido de setor do conhecimento, “[...] não representam apenas um setor do conhecimento, mas, todos os setores [...]” (VALENTE, 1968, p.4, grifo do autor).

As críticas a respeito da diversidade e do tamanho do CEG, também puderam ser observadas no trecho da entrevista do professor José Merigueti (entrevista em 2011)

*Então, foi juntar as disciplinas de todos os... as Faculdades, em um, em Centros. Assim em vez de você ter [...] um Departamento de Matemática na*



*FAFI, outro Departamento de Matemática no Centro Jurídico, outro Departamento na Engenharia, você fazia um Departamento da Universidade. E esse departamento, como as disciplinas eram básicas, ficou no Centro de Estudos Gerais. Agora, só que esse Centro foi um, um negócio imenso. Por que parte de todas as disciplinas foram parar lá (risos). Aí teve Departamento de Matemática, Departamento de Física, Departamento de Química, Departamento de Biologia, Departamento de História, Departamento de Geografia, Departamento (risos)... de Estatística. Veio depois, de Estatística nós que fundamos, nós dividimos depois. E depois de Informática também, Informática para a Engenharia [...].*

No aspecto jurídico, Valente (1968) ressaltou que o modelo estrutural adotado no Centro de Estudos Gerais pela UFES, em alguns aspectos não estava em conformidade com os dispositivos que foram sancionados neste período. Isso porque, enquanto o Art. 2º do Decreto-Lei 53/66 deliberava que o ensino e pesquisa básicos estariam concentrados em unidades, que por sua vez, formariam um sistema comum, a unidade básica da Universidade Federal do Espírito Santo se reduzia a uma, o CEG. Ou seja, “[...] em flagrante desacordo com o texto legal [...]” (VALENTE, 1968, p.13). Outro ponto de discordância é que o Decreto-Lei 252/67, esclarecia que esse sistema de unidades mencionado no decreto anterior, referia-se as áreas fundamentais dos conhecimentos humanos<sup>57</sup>, e o CEG, não englobava a área de Artes, que estava inserida em seu respectivo Centro. Contudo, é importante observar que posteriormente, com o objetivo de estar em consonância com as legislações, Borgo (1995) esclarece que o Centro de Estudos Gerais e o Centro de Artes se constituíram o sistema de unidades básicas da Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto os demais Centros, o sistema de unidades profissionalizantes.

A implantação da Reforma Universitária em território espiritossantense, a exemplo do que estava acontecendo em cenário nacional, efetivar-se-ia a partir de 1971. Neste ano, adotaram-se normas para o vestibular unificado de 1972, cronograma de implantação da reforma acadêmica, instalação do CEG e a instituição da Coordenação Geral do Ciclo Básico. Em 1972, ocorreu a implantação do Centro de Artes, fixou-se normas para implantação dos Centros Biomédico e de Ciências Jurídicas e Econômicas, foram definidos critérios para departamentalização dos centros profissionais. A partir 1973, foram implantados os departamentos dos

---

<sup>57</sup>A saber: Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas e Biológicas, às Geociências, às Ciências Humanas, bem como à Filosofia, às Letras e às Artes.

Centros de Educação Física e Desportos, Biomédico, de Ciências Jurídicas e Econômicas e do Tecnológico, instalou-se também o Conselho de Ensino e Pesquisa. No ano seguinte, foi instalado o Conselho de Curadores. Em 1975, era aprovada a departamentalização e iniciava-se a instalação do Centro Pedagógico. E por fim, em 1976, completava-se o estabelecimento da nova estrutura da UFES, com a implantação do Centro Agropecuário, devido incorporação da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (BORG,1995). Sobre a implantação dessa Reforma, José Merigueti descreveu que (entrevista em 2011):

*[...] foi um esquema terrível esse da Reforma Universitária. Foi uma reforma em todo o Brasil que houve. Foi em setenta, alguns implantaram em 70, outras universidade implantaram em 71, a nossa aqui implantou em 72. Então teve uma comissão, que eles chamavam de alto nível né (risos), que a gente trabalhava dia e noite, aquilo foi terrível. Pra gente organizar tudo, dividir tudo, fazer... Foi uma trabalhadeira danada, mas foi bom, foi ótimo [...] E depois em 72, que veio a Reforma Universitária, aí nós pegamos todos os três departamentos de matemática que tinha na UFES, que era o da... FAFI, o da Engenharia e de Ciências Econômicas. E fizemos um departamento. Nós não, a reforma, né! E eu trabalhei muito nessa reforma, nessa reforma trabalhei... Dei o sangue [...] Nós trabalhamos... Foi 72 principalmente [...] Nós trabalhávamos até de madrugada!*

Assim, neste trecho da entrevista foi possível notar que a Reforma Universitária na Universidade Federal do Espírito Santo não foi implantada de maneira rápida, ela aconteceu de forma gradativa e foi necessário principalmente mobilizar vários esforços humanos para que ela se concretizasse.

O percurso até aqui delineado oportunizou uma compreensão histórica de como ocorreu e se processou a constituição das primeiras unidades de ensino superior do território espiritosantense, sua aglutinação para a instituição da Universidade do Espírito Santo, e, posteriormente, a criação e/ou federalização da Universidade nesse mesmo território. Constatou-se os esforços mobilizados por diferentes indivíduos para que esses objetivos se materializassem. As dificuldades em conseguir um espaço comum que pudesse congrega as Faculdades e Instituto Superiores que foram incorporados a Universidade. Sinalizou a transformação das Faculdades e Escolas Superiores em Centros, atendendo a dispositivos legais. Evidenciou também as divergências, críticas, reivindicações e manifestações que emergiram com a incorporação da FAFI ao Centro de Estudos Gerais da UFES. Além disso, foi possível compreender como se delineou o processo de Reforma

Universitária não apenas em âmbito Nacional, como também em território regional, e os desdobramentos que essa reforma proporcionou. Conduzindo assim, para uma compreensão mais ampla do foco desta pesquisa, sobre a formação superior específica de professores de matemática, inaugurada na década de 1960, que será apresentada no capítulo seguinte.

## 5 CURSO SUPERIOR DE MATEMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO

*“[...] o abecê do nosso ofício aconselha a fugir desses grandes nomes abstratos para tentar estabelecer, por trás deles, as únicas realidades concretas, que são os homens [...]” (BLOCH, 2011, p.34).*

Este capítulo traz uma composição histórica acerca dos primeiros cursos de formação de professores de Matemática em/do território espiritossantense. Associando análise documental e/ou trechos de entrevistas, inicia-se retratando o movimento de criação e implantação do curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES até a incorporação desta instituição ao Centro de Estudos Gerais em uma sede comum. Na segunda seção, apresentou-se de modo especial os professores que participaram da criação e implantação desse curso ainda na FAFI. Posteriormente, descreveu-se uma história acerca do período de consolidação do curso de Matemática, após a Reforma Universitária já inserido na Universidade Federal do Espírito Santo. Na quarta seção, destaca-se a implantação de cursos de nível superior devotados à formação de professores de Matemática nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. Finalizando, analisa-se o processo de expansão e consolidação dos cursos de Matemática, a partir do século XX, no Espírito Santo.

### 5.1 LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA FAFI

A década de 1960 não apenas se configurou uma época de transformações em termos políticos e econômicos, como também, um período de mudanças no cenário educacional nacional. No que tange a este último, as mudanças foram motivadas pela promulgação da LDB<sup>58</sup>, em 1961. Essa Lei trouxe vários delineamentos para os diferentes níveis de ensino. No ensino superior, como descreveu Carvalho (1992), em muitos aspectos a LDB manteve a estrutura desse nível de ensino sem alterações, mas, suas ressonâncias foram numerosas. A fim de atender a esse

---

<sup>58</sup> Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

dispositivo e aos seus desdobramentos<sup>59</sup>, os cursos existentes na FAFI passaram por reformulações e outros foram instituídos. Dentre os novos cursos, destaca-se a criação dos cursos de Matemática e de Ciências Biológicas, instituídos sob o Ato de nº 5, em uma sessão do Conselho Universitário da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, em 10 de novembro de 1964. De acordo com esse documento, os motivos expostos para a criação desses cursos eram:

- 1 – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.E.S., no justo propósito de bem cumprir sua precípua finalidade de formar professores do ensino médio e iniciar a preparação de pesquisadores, sente a necessidade urgente de instalar os cursos de Matemática e Ciências Biológicas;
- 2 – Matemática e Ciências são duas disciplinas obrigatórias/ nos currículos do ensino médio e há uma carência absoluta não só nesta capital mas em todo Estado, de professores habilitados nas duas disciplinas;
- 3 – O ensino de Matemática e de Ciências constitui hoje parte essencial na formação de técnicos e a função dessas duas/ disciplinas, dentro dos moldes da moderna pedagogia, é/ ainda fator de despertamento de vocações para atividades fundamentais ao desenvolvimento econômico do Brasil;
- 4 – A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.E.S. tem sido insistentemente solicitada a dar essa inadiável contribuição ao sistema educacional do Estado, instalando/ esses cursos;
- 5 – Sem dúvida, muitas são as dificuldades a vencer para a instalação e manutenção desses cursos, dentro das limitações materiais de nossa Universidade, mas, a Faculdade/ de Filosofia, Ciências e Letras da U.E.S. com indispensável e valiosa colaboração da Faculdade de Medicina da U.E.S. e Escola Politécnica da U.E.S., se propõe a tudo/ tentar e fazer para concretizar essa idéia (FAFI, Livro de 1965, Tomo I, p.113).

Na exposição do primeiro motivo, constata-se que tanto o curso de Matemática como o de Ciências Biológicas da/na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, foram instituídos em nível “[...] de licenciatura e bacharelado, como os outros existentes [...]” (CUNHA, 2000, p.70). Observa-se neste motivo que ainda existia uma insistência na formação de bacharéis, mesmo considerando que, nessa época, a FAFI já havia alcançado notoriedade com a formação de licenciados, devido a implantação do Curso de Didática a partir de 1959. Essa insistência era observada não apenas em território capixaba, mas, em todo território nacional, dado que, as duas vertentes – licenciatura e bacharelado – coexistiam, mesmo considerando que “[...] a maioria das faculdades de filosofia não desenvolvia pesquisa” (CARVALHO, 1992, p.220).

---

<sup>59</sup> Conforme mencionado na seção 4.1 deste trabalho.

O segundo motivo enfoca a carência de docentes habilitados que existiam para essas duas áreas. No que concerne à área de Matemática, o segundo motivo também foi reforçado em um trecho de entrevista:

*Quem é que era apanhado para dar aula de Matemática? Em geral engenheiro né! e... pessoas que gostavam de Matemática sem qualquer formação específica. Então eu acho que era importante ter. Nós tínhamos todos os outros cursos. [...] Aliás, não tinha matemática, como não tinha Física, como não tinha Química e agora tem isso tudo! Então acho que era interessante sim, ter o curso de Matemática (VALENTE, entrevista em 2011).*

Como foi possível observar na entrevista, constatou-se que para suprir a carência de professores habilitados na área de Matemática era comum a contratação de engenheiros ou de pessoas sem nenhuma formação específica. A partir de 1946, diante dessa carência de docentes para atender a expansão que se processava no ensino secundário, Eurico Gaspar Dutra – presidente na época –, de modo emergencial instituiu uma medida com objetivo de suprir essa necessidade. Essa medida<sup>60</sup> visava por meio de um exame de suficiência, conferir um registro de professor aos aprovados, dando-os o direito de lecionar no ensino secundário, enquanto não houvesse diplomados pela faculdade de filosofia em número suficiente. Pois,

[...] o cenário educacional, principalmente no que se referia à formação do professor, pouco se alterou após a criação dos dois centros [a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – em 1934 – e da Universidade do Brasil – em 1939] [...] na década de 1930, e que as Faculdades de Filosofia que começaram a surgir, na década de 1950, também não conseguiram sanar a grande falta de professores, frente à expansão do ensino secundário [...] (BARALDI; GAERTNER, 2013, p.17).

Em 1953, outra medida também foi sancionada no sentido de ampliar o quantitativo de docentes habilitados a lecionar. Sob a deliberação do Decreto 34.638, foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES –, que tinha como objetivo promover medidas que conduzissem a elevação de qualidade e propagação do ensino secundário<sup>61</sup>. Dois anos depois, os exames de suficiência

<sup>60</sup> Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de Janeiro de 1946.

<sup>61</sup> Cabe salientar que segundo o Art.3 do Decreto 34.638, para atingir esses objetivos a CADES deveria promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário; promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino das várias disciplinas; elaborar

foram condicionados aos cursos da CADES. No ano de 1956, essa campanha de aperfeiçoamento passou a promover cursos intensivos de preparação para os exames de suficiência em todo território nacional. Os cursos oferecidos pela CADES eram elaborados com o intuito de suprir as deficiências dos professores – muitos desses até leigos – referentes aos aspectos pedagógicos e os conteúdos que iriam lecionar ou que lecionavam nas escolas de ensino secundário. Evidencia-se que muitos dos professores que estavam lecionando haviam aprendido os conceitos matemáticos sozinhos e/ou perguntando. Segundo Baraldi e Gaertner (2013), depois da vinculação ao curso da CADES, os exames de suficiência, concederam registro à docência a um número significativo de professores, o que não ocorria antes. Esse episódio, também foi descrito em um trecho de entrevista:

*[...] não existia o curso de Matemática. Então, existia o CADES [...] Onde não existia professor da matéria. Então o MEC dava um curso de 10 meses, e você recebia não um diploma, e sim uma carteira, que te dava direito a você dar aula daquela matéria. Então, como não existia curso de Matemática aqui, tinha esse curso do CADES [...] Por que naquela época quem dava aula de matemática, era tudo engenheiro. Não tinha ninguém formado! (CORRÊA, entrevista em 2011).*

No Espírito Santo, como foi notório neste último no trecho de entrevista, a CADES também existiu, com o objetivo de habilitar docentes para o ensino de Matemática em nível secundário. Além do que já foi apresentado, dois alunos do curso de Matemática que também fizeram a CADES e o exame de suficiência, descrevem outros aspectos dessa experiência. Posteriormente, apresenta-se o modelo da carteira conferida pela CADES (Figura 04), aos alunos aprovados no exame de suficiência.

*Dando matemática? Vários, por conta da CADES, [...] É advogado, era.... [...] O CADES? Era assim uma prova que dava, no sopapo. Tipo assim, de português, matemática, vinha aqui e fazia eu acho que uma seleção. E se você passava, você podia fazer o concurso para o estado. Eu não lembro, [mas acho que] não tinha curso de nada não! Era para o pessoal que ficava dando aula de “suplementarista”. Ficava dando aula de suplementares, era DT. Aí ficava dando aula, dando aula [...] Em um belo dia tinha essa prova aqui em Vitória [...] Aí fazia essa tal prova, passada, dava direito a fazer o concurso do estado para ser efetivo [...] Mas, onde tivesse Faculdade de Filosofia não podia dar prova para você. O português, não tinha CADES*

---

e promover a elaboração de material didático, especialmente audiovisual, para as escolas secundárias; estudar e adotar providências destinadas à melhoria e ao barateamento do livro didático; entre outras medidas.

*aqui no Espírito Santo, porque tinha faculdade aqui. Aí puseram a prova de Matemática [...] Mas aí a Faculdade não se conformou com aquilo, eu sei que abriu prova para a gente também. Foi onde nós fizemos a prova [a aluna descreve que não fez o curso preparatório, embora tenham feito a prova da CADES]. Então no segundo ano... eu fiz o primeiro ano de faculdade, e, no segundo ano já estava no Estado efetivada (COELHO, entrevista em 2013).*

*Nós conseguimos ou fazer o curso ou ir fazer a prova, quando nos já tínhamos 2 anos de faculdade. O MEC liberou pra gente fazer a prova, a gente fez, todos passaram, nós ficamos habilitados a participar do concurso do Estado. Em 1966, julho de 66. Todos passaram! [...] final de 67, 68 começou a ser nomeado [...] Ela [se referindo à professora Myrtha Salloker Fayet, chefe do curso de Matemática] exigiu que o MEC deixasse a gente fazer a prova. Mas tinha que fazer o curso e a prova. Nós não tínhamos feito o curso, aí ela pegou o procurador do... da UFES, entrou no MEC. Segundo ela, nós tínhamos não 10 meses, nós tínhamos 1 ano e 10 meses de curso. Fazia no final de 66, e a carteira é de 67, [...] Agosto de 67. A gente ficou autorizada a fazer a prova! [...] Fizemos a prova com o documento do MEC, uma folha, que nós tínhamos passado no curso da CADES, nós estávamos autorizados a fazer o concurso do Estado (CORRÊA, entrevista em 2011).*

**Figura 04 – Carteira da CADES**



Fonte: Acervo pessoal de Taciano Fernandes Corrêa.

A partir da década de 1970, Baraldi e Gaertner (2013), descrevem que sem uma data específica, a CADES deixou de existir. Elas avaliam que como uma campanha criada para sanar demandas de um período, a CADES pode ter sofrido inanição, fortalecido pela expansão do ensino superior nessa época. Outro ponto pode ter sido a instituição da Lei 5.692 de 1971, que entre outras deliberações, criava cursos de curta duração.

De volta ao terceiro motivo de criação dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas, constata-se que sua redação estava alinhada com o movimento tecnicista que imperava na década de 1960. A partir desta década, o Brasil,



vivenciava também as ressonâncias de um movimento em torno da renovação do ensino de Matemática, denominado Movimento da Matemática Moderna. Esse movimento buscava aproximar da educação básica a Matemática produzida no meio acadêmico. Segundo Saviani (2010, p. 336), “[...] de modo geral, a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora [...]”.

O último motivo apontou que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES enfrentaria dificuldades na implantação e manutenção desses cursos, visto que, nessa época a FAFI contava apenas com cursos voltados para área de humanidades e linguagens. Ou seja, não existia corpo docente qualificado para ministrar os novos cursos. Assim, a alternativa mais viável, como constatou-se na redação do quinto motivo, foi contar com os docentes que já atuavam em outras Faculdades e/ou Escolas Superiores; com professores da Escola Politécnica – para lecionar no curso de Matemática – e da Escola de Medicina – para o curso de Ciências Biológicas.

### **5.1.1 Professores precursores**

A criação de cursos superiores no Espírito Santo, em especial, do curso de Matemática da/na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, reúne várias pessoas que de alguma forma contribuíram para sua criação, implantação, e, consolidação. Indivíduos que de diferentes maneiras, mobilizaram esforços para que esse curso conseguisse prosperar, formando docentes para atender os diferentes níveis de ensino em diversos lugares.

Sobre os professores precursores nesse processo de criação do primeiro curso de Matemática espiritosantense, tomou-se como ponto de partida as referências feitas a esses docentes nas entrevistas, nos documentos e nos contatos estabelecidos pela pesquisadora. São eles: Hilton Dei Guadagnin, José Manuel da Cruz Valente e Myrtha Salloker Fayet. É importante sublinhar que esta menção não desmerece a importância de outros docentes e/ou indivíduos que também contribuíram no

processo de constituição do curso em questão. Visto que, “[...] ninguém tem o direito de acreditar que sua vida é mais útil que a dos vizinhos, pois cada um, em sua esfera, pequena ou grande, sempre encontrará razões perfeitamente legítimas para se acreditar necessário” (BLOCH, 2011, p.123).

Vale lembrar que Hilton Dei Guadagnin nasceu na cidade de Belo Horizonte, cursou o primário, o secundário também na capital mineira, formando-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Minas Gerais. Sobre esse período ele nos contou que:

*[...] Eu fiz o curso primário, naquela época [...] eram todos públicos, não tinha ensino particular na primeira série, no básico fundamental [...] fiz um curso secundário em colégio de padre [...] era um colégio que exigia muito [...] Eu comecei a fazer Engenharia em 44 [...] Eu me formei em 1949 [...] Naquela ocasião, a profissão da engenharia, estava muito difícil de você arranjar serviço, foi um período ruim na época que eu me formei [...] e eu já trabalhava muito por conta própria, eu já tinha trabalhado em uma firma de Engenharia [...] Naquela época tinha Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, eram as duas coisas que tinha, não tinham essa série de especialidades que tem hoje não (entrevista em 2013).*

Em 1950, Hilton Dei Guadagnin mudou-se para o Espírito Santo para trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagens – DER. Dois anos depois, foi convidado a lecionar na Escola Politécnica do Espírito Santo, na cadeira de Geometria Descritiva, e, na Escola de Belas Artes. Alguns anos depois, por questões de cunho político, pediu demissão da Escola Politécnica e continuou lecionando apenas na Escola de Belas Artes. Com a criação do curso de Matemática, em 1964, foi convidado para ser professor de uma disciplina denominada Geometria Descritiva e Desenho Geométrico para o 1º ano. Desse período foi possível conhecer alguns aspectos de sua prática através de quatro trechos de entrevistas. Segundo a professora Myrtha Salloker Fayet (entrevista em 2007), “[...] o professor Hilton Dei Guadagnin, tido como o melhor professor então naquela época. Tido pelos alunos como o melhor professor naquela época”.

*O professor Hilton [...] que me ensinou a raciocinar [...] na prova quando você pegava uma questão com aquela mania de segundo grau, que vem tudo bem parecido, nada! Logo que eu comecei eu falava: “-Gente, eu não sei nada” [...] Você entrava a zero, você tinha que a raciocinar naquele momento [...] E assim, ele ficou feliz de saber que ele era responsável de ter desenvolvido esse raciocínio, que foi maravilhoso [...] E me espelhei muito nele na minha vida profissional. Ele é o tipo da pessoa assim, ele divide*

*uma questão em três partes. Vamos supor matemática: raciocínio e cálculo [...] Se raciocinou certo, não tem a “respostinha” errada não. Você dava a nota no raciocínio, nota no cálculo [...] ele é uma pessoa justa [...] isso aí foi o que eu aprendi com ele também. Eu estava acostumada tipo assim, certo é certo, errado é errado. E pronto (COELHO, entrevista em 2013).*

*[...] Ele também era um professor muito... competente, com uma... precisão na hora de fazer os desenhos, incrível, da Geometria Descritiva. Porque na Geometria Descritiva usa muitas linhas retas, né? Intercessão de linhas, intercessão de planos. Você tem que fazer no quadro, 3 dimensões, para Geometria Descritiva, né? Fazer projeção vertical, projeção horizontal, de uma figura geométrica qualquer. E ele fazia com muita precisão (BORGES, entrevista em 2011)*

*[...] o Hilton Dei Guadagnin era responsável por um trecho dessa estrada BR 262, que está, lá perto de Venda Nova, quem passa na estrada, tem uma “muretinha” ali, parecendo que a estrada está no ar, ele que bolou um negócio para colocar aquela estrada lá. Ele é um engenheiro importante, mas, [...] gostava muito de Geometria Descritiva. A Myrtha e o Hilton foram pessoas que marcaram a minha vida porque foi enfim, modéstia à parte um brilhante aluno de descritivas. Eu gostava demais de Geometria Descritiva, fazer corte em folhas (D’ÁVILA, entrevista em 2011).*

Os trechos de entrevistas para além de compreender aspectos referentes à prática em sala de aula do professor Dei Guadagnin, serviram para perceber a admiração que a professora e alunos demonstravam por seu trabalho. Ao mesmo tempo essas memórias reforçaram a relação profissional que este professor e a professora Myrtha Salloker Fayet tinham como docentes da Escola Politécnica do Espírito Santo. Conjectura-se, que por essa afinidade e admiração profissional, Fayet tenha o convidado para participar do projeto de criação e implantação do curso de Matemática da/na FAFI. Enquanto docente desse curso, Dei Guadagnin, vivenciou e contribuiu desde os primeiros anos, até perto de se aposentar – na década de 1980.

Outro docente que também participou deste processo de constituição do curso de Matemática foi José Manuel da Cruz Valente. Nascido em Portugal, iniciou seu curso primário na cidade de Parede, nesse País. Veio ainda na infância para o Brasil e fixou-se no Espírito Santo, onde terminou o primário e concluiu o secundário. Sobre seu período de graduação, Valente (entrevista em 2011), o descreve em um trecho de entrevista.

*Comecei em 50, exatamente! [...] Olha, eu sou formado [...] Bacharel e Licenciado em Matemática, pela Universidade é.. a antiga Universidade do Distrito Federal, que atualmente é a UERJ [...] Primeiro estudei na Nacional, UFRJ, depois me transferi pra lá. Por que lá na UFRJ, eles queriam formar o pesquisador, era o que interessava a eles. Eu não tinha interesse na pesquisa, eu tinha interesse no magistério [...] Então, mudei e me dei muito*

*bem lá [UERJ] [...] Eu me formei no Bacharelado em 1953. E a licenciatura em 1956. Por que eu vim pra cá [Vitória], peguei a cadeira aqui [cadeira de Complementos da Matemática na FAFI], e depois fiz os exames da licenciatura todos em segunda época [...].*

Como mencionado no trecho anterior de entrevista, José Manuel da Cruz Valente integrou o quadro de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a partir de 1954. Tornou-se professor da Escola Politécnica do Espírito Santo em 1957 e entre 1963 e 1967 foi chefe do Departamento de Matemática desta instituição. Provavelmente, nesse período, tenha estabelecido os primeiros contatos profissionais com a professora Myrtha Salloker Fayet, visto que, ela foi sua assistente na cadeira de Complementos da Matemática na FAFI, conforme descrito no documento intitulado “Curriculum Vitae” do acervo de Fayet.

Na época que antecedeu a criação do curso de Matemática, Valente descreveu em entrevista (ver início do cap. 5) que não havia cursos de formação específica de professores de Física, Química e Matemática, portanto, se aliou ao propósito desse projeto no Espírito Santo. No ato de criação desse curso, em 1964, seu nome constava na relação de docentes do projeto, juntamente com o de Myrtha Salloker Fayet e de Hilton Dei Guadagnin.

Com a implantação do curso de Matemática, em 1965, José Manuel da Cruz Valente assumiu a cadeira de Geometria Analítica e Cálculo Vetorial. Nesse mesmo ano, tornou-se chefe do Departamento de Matemática da FAFI. Junto com Hilton Dei Guadagnin, fez parte do Grupo de Trabalho nomeado para estudar os possíveis locais para a implantação de um Campus da UFES, como já mencionado no item 4.3 desta pesquisa. Alguns anos depois, ministrou aulas no Centro Pedagógico da UFES, transferindo-se posteriormente para esse Centro, onde trabalhou até 1986 ao aposentar-se.

A docente que no Espírito Santo defendeu o projeto de criação do primeiro curso de Matemática foi Myrtha Salloker Fayet. Nascida na cidade de Porto Alegre (RS) cursou o ginásio na cidade de Vitória, no Espírito Santo, e, o segundo ciclo (científico), em Porto Alegre, entre 1947 e 1949. Graduou-se bacharel e licenciada em Matemática, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul,

seguindo a ideia do modelo de formação “3 + 1”. Como uma particularidade desse período de formação, apresenta-se a carteira conferida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Figura 05) a Fayet como aluna do Curso de Didática.

**Figura 05** – Modelo da carteira do curso de Didática



Fonte: Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet.

Myrtha Salloker Fayet iniciou suas atividades docentes no ano de 1952, sendo regente da cadeira de Física, no Curso de Preparação para os exames que conferiam Licença Ginásial a pessoas com mais de 19 (dezenove) anos. Ou seja, Fayet lecionava em cursos direcionados ao atendimento do Art.º 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundário<sup>62</sup>. Em 1954, quando volta para o Espírito Santo, lecionou no Colégio Estadual e na Escola Politécnica do Espírito Santo. Nessa última instituição de ensino, iniciou como assistente do professor Francisco Árabe Filho, na disciplina de Cálculo Diferencial e Integral. Foi também assistente do professor José Manuel da Cruz Valente na cadeira de Complementos de Matemática, do Curso de Pedagogia na FAFI do Espírito Santo. Sobre o processo de contratação para lecionar como assistente na Escola Politécnica, essa professora contou que

*Dei aula no Colégio Estadual do Espírito Santo, e foi lá que ouviram falar de mim. E o Árabe consentiu que eu fosse a sua assistente. Essa licença era reavaliada a cada final de ano. Então, se ele não quisesse, eu não seria mais assistente [...] E eu iniciei como assistente de duas cadeiras: não só Cálculo Diferencial e integral, mas também, de Cálculo Vetorial, do segundo ano de Engenharia, era professor Valter Baiano (FAYET, entrevista em 2007).*

<sup>62</sup> Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. O Artº 91 desta Lei decretava que para pessoas maiores de dezenove anos era permitida a obtenção do certificado de licença ginásial, a partir de estudos realizados particularmente, sem necessidade de obedecer o regime escolar que estava sendo exigido naquela Lei.

Cabe esclarecer que nessa época as contratações de professores assistentes – ou auxiliares de ensino – eram feitas por meio de indicações dos professores catedráticos. Desse modo a permanência como assistente era definida por juízos pessoais de valor do professor detentor da cadeira. O que o tornava um modelo a ser seguido pelo assistente. Assim, as atitudes que pudessem contrariar minimamente os critérios estabelecidos pelo catedrático poderiam acarretar a não revalidação da licença, como se constata em um trecho de entrevista em que Fayet relata um episódio entre ela (assistente) e Francisco Árabe Filho (catedrático), no qual passou a expectativa de ser demitida por não compactuar com uma vontade dele.

*E houve um fato que tinha duas meninas daqui de Aribiri. A Cely tinha uma letra enorme [...] acredito que depois ela tenha melhorado [...] E o Árabe tinha dito que não daria mais papel, porque muita gente rascunhava. Sei lá, era o “jeitão” dele. Queria disciplina, queria impor a vontade dele, então, não ia dar mais papel, era só aquele e acabou. E eu vendo que a Cely tinha feito a prova toda correta, mas não tinha mais papel por causa da letra [...] eu fui na secretária e apanhei mais papel, e dei pra Cely terminar a prova. Não era justo que ela ficasse sem resolver todas as questões, e ele [Francisco Árabe Filho] sabia dar questões complicadas [...] E digo: “- Bom ano que vem não sou mais assistente”, pintava eu. Mas, foi renovado (risos)! Fiquei lá! (FAYET, entrevista em 2007).*

Em 1962, Fayet foi contratada como professora do regime de Tempo Integral pela Escola de Engenharia da UFES, após o convênio firmado entre a Universidade e a COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos. Após dois anos trabalhando nesse regime, deixou a COSUPI, para ministrar aulas no 1º ano do curso de Matemática, da/na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES.

Com a implantação do curso de Matemática, da/na FAFI, em 1965, Myrtha Salloker Fayet ficou responsável pela cadeira de Análise Matemática – posteriormente denominada Cálculo Diferencial e Integral. Nesse processo de criação e implantação desse curso observou-se a dedicada participação dessa professora, através de vários trechos de entrevistas. Expõem-se a seguir, a partir desses trechos, alguns dos esforços mobilizados por ela para que o curso de Matemática fosse implantado e posteriormente conseguisse seu o reconhecimento junto aos órgãos competentes.

*[...] ela [Myrtha] era uma idealista! O sonho dela era os alunos do curso de Matemática [...] Serem mais importantes do que engenharia. [...] Naquela época, como ela era a única mulher. Ela não era valorizada, lá dentro da Engenharia! Ela quis mostrar que os alunos que eram formados em Matemática, davam de 1000 a 0 nos alunos que formavam em Engenharia [...]* (CORRÊA, entrevista em 2011).

*[...] A primeira coisa que tem que falar e que todo mundo tem que reconhecer e dar esse voto a ela é a garra com que ela lutou para estabelecer o curso de Matemática. Esse mérito ninguém pode tirar dela [...] Porque o curso está aqui por causa dela! Pelo empenho que ela teve [...]* (SOSSAI, entrevista 2013).

*A Myrtha é uma pessoa que pelo ideal dela, ela morria [...] brigava. A Myrtha queria falar com o reitor, Alaor Queiroz de Araújo, que era o reitor na época. E ele estava em uma reunião que não acabava mais, ela meteu a mão na porta, entrou e falou assim: “- Eu preciso falar com o senhor porque tem que sair alguma coisa que tinha para Brasília, tem prazo, e essa reunião não termina.” [...] Aí o reitor falou: “- Não tem problema, senta aqui Myrtha o que é e tal. Eu preciso redigir?” Ela falou: “- Não, não precisa, eu já trouxe prontinho, lê aí e vê se concorda”. Então muita coisa do Departamento saiu por causa disso [...] Quando eu estava no Rio [a partir de 1968], ela passou um dia lá, tinha coisas do MEC no Rio, [...] [ela] Quebrou o salto do sapato dela. Não teve problema [...] [no fim do] dia ela estava com o pé pretinho de asfalto, eu: “- Myrtha!” [ela respondeu:] “- Não tem importância, [...] o importante é sair esse negócio do curso aqui [curso de Matemática de Vitória] [...]” (D’ÁVILA, entrevista em 2011).*

Enquanto docente, especialmente do curso de Matemática, foi possível conhecer alguns aspectos de sua prática por meio de outros trechos de entrevistas de alguns ex-alunos. Esses trechos descrevem um pouco de sua personalidade e sua postura como professora deste curso.

*A dona Myrtha era assim, professora [...] superexigente [...] era comprometida com aquilo que ela fazia [...] eu que era meio desorganizada [...] Você tinha que fazer a prova, dois mais dois é igual a quatro. [...] Então, muitas vezes ela descontava um monte de ponto da prova, porque eu ia ser professora. Então [...] eu até achava que ela tinha razão nesse ponto, porque para ensinar eu teria que fazer pedacinho por pedacinho [...] ela queria que eu fizesse a prova dentro do padrão de um professor dando aula. E tinha hora que eu ficava uma onça com isso, (risos) [...] (COELHO, entrevista em 2013).*

*[...] ela era uma pessoa que além de professora, ela era uma educadora! [...] Ela cobrava de você organização da prova [...] uma letra razoável, ela cobrava coisas assim que ninguém cobra! [...] ninguém podia entrar na sala de aula com camisa aberta, sem camisa, nem pensar! Porque ela chamava atenção, mandava se sentar direito na carteira, isso em uma faculdade. Então, eu acho que isso é ser educadora antes de qualquer coisa. - Agora tinha algumas coisas que a gente reclamava. Por exemplo, ela não entregava as notas, você fazia as provas o ano inteiro e ela não entregava nenhuma nota. No final do ano, antes da prova, um pouquinho antes da prova ela dizia que você estava com média 6,9 e aí precisava fazer a prova final, ninguém passava direto com ela, entende? Então você tinha que fazer a prova final, e era a prova escrita e oral. A escrita era no papel e a oral*

*você ia fazer no quadro [...] eu acredito que o objetivo dela ao reter essas notas, em não deixar ninguém passar direto, era de fato fazer com que as pessoas estudassem um pouquinho mais e aprendessem um pouco mais [...] você ficava por esse um décimo. E era um décimo, e ela não dava e você ia fazer a prova final. Mas por outro lado, qualquer encontro que você fizesse ela ficava feliz da vida e participava [...] A nossa turma de tempos em tempos fazia um encontro, [...] ela fazia questão de estar junto. E não para ir lá para fiscalizar, mas para participar desses encontros, para levar uma lembrancinha [...] depois como colega, eu me lembro de que ela brigava mesmo, pelos direitos dela e pelos os outros também. Então, ela sempre foi muito questionadora, muito empenhada em fazer as coisas corretamente [...]* (SOSSAI, entrevista 2013).

*[...] os alunos dela, eram os filhos que ela não tinha. Que ela nunca teve, então adotava. Andava na rua, chamava a gente, meio que fosse assim: “- Eu estou falando com um filho meu, você tem que me obedecer. Então, vamos lá comigo fazer isso, me ajudar, e tal”. E a turma ia com ela [...] os alunos que foram alunos dela, a adoravam* (D'ÁVILA, entrevista em 2011).

As atitudes destacadas anteriormente também puderam ser observadas através de algumas fotografias pertencentes ao acervo pessoal da referida professora. Fotografias que ilustravam eventos e/ou comemorações envolvendo sua participação e de vários os alunos. Além disso, em seu acervo ainda foram constatadas a presença de várias cartas, bilhetes, postais, e, convites de formatura, nos quais ela era uma das docentes homenageadas.

Em 1966, Fayet assumiu a chefia do Departamento de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES. A partir de 1972, afastou-se da docência para realizar um curso de Mestrado no IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada –, mas, devido algumas particularidades não consegue obter o título, e, as disciplinas cursadas no IMPA são aproveitadas como cursos de especialização na Universidade Federal Fluminense. Sobre esse período a própria Myrtha Salloker Fayet descreveu que

*[...] eu pedi licença e fui fazer um curso de Pós-Graduação no IMPA, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Rio de Janeiro em 72. Inicialmente eu ia passar dois anos, mas se alongou essa ausência. Fiz primeiro um curso de Iniciação Científica, depois uns 12 cursos de Pós-Graduação, depois o IMPA entrou numa fase terrível, e eu perdi a bolsa e fui pra Fluminense onde lá eu obtive depois de algumas lutas, o título de especialização [...]* (entrevista em 2007).

Ao retornar para o Espírito Santo, a partir de 1975, Fayet trabalhou no Departamento de Matemática da UFES até sua aposentadoria como professora de várias disciplinas, entre elas, Cálculo Diferencial e Integral e Topologia. Em 2002, recebeu



o título de cidadã espiritosantense. Faleceu em 24 de Dezembro de 2009. Em 2010, devido a comemoração dos 45 anos de criação do curso de Matemática da UFES, o Centro de Ciências Exatas, afixou-se uma placa ao lado da porta do Colegiado de Matemática, homenageando-a. Ao todo, foram dedicados 31 anos de trabalho como docente da UFES.

### 5.1.2 Ações iniciais para criação e implantação do 1º curso de Matemática do Espírito Santo

A partir de 1964, começam a ser realizadas reuniões com objetivo de elaborar um projeto para o 1º ano do curso de Matemática da/na FAFI. Essas reuniões visavam possibilitar a oferta de vagas para o primeiro curso de Matemática do Espírito Santo, com início em 1965. Sad (2007) a partir de uma entrevista que realizou com Myrtha Salloker Fayet, descreve que ficaram responsáveis por elaborar esse projeto José Manuel da Cruz Valente, Hilton Dei Guadagnin e própria Myrtha Salloker Fayet. Acerca desse momento, seguem trechos do que descreveram esses três professores. Segundo Fayet, “[...] *Que eu me lembre eu deixei a COSUPI<sup>63</sup> para firmar um contrato com a Universidade junto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pra ministrar aulas no curso de Matemática* (entrevista em 2007).

*E nós, por exemplo, para colocar o curso de Matemática, a Universidade não teve tanto problema assim, para a escolha de magistério. Não teve! Eu já era professor de Matemática da Faculdade. Eu dava Complementos de Matemática para o curso de Pedagogia. Aí eu fui dar Geometria Analítica e Álgebra Vetorial, lá no curso de Matemática. Mudei! E o professor lá que havia sido colocado como meu assistente, ficou dando aula de Complementos de Matemática* (VALENTE, entrevista em 2011).

*Eu não participei da formação da ideia do curso de Matemática porque isso era ligado à filosofia [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES] [...] então as ideias iniciais, esse interesse inicial do curso de Matemática,*

<sup>63</sup> A Comissão Supervisora do Plano dos Institutos foi criada no Plano de Metas na gestão de Juscelino Kubitschek, inicialmente sob a Portaria Ministerial 102, em 28 de dezembro de 1958, e em 1960, transformada em lei, sob o Decreto 49.355. A COSUPI era destinada à implantação e desenvolvimento de um programa de educação tecnológica. Segundo Carvalho (1992), essa comissão dedicava-se a reestruturar as escolas de tecnologias e a renovar seus métodos de ensino e pesquisa, por meio de institutos nas Universidades brasileiras que congregariam profissionais de áreas afins, em vez de apenas catedráticos em Escolas ou Faculdades isoladas. Tais anseios seriam alcançados através do desenvolvimento de áreas como Matemática, Química, Física, Biologia, Geologia e Economia. Áreas vistas como fundamentais nesse período para proporcionar o desenvolvimento.

*eu não posso afirmar qual seria, mas eu acredito que seja, vamos dizer, uma complementação da Escola de Filosofia que era uniformizado no Brasil inteiro [...] Eu apenas fui convidado pelo diretor da época [...] eu fui lecionar a mesma disciplina que eu lecionava para Engenharia e para a Belas Artes (DEI GUADAGNIN, entrevista em 2013).*

O primeiro *Concurso de Habilitação*<sup>64</sup> para o curso de Matemática foi realizado em janeiro de 1965. Esse processo seletivo foi composto por 4 provas, a saber: Português, Matemática, Física e Desenho. A prova de Português entre 1965 até 1969, requeria dos vestibulandos uma redação sobre diferentes temas. No primeiro ano, essa prova trouxe como temas para a escolha do aluno: “Ensino Superior gratuito ou pago?”; “Porque escolho este curso”; “Democracia e Educação”. Propostas que se alinhavam com contexto vivido neste período. A prova de Física para o primeiro Concurso de Habilitação contava com quatro questões, abrangendo o conteúdo de mecânica, termologia, óptica e eletromagnetismo. A prova de Desenho, por sua vez, exigia que os vestibulandos tivessem conhecimento sobre técnicas de desenho, com o objetivo de resolver as questões matemáticas utilizando esse recurso.

Na prova de Matemática, constatou-se uma predominância de questões envolvendo trigonometria, geometria plana, espacial e apenas algumas questões de álgebra. Essa conclusão pode ser visualizada nas provas de Matemática (Figura 06 e 07), aplicadas no 1º e 2º concursos de habilitação para o curso de Matemática de 1965.

---

<sup>64</sup> De acordo com o que foi observado no Livro 56 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, intitulado: “Inscrição do Vestibular para o Curso de Matemática”, a nomenclatura “concurso de habilitação”, era utilizada para referir-se ao exame de ingresso nos anos de 1965, 1966 e 1967. A partir de 1968, a nomenclatura foi alterada para exame de vestibular.

**Figura 06** – Prova de Matemática do 1º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI em 1965

.2.

M A T E M Á T I C A

1965 - 1º Concurso

1) a - Calcular o 6º termo de  $\left( \frac{2m^2}{\sqrt{a}} + \frac{2n^2}{a\sqrt{b}} \right)^8$

b - Resolver a desigualdade  $\frac{x^2 - 5x + 6}{x^2 - 3x - 4} > 0$

2) Determinar m e n no polinômio  $2x^4 - x^3 - 6x^2 + mx + n$  de modo que sua divisão por  $x^2 + x - 2$  seja exata.

3) Ligando-se os meios dos lados de um quadrado cujo lado é a, obtém-se outro quadrado com o qual se procede do mesmo modo e, assim - indefinidamente.

Achar a soma das áreas de todos os quadrados.

4) Determinar o ângulo da cunha esférica cujo volume seja equivalente ao volume do cone equilátero inscrito.

5) É dada uma reta r e um ponto A, distante da reta de d. Conduz-se pelo ponto A duas oblíquas quaisquer à reta determinando um triângulo ABC. Pede-se determinar a que distância do ponto A deve-se conduzir uma paralela à reta de modo a se obter um segundo triângulo ABC, cuja área represente  $\frac{2}{3}$  da área de ABC.

6) Calcular os valores das funções trigonométricas do arco de  $195^\circ$ .

7) Sabendo-se que  $\cos 2t = \cos^2 t - \sin^2 t$ , calcular  $\cos^4 t$  em função de  $\cos 2t$ .

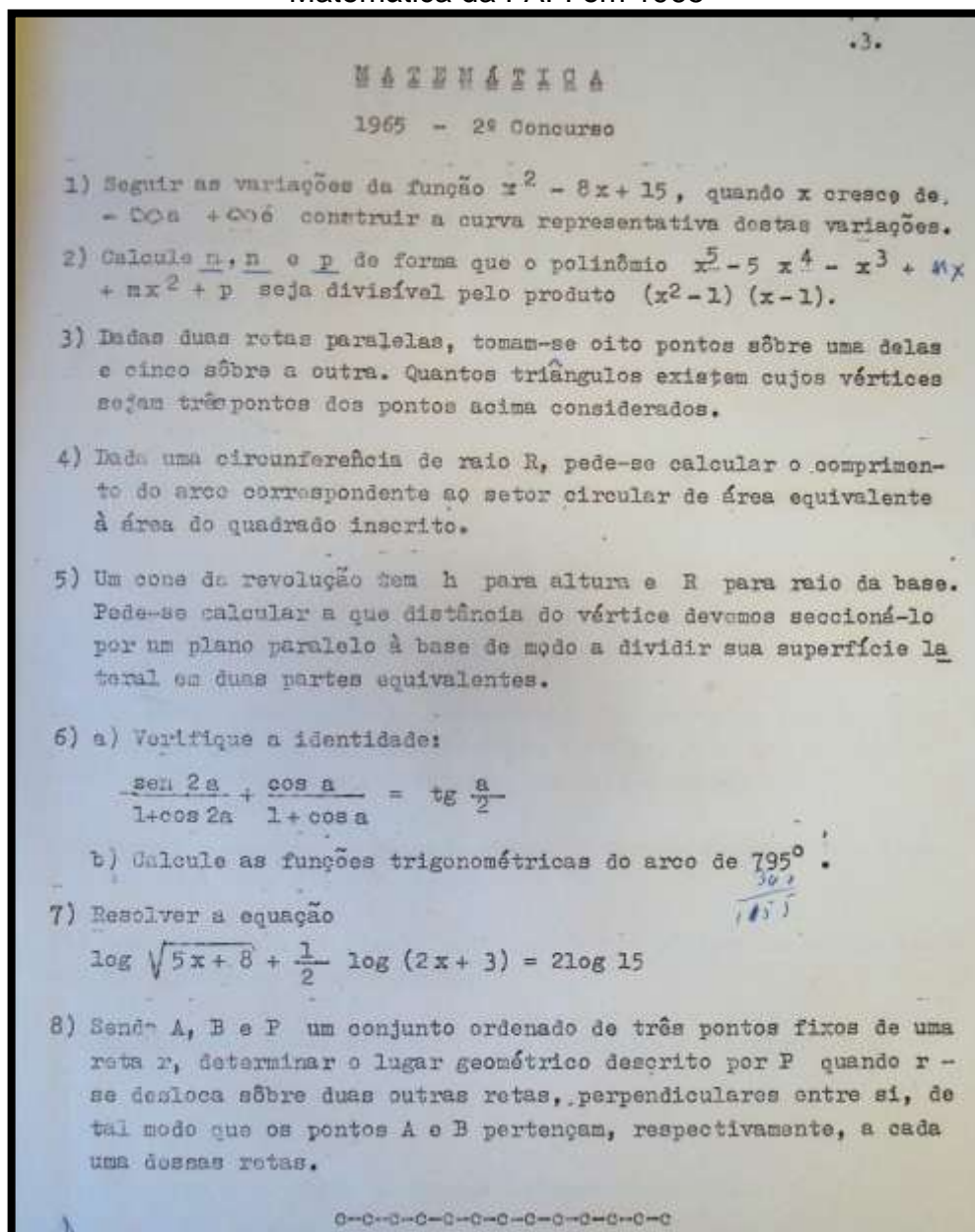
b) Transformar em produto a expressão:  $\frac{\sin x + \sin y}{\cos x - \cos y}$

c) Resolver a equação:  $\frac{1}{\sin x} + \sqrt{2} = \frac{3}{2\cos x}$

8) Determinar as coordenadas do baricentro e do ortocentro do triângulo cujos vértices são os pontos A (2, -3), B (-1, 5) e C (3, 4).

Fonte: Livro de Questões Vestibulares do acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

**Figura 07** – Prova de Matemática do 2º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI em 1965



Fonte: Livro de Questões Vestibulares do acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

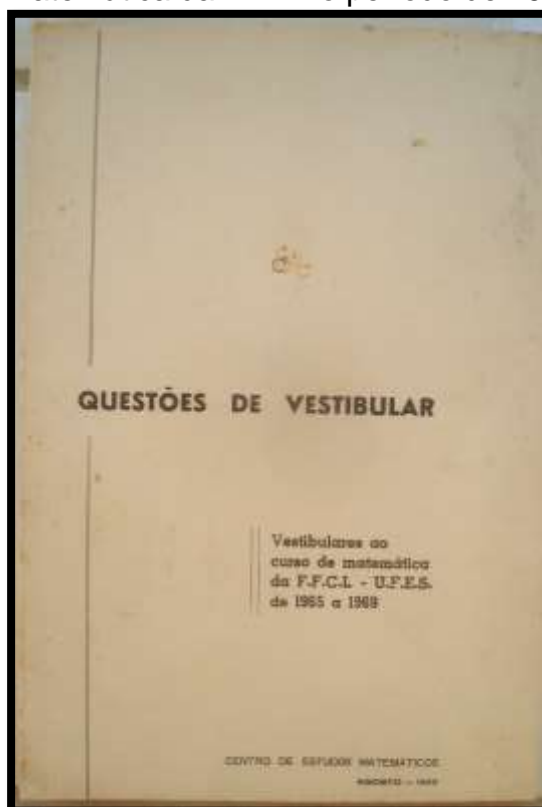
As provas eram feitas em dias alternados e a média de aprovação era 5,0 (cinco). Sobre esse processo de seleção Arnaldo Sossai (entrevista em 2013), aluno na época nos concede mais detalhes.

*Em Janeiro de 1969, eu fiz o vestibular e passei. Mas, era um vestibular totalmente discursivo. Bem diferente do que se faz hoje em dia, e tinha nota mínima também! [...] Então, não era simples não, tinha que saber relativamente bem [...] Fazia uma prova, depois voltava. Daí pulava um dia*

*e voltava no outro, e fazia outra prova [...] É como se fossem provas separadas, mesmo. Mas, somava e fazia a média.*

As provas aplicadas em cada Concurso de Habilitação para o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, de 1965 até 1969, foram organizadas em um manual intitulado “*Questões de Vestibular*” (Figura 08).

**Figura 08** – Capa do manual que compila todas as provas dos concursos para o curso de Matemática da FAFI no período de 1965 a 1969



Fonte: Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

Este manual como pode-se constatar foi produzido pelo Centro de Estudos Matemáticos, em agosto de 1969. Conjectura-se que essa publicação tenha sido editada com o objetivo de angariar verbas para alguma finalidade. Pois, Luiz Henrique Penedo Leão Borges (entrevista em 2011), aluno na época, afirmou que

*[...] todo sábado tinha um baile promovido por cada um dos cursos [...] cada sábado um dos cursos, tomava conta do baile, era famoso na época o baile da FAFI, nos sábados á noite [...] [Esse bailes tinham] o objetivo de lazer e também de angariar fundos para os centros de estudos. Cada curso tinha um centro de estudos, por exemplo, Matemática: Centro de Estudos de Matemáticos, Biologia: Centro de Estudos Biológicos. Eram centros de estudos dos próprios alunos, não era da instituição. Era dos próprios alunos, que se reuniam e... e participavam de congressos com esses fundos, ou*



convidava[m] alguém para dar uma palestra usando esses fundos, coisas desse tipo [...].

A primeira seleção para o curso de Matemática de 1965, foi realizada em dois concursos de habilitação, com vinte vagas cada um. Cada um dos concursos contou com 21 inscritos. Sendo que, no primeiro concurso foram aprovados 7 e no segundo 8 candidatos. Conjectura-se que a realização de dois concursos para um mesmo ano se deve ao baixo quantitativo de alunos aprovados no primeiro concurso. Dos 15 alunos aprovados (Figura 09) nesse 1º ano, restavam 7 ao final do 2º ano, 6 no 3º ano e apenas 2 no último ano.

**Figura 09** – Página do Diário da disciplina de Análise Matemática da 1ª turma do curso de Matemática de 1965

CURSO	SÉRIE	TURMA
NUMEROS	N O M E S	
1	Adilson Borges Vieira	
2	Alvo Alberto Carnielli	
3	Handuma Três Hemerly Elias	
4	Jayme Pinheiro Larica	
5	José Humberto Calmon Vasconcelos	
6	Luiz Helvécio Salomão Marques	
7	Mácos Venícius Brandão	
8	Nelson Luiz Piôto D'Avila	
9	Oduvaldo Braun	
10	Regina Maria Thiebaut	
11	Taciano Fernandes Corrêa	
12	Terezinha do Carmo Fianco Martins	
13	Virgílio Luiz Scmidt	
14	Virgílio da Silva Paschoal Junior	
15	Waldemar Calazans Mavigno	
16		

Fonte: Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

Essa lista contém os seguintes nomes: Adilson Borges Vieira, Alvo Alberto Carnielli, Handuma Três Hemerly Elias, Jayme Pinheiro Larica, José Humberto Calmon Vasconcelos, Luiz Helvécio Salomão Marques, Mácos Venícius Brandão, Nelson Luiz Piôto D'Avila, Oduvaldo Braun, Regina Maria Thiebaut, Taciano Fernandes Corrêa, Terezinha do Carmo Fianco Martins, Virgílio Luiz Scmidt, Virgílio da Silva Paschoal Junior e Waldemar Calazans Mavigno.

No ano de 1968, as duas concluintes dessa turma foram: Handuma Três Hemerly Elias e Regina Maria Thiebaut. Os alunos Nelson Luiz Piôto D'Avila e Waldemar Calazans Mavigno, cursaram até o 3º ano do curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, quando se deslocaram para fora do estado, pois, foram oferecidas bolsas de estudos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC do Rio. Sobre esse momento D'Avila (entrevista em 2011) nos esclareceu que

*[...] No terceiro ano, então surgiu, surgiram algumas bolsas. Foram cinco bolsas, 2 da Física, duas da Matemática e teve um colega nosso que entrou, não entendo direito como ele entrou, mas tinha uma quinta [bolsa] [...] Foi um convênio que teve da UFES com a PUC do Rio e nós fomos então terminar o curso lá na PUC. Tinha um problema naquela época, porque para as disciplinas finais da Matemática [do Curso de Matemática da FAFI] estava com dificuldades [...] Então a gente já sabia que ia faltar professores. Então surgiu a ideia da bolsa de estudos na PUC, e, fomos em dois, um era funcionário da Vale. Eu era professor do estado, tinha passado em um concurso, e o estado me deu uma licença com vencimentos no primeiro ano. Só que não deu para terminar, porque o nosso caso daqui não encaixava no curso da PUC do Rio [...] Eu tive que ficar mais um ano. Fiquei dois anos, fiquei em 68, 69, para poder fazer um conjunto de disciplinas e não foi a PUC que deu o certificado [...] [A PUC] mandou os créditos para cá. Então o curso de Matemática aqui, pegou os créditos e me deu o certificado de bacharel em Matemática [...] porque na verdade eu fiz três anos aqui, depois eu fiz disciplinas isoladas. De lá [da PUC] vieram as disciplinas, aceitaram aqui no que precisaram. Então tinha disciplina que não tinha aqui, mas eu trouxe e a universidade fez esse aproveitamento de estudos e me concedeu o título de bacharel, que depois por algum motivo que até hoje eu não entendo como, saiu o certificado como bacharel e licenciado. Eu não fiz licenciatura, não fiz disciplinas, fiz só psicologia da educação, não fiz disciplinas pedagógicas.*

Assim, em 1969, Nelson Luiz Piôto D'Avila e Waldemar Calazans Mavigno retornaram ao Espírito Santo e se formaram. Acentua-se que alguns outros alunos dessa turma também concluíram o curso de Matemática, depois de alguns anos de interrupção.

Para os Concursos de Habilitação a partir de 1965, elaborou-se uma tabela contendo o número de pessoas inscritas em cada concurso para o curso de Matemática da/na FAFI, no período de 1966 a 1971 (Tabela 01). Informamos que os dados utilizados para a elaboração dessa tabela, foram extraídos do Livro nº 56 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, intitulado: “*Inscrição do Vestibular para o Curso de Matemática*” (Figura 10). Atualmente, esse compêndio encontra-se

depositado em um armário no Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas (CCE) da UFES, em Vitória.

**Tabela 01** – Número de inscritos por ano nos Concursos de Habilitação para o curso de Matemática da FAFI, no período de 1966 a 1971

Ano	Nº de Inscritos
1966	25
1967	48
1968	35
1969	44 e 27
1970	46
1971	33
<b>TOTAL</b>	<b>258</b>

Fonte: Dados extraídos do Livro nº 56 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, intitulado “Inscrição do Vestibular para o Curso de Matemática” depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

**Figura 10** – Livro nº 56 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, intitulado: “Inscrição do Vestibular para o curso de Matemática”



Fonte: Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.



Na tabela, acerca o número de inscritos no vestibular (Tabela 01) para o curso de Matemática, verifica-se que em 1969 estão dispostos dois valores. Tal fato, deve-se a realização de dois exames vestibulares para compor a turma daquele ano. Arnaldo Sossai (entrevista 2011), descreveu que o primeiro vestibular aconteceu “*No ano em que eu entrei, [e] em Janeiro de 1969, foi aplicado o segundo vestibular. Passaram... 10 ou 12, não sei. Sei, que nossa turma era de 20 ou 21 alunos. Era uma turma até relativamente pequena [...]*”. Desse modo, como aconteceu em 1965, o segundo vestibular é realizado para preencher o número de vagas excedentes.

Os Livros sobre o curso de Matemática da/na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, armazenados no Colegiado do curso de Matemática, também forneceram a quantidade de alunos aprovados em cada um desses vestibulares, como no caso dos Livros de Matrículas do 1º, 2º, 3º e 4º. A partir dessas informações, foi possível elaborar uma tabela com o número de alunos matriculados em cada série desse curso (Tabela 02), no período de 1966 até 1973 .

**Tabela 02** – Número de alunos matriculados por série no curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no período de 1966 a 1973

TURMA	ANO							
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
<b>Turma de 66</b>	11	7	7	7	-	-	-	-
<b>Turma de 67</b>	-	21	11	13	12	-	-	-
<b>Turma de 68</b>	-	-	19	9	7	6	-	-
<b>Turma de 69</b>	-	-	-	28	18	16	15	-
<b>Turma de 70</b>	-	-	-	-	23	17	14	10 20 <sup>65</sup>
<b>Turma de 71</b>	-	-	-	-	-	31	20	20
<b>TOTAL</b>	11	28	37	57	60	70	49	50

Fonte: Dados extraídos dos Livros 58, 63, 14 e 72, depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES.

Na tabela anteriormente exposta, constata-se que do 1º ano para o 2º ano do curso de Matemática existe uma redução significativa em relação ao número de alunos. Em alguns, casos essa redução é superior a 40% em relação ao quantitativo inicial. Enquanto pesquisadora e ex-aluna do curso em questão, tenho ciência das

<sup>65</sup> Os dois valores se referem às matrículas feitas no 1º e 2º semestres, respectivamente. Esclarecemos que nesse período já estava vigente o regime de créditos e a matrícula por disciplina, ambos, instituídos pela Reforma Universitária no final da década de 1960 em âmbito nacional.

dificuldades que cada disciplina impõe, dos impecilhos em conciliar o Curso com trabalho e família. Porém, e naquela época, na formação das primeiras turmas, quais eram as dificuldades e/ou empecilhos encontrados para dar prosseguimento aos estudos no curso? Alguns trechos de entrevistas de alunos e professores desse período, descreveram acerca de alguns motivos.

*[...] Por que na época todos os alunos que foram fazer o vestibular de Matemática, como o de Biologia, que eram cursos novos, eram alunos que tinha tentado Engenharia e... Medicina... Os que se identificaram com a profissão, continuaram. Outros fizeram vestibular para Engenharia, abandonaram... o curso. Outros abandonaram por outros motivos (CORRÊA, entrevista em 2011).*

*[...] a maioria que foi para a Matemática eu acho que não passou Engenharia. Então assim, quem queria mesmo como o Marcos que saiu de Engenharia, [...] eram poucos. Ah, passaram no concurso de estado também, aí pararam, porque já estava empregado. Então no final, acabamos em duas [...] Vários porque, tipo, passaram no concurso, e aí largaram a faculdade (COELHO, entrevista em 2013).*

*E o maior problema era que chegava o final do ano, alguns desses alunos iam fazer vestibular para Engenharia. Porque naquela época as escolas eram todas separadas, então, a época de vestibular era diferente. Então, Engenharia deu prova, o aluno não passou, ele ia fazer Matemática. Fazia um ano de Matemática e no ano seguinte ia fazer vestibular de Engenharia de novo. Então, muitos alunos saíam em consequência disso. A nossa turma concluiu o curso com 15 alunos (SOSSAI, entrevista em 2013).*

*[...] Porque Matemática era assim: - Você ia lá, quando não passava na Engenharia. Então todo mundo queria Engenharia! Porque, Engenharia que dava status, dava dinheiro, dava isso né. E Matemática não! Matemática era mais pra você ensinar. Agora não! Agora já é diferente. Porque agora você tem diversos ramos na frente, pra você seguir. Você tem Informática, tem Computação, uma porção de coisas (MERIGUETI, entrevista em 2011).*

*[...] Eu acho que a maioria não dava era valor a um curso que era um pouco pesado, [...] Tinha pouco futuro e era pesado, então às vezes saía fora ou mesmo não gostava de estudar, tem muito aluno que não gosta de estudar e isso aí é difícil (DEI GUADAGNI, entrevista em 2013).*

Os dois primeiros trechos das entrevistas são de alunos do curso de Matemática, o terceiro é de um aluno, que mais tarde se tornou professor do curso, e, os dois últimos foram docentes do referido curso. Além dos trechos de entrevistas, um quadro provavelmente construído nos primeiros anos de funcionamento do curso de Matemática, reforça a ideia do abandono do curso em busca de outras graduações. Para uma compreensão mais coerente do quadro, fez-se um recorte, ampliando parte da imagem (Figura 11). Esse recorte estabelece destaque às observações,

pois nele estão realçados os motivos que conduziram alguns alunos a desistir do curso de Matemática.

**Figura 11** – Observações do quadro de exames vestibulares do curso de Matemática

OBSERVAÇÃO:		
1965	P/ ENGENHARIA	ALVO
		ADILSON
		JAYME
		LUIZ HELVÉCIO
	DESISTIU	VIRGILIO
	FEZ CONCURSO E DIREITO	JOSÉ HUMBERTO
		THEREZA MARTINS
1966	DESISTIU	JONESINO
	P/ ENGENHARIA	RICARDO
		ANTÔNIO CARLOS
	FEZ CONCURSO E DIREITO	SOLJMAR

Fonte: Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

Foi possível perceber, não apenas por meio das entrevistas, mas também pelo quadro da figura 11, que as desistências foram ocasionadas, de um lado pela garantia de uma profissão, visto que, o curso de Matemática conseguia assegurar aprovação nos concursos para professores do Estado. E de outro lado, pelo alicerce que possivelmente o curso fornecia para uma aprovação nos cursos vestibulares de Engenharia. Reforçando em território nacional, “[...] à persistência, mais ou menos implícita, da tríade Engenharia - Direito - Medicina [...]” (CUNHA, 2010, p.180).

Em 1967, iniciam-se as tentativas junto ao MEC para reconhecimento do curso de Matemática e Ciências Biológicas. Isso porque, nessa época após aprovação de um curso pelo Conselho Universitário, ele começava a funcionar, e buscava-se, posteriormente, junto ao MEC seu reconhecimento. A seguir apresentam-se trechos de duas entrevistas acerca desse processo de reconhecimento do curso de Matemática.

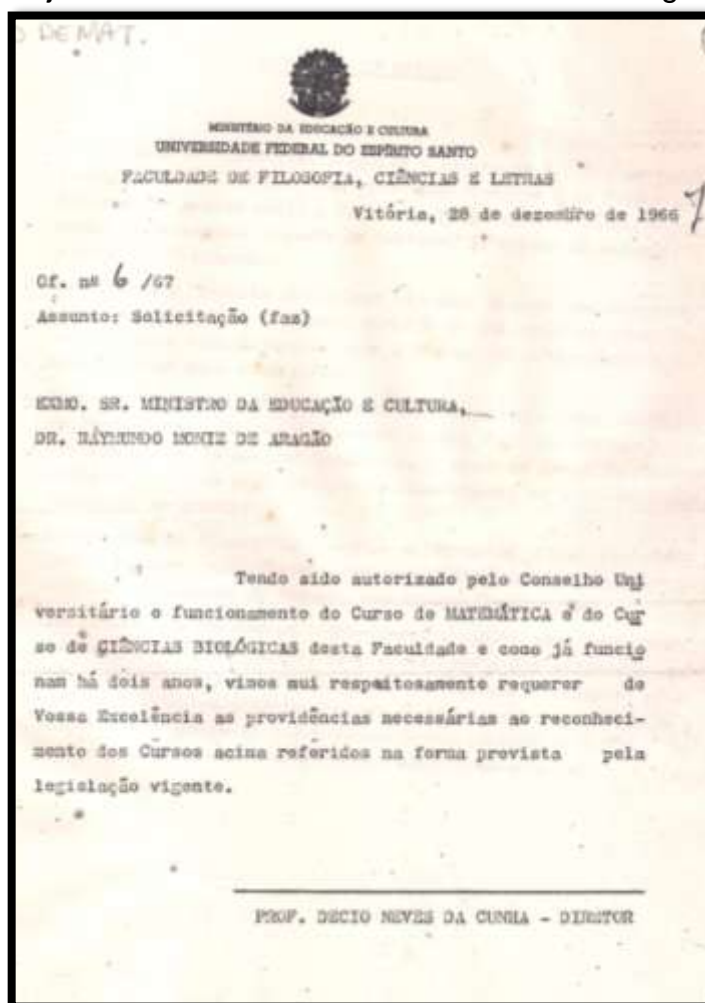
*[...] E ela brigou por isso muitos anos [referindo-se as tentativas da professora Myrtha Salloker Fayet em busca do reconhecimento do curso de matemática]. Na hora que a primeira turma se formou, o curso não era*

reconhecido. [...] Então, ela brigou para o reconhecimento do curso [...] Então, a coisa... era muito difícil, e ela brigava, não tinha muito apoio! (CORRÊA, entrevista em 2011).

[...] Ele [o curso de Matemática] estava lá na FAFI, e ele não era reconhecido ainda, entendeu? Por que o curso de Matemática começou em 1965 [...] no começo não é reconhecido [...] Ah... isso é um processo. Que vai demorando né, vai demorando, entra gente. [...] Mas o MEC tem uma seção lá dentro. É... o Conselho Federal de Educação, é uma seção lá que aprova os cursos, é da parte universitária. Então ele aprovou. Ele analisa os professores, analisa o currículo, analisa tudo, e depois dá o aval final! (MERIGUETI, entrevista em 2011).

Além das tentativas descritas nos trechos destas entrevistas, existe um documento em forma de ofício enviado pelo Diretor da FAFI, na época Décio Neves Cunha, ao Ministro da Educação e Cultura que solicitava também o reconhecimento dos cursos de Ciências Biológicas e Matemática (Figura 12).

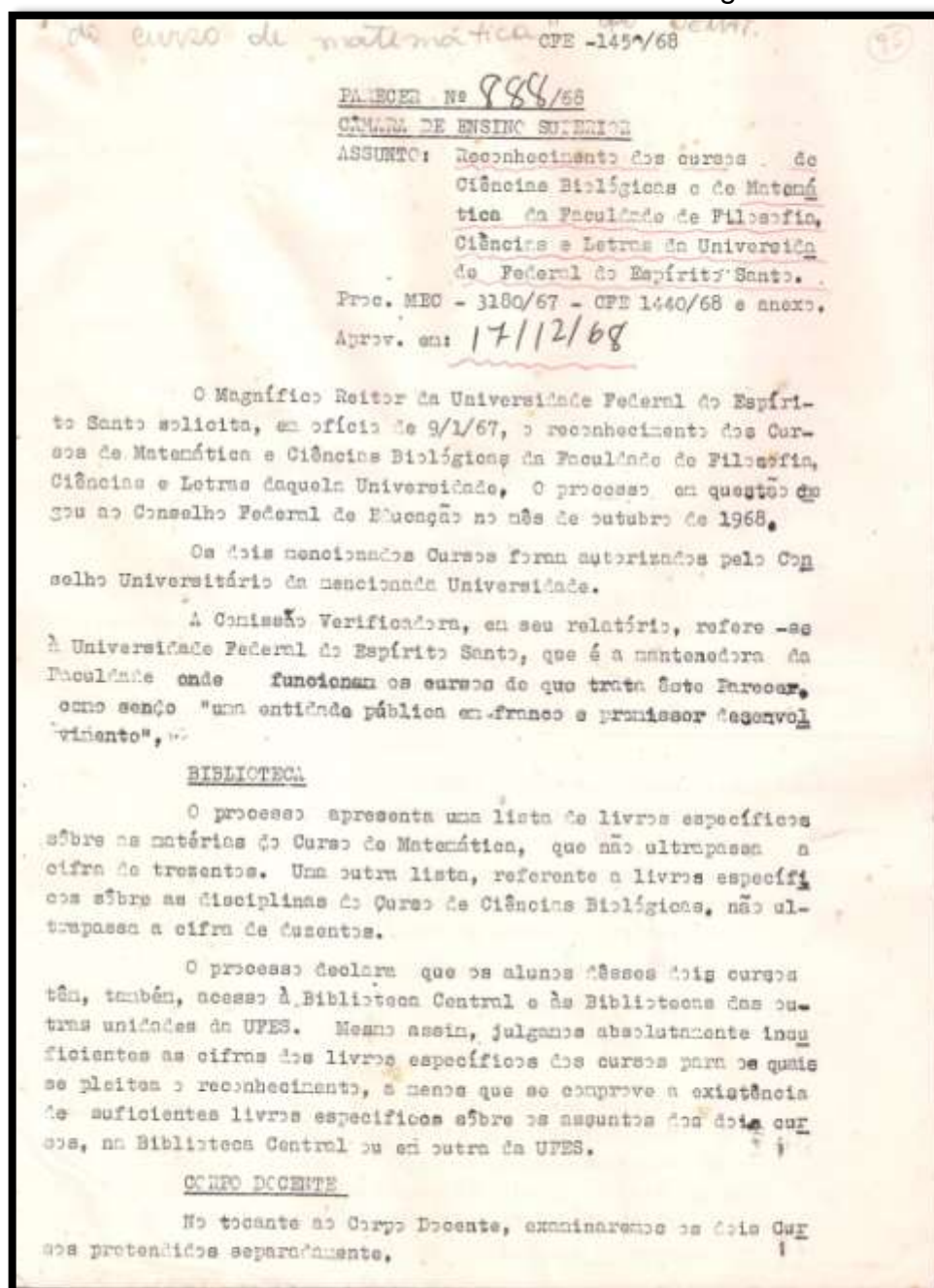
**Figura 12** – Ofício 6/67 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras solicitando o reconhecimento junto ao MEC dos cursos de Ciências Biológicas e Matemática



Fonte: Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad.

No ano seguinte, sob o Parecer nº 888, Processo MEC – 3180/67, Conselho Federal de Educação – CFE 1440/68 (Figura 13), a Câmara de Ensino Superior, emitiu considerações acerca do reconhecimento dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas. Essas considerações versavam sobre a composição da biblioteca, o corpo docente e as disciplinas vigentes em cada curso.

**Figura 13** – Primeira página do Parecer nº 888/68, acerca do reconhecimento dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas



Fonte: Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad.

Como foi descrito no trecho da última entrevista, para que um curso fosse reconhecido, fez-se necessário atender alguns critérios. Entre eles, o Parecer 888/68, descreveu que ao comparar o currículo<sup>66</sup> proposto para o curso de Matemática da FAFI com o currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação para território nacional, notava-se a falta da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, ao mesmo tempo, que era observado a incorporação de outras disciplinas ao currículo mínimo. Então, entre as medidas emitidas por esse Parecer, destaca-se a determinação de que fosse incluída a disciplina de Cálculo Diferencial e Integral no currículo do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES.

### **5.1.3 Elementos curriculares**

Na subseção anterior, observou-se que uma das motivações para que não fosse efetivado a partir do primeiro ofício, o reconhecimento do curso de Matemática e Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, foi a questão do currículo. Pois como foi mencionado, o currículo proposto para o curso de Matemática da FAFI não estava, em partes, em consonância com o currículo básico para os cursos de Matemática da época.

Anexado ao Ofício 6/67 tem-se o currículo definido para o curso de Matemática (Quadro 02), no início de sua implantação. Nota-se que ele praticamente seguia a ideia do modelo de formação '3 +1'. Isso indicava que nos três primeiros anos de curso, todos os alunos se dedicavam a fazer as disciplinas específicas, e, no último ano optavam por concluir o curso como licenciados ou bacharéis. Aos que escolhessem o grau de licenciatura, o último ano congregava as disciplinas de natureza pedagógica e social, enquanto para os alunos que optassem pelo bacharelado, as disciplinas eram de caráter científico. No caso do curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, o currículo, na época de implantação estava assim disposto:

---

<sup>66</sup> Destaca-se que currículo nesta pesquisa é entendido como um planejamento disciplinar organizativo.

**Quadro 02** – Relação de disciplinas por série para o curso de Matemática na modalidade de licenciatura e bacharelado em 1965

Séries	LICENCIATURA	BACHARELADO
<b>1ª Série</b>	Análise Matemática (Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra); Geometria Analítica e Álgebra Vetorial; Geometria Descritiva e Desenho Geométrico; Física Geral e Experimental;	
<b>2ª Série</b>	Análise Matemática (Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra); Geometria Analítica e Álgebra Vetorial; Geometria Descritiva e Desenho Geométrico; Física Geral e Experimental; Mecânica Racional;	
<b>3ª Série</b>	<b>Análise Matemática;</b> <b>Geometria Projetiva;</b> <b>Cálculo Numérico e Cálculo das Probabilidades;</b> Didática Geral; Psicologia da Educação;	<b>Análise Matemática;</b> <b>Geometria Projetiva;</b> <b>Cálculo Numérico e Cálculo das Probabilidades;</b> <b>Análise Superior;</b> Mecânica Celeste;
<b>4ª Série</b>	<b>Análise Superior;</b> <b>História e Filosofia da Matemática;</b> <b>Sociologia;</b> Fundamentos da Matemática Elementar; Didática Especial e Prática de Ensino; Administração Escolar;	<b>Análise Superior;</b> <b>História e Filosofia da Matemática;</b> <b>Sociologia;</b> <u>Outras disciplinas;</u>

Fonte: Quadro elaborado a partir do Ofício 6/67, que solicitava o reconhecimento do curso de Matemática.

Observa-se, neste quadro, que as disciplinas que compõem a 3ª e 4ª séries do curso de Matemática da/na FAFI, para licenciatura e bacharelado aparecem disjuntas, indicando que possivelmente os alunos seriam divididos no terceiro ano do curso, segundo o grau que escolhessem. Mas, analisando com atenção as disciplinas com realce nessas duas últimas séries<sup>67</sup>, pode-se evidenciar que elas são comuns para licenciatura e para o bacharelado. E dessa forma, possibilitavam que fossem reunidas em um mesmo ano, proporcionando assim, que os alunos do bacharelado e da licenciatura continuassem estudando juntos, e, fossem divididos somente no

<sup>67</sup> A saber: Análise Matemática, Geometria Projetiva, Cálculo Numérico e Cálculo das Probabilidades, Análise Superior, História e Filosofia da Matemática e Sociologia.

último ano. Em um trecho de entrevista o aluno Corrêa (entrevista em 2011) contou que:

*[...] o 1º, 2º e 3º ano era Matemática pura! Matemática, Física, Desenho. Tanto é que a gente é Licenciado em Matemática, Física, [...] A gente era licenciado para dar aula de: Matemática, Física, e Desenho Geométrico e Descritivo para 1º e 2º grau. Então a gente [...] supria essas três disciplinas, que não existia licenciatura [...] nosso curso é que tinha que puxar! É de 7 ao meio dia, todo dia, 7 horas. Se chegasse 7:05, já estava com quadro cheio [...].*

Como foi possível constatar apesar da divisão entre licenciatura e bacharelado a partir da 3ª série, descrita no Ofício 6/67, demonstrada no Quadro 02, o curso de Matemática seguia a ideia do “3+1”.

No que diz respeito ao grifo dado ao tópico intitulado: “Outras Disciplinas”, na 4ª série do bacharelado, o mesmo ofício descreve que os alunos dessa opção, além de cursar as disciplinas próprias daquele período, teriam que cursar outro grupo de disciplinas para completar sua formação, a saber:

- 1) Álgebra Multilinear, Geometria Diferencial e Relatividade;
- 2) Integral de Lebesgue, Probabilidade e Programação Linear;
- 3) Cálculo Tensorial, Mecânica Analítica e Relatividade;
- 4) Geometria não-Euclidiana e Geometria de Riemann;
- 5) Mecânica dos Fluidos, Eletromagnetismo e Termodinâmica.

De acordo com o Ofício 6/67, esse grupo de disciplinas seria selecionado segundo as possibilidades do Departamento. Sad (2007), em uma entrevista que realizou com Myrtha Salloker Fayet, constatou que as disciplinas oferecidas nem sempre eram essas apresentadas no currículo. Isso porque, as disciplinas eram eleitas conforme a escolha e disponibilidade de um grupo dos professores.

Essa composição curricular para o início do curso de Matemática da FAFI, além de estar baseada no Currículo Mínimo – que era uma diretriz a nível nacional –, em vários aspectos se assemelhava ao currículo proposto para o curso de Matemática da Universidade Católica de São Paulo, em um Anuário de 1963 - 1964 (Figura 14), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”.



**Figura 14** – Capa do Anuário de 1963 - 1964, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, da Universidade Católica de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

Mesmo com as disciplinas definidas desde o início de sua implantação, para as quatro séries do curso de Matemática da FAFI, pode-se constatar algumas modificações quanto à nomenclatura, acréscimos ou supressões de disciplinas. Para visualizar as mudanças ocorridas nesse currículo durante o período de 1966 até 1969, elaborou-se um quadro (Quadro 03), elencando as disciplinas que foram ofertadas em cada ano do curso. Para realçar as mudanças que ocorreram no currículo, optou-se por destacar em negrito, o nome das disciplinas que foram incorporadas, e, em negrito grifado as que tiveram somente nomenclatura alterada.

**Quadro 03 – Relação de disciplinas por série para o curso de Matemática na modalidade licenciatura no período de 1966 a 1969**

Série	Disciplinas do Curso de Matemática			
	1966	1967	1968	1969
<b>1ª Série</b>	Análise Matemática; <b>Composição Vernácula</b> ; Geometria Analítica e Álgebra Vetorial; Geometria Descritiva e Desenho Geométrico; Física Geral e Experimental	Análise Matemática; <b>Cálculo Vetorial</b> ; Composição Vernácula; <b>Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Projetiva</b> ; <b>Geometria Analítica</b> ; Física Geral e Experimental;	Análise Matemática; Cálculo Vetorial; Composição Vernácula; <b>Desenho Geométrico, Geometria Projetiva</b> ; Geometria Analítica <b>Geometria Descritiva</b> Física Geral e Experimental	<b>Cálculo Diferencial e Integral</b> ; Composição Vernácula Desenho Geométrico, Geometria Projetiva. Geometria Analítica; Geometria Descritiva; Física Geral e Experimental
<b>2ª Série</b>	Análise Matemática; Geometria Analítica e Álgebra Vetorial; Desenho Geométrico e Geometria Descritiva; Física Geral e Experimental; Mecânica Racional;	Análise Matemática; <b>Geometria Analítica</b> ; <b>Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Projetiva</b> ; Física Geral e Experimental Mecânica Racional;	<b>Álgebra</b> ; Análise Matemática; <b>Geometria Descritiva</b> ; Física Geral e Experimental; Mecânica Racional;	Álgebra; Análise Matemática; Geometria Descritiva; Física Geral e Experimental; Mecânica Racional;
<b>3ª Série</b>	-	<b>Álgebra</b> ; Análise Matemática; <b>Cálculo Numérico</b> ; <b>Estatística Matemática</b> ; Psicologia da Educação;	Álgebra; Análise Matemática; Cálculo Numérico; Estatística Matemática; Psicologia da Educação;	Álgebra; Análise Matemática; Cálculo Numérico; Estatística Matemática; Psicologia da Educação;
<b>4ª Série</b>	-	-	<b>Álgebra</b> ; Análise Superior; <b>Didática</b> ; Elementos de Administração Escolar; Fundamentos da Matemática Elementar; História e Filosofia da Matemática; <b>Prática de Ensino de Matemática</b> ;	<b>Álgebra II</b> ; Análise Superior; Didática; Elementos de Administração Escolar; Fundamentos da Matemática Elementar; História e Filosofia da Matemática; Prática de Ensino de Matemática;

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de dados extraídos do Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 1º, 2º, 3º e 4º ano, nº 64, 69, 73 e 77 respectivamente, depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

No quadro anterior, entre os processos de incorporação, exclusão e mudanças na nomenclatura de várias disciplinas, destaca-se a mudança de terminologia da disciplina de Análise Matemática que, em 1969, passou a denominar-se Cálculo Diferencial e Integral, como descreveu o Parecer 547, da Câmara de Ensino Superior:

O citado Parecer nº 888/68 exigia a inclusão, no curso de Matemática, da disciplina de “Cálculo Diferencial e Integral”, que faz parte do currículo mínimo. Esta solicitação é atendida, informando-se ter havido um lapso, e que, onde se lê, no currículo, “Análise Matemática I”, se lerá “Cálculo Diferencial e Integral” (BRASIL, 1969, p.2).

Em 1969, foram remetidos outros ofícios ao Conselho Federal de Educação, exibindo as modificações que haviam sido realizadas nos cursos de Matemática e Ciências Biológicas com objetivo de atender as deliberações do Parecer 888/68 e de outros pareceres. Além das disciplinas incorporadas ou suprimidas em cada série do curso, os quadros do 3º ano em 1966 e do 4º ano em 1966 e 1967, aparecem vazios, porque, como o curso de Matemática iniciou-se em 1965, nesse período ainda não haviam turmas cursando essas séries.

Apenas em 23 de Abril de 1970, sob o Decreto 66.477, os cursos de Matemática e Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFES, foram reconhecidos. Esse reconhecimento ocorreu dois anos após a conclusão do curso pela primeira turma. Coelho (entrevista em 2013) em um trecho de entrevista descreve sobre essa questão de reconhecimento.

*[...] Demorou ainda uns dois anos [...] porque eu já tinha passado no Estado, já era efetivada no Estado. Então esperei aí me formei [...] não teve formatura, não teve nada [...] Eu vim à Vitória um dia e aí fui na secretaria, marquei, e me formei lá. Foram dois anos para reconhecer.*

Outro ponto assinalado pelo Parecer 888/68, foi referente à quantidade de livros específicos disponíveis para serem utilizados pelos cursos de Matemática e Ciências Biológicas. De acordo com esse Parecer, foi anexada ao ofício que solicitava o reconhecimento desses cursos uma relação de livros específicos disponíveis para essas duas áreas na biblioteca da FAFI. Após análise, a Câmara de Ensino Superior classificou a quantidade de livros descrita no ofício como insuficiente para atender os cursos. Salvo que, fosse comprovada a existência de um número satisfatório de

exemplares específicos em outras bibliotecas das instituições que compunham a Universidade Federal do Espírito Santo. Mesmo posteriormente, enquanto pesquisadoras e ex-alunas do curso de Matemática tem-se consciência de que muitas vezes a biblioteca não dispõe de volumes suficientes de determinada obra para atender todos os alunos. E naquela época, período de implantação do curso de Matemática no Espírito Santo, os docentes de cada disciplina, sugeriam e/ou adotavam algum livro-texto?

A partir da análise dos programas das disciplinas que compunham o curso de Matemática, foi possível identificar bibliografias nos programas de algumas disciplinas. Mas, como não existem registros sobre a utilização dessas obras, optou-se por elencar alguns trechos de entrevistas com alunos das primeiras turmas do curso, para uma melhor compreensão sobre a utilização delas.

*Eu lembro que desenho descritivo era o Haubold, era todo em Francês. Tinha um livro de Cálculo, era um livro em espanhol. Espanhol ou Italiano? [...] Eram livros difíceis, que na biblioteca não existia, não tinha livro nenhum! Nem de Matemática, nem Biologia, que eram cursos novos [...] Então, nós montamos [...] Uma biblioteca nossa! (CORRÊA, entrevista em 2011)*

*O [livro] de Descritiva era em francês. Lembro, era o que tinha. Era o Haubold, [...] Mas tinha de inglês também. Até eu lia direitinho porque é a linguagem técnica [...] Eu tinha livro em inglês, também [...] Por exemplo, um livro em inglês: Matemática Moderna [...] O traduzido era o dobro ou o triplo do preço (TRÊS, entrevista em 2013).*

*Os livros?... Geometria Analítica era [...] um livro com esse nome "Geometria Analítica" [...] o autor era Smith Gale [...] Análise matemática [...] Ah!... "Pablo Miguel y Merino" era o nome do livro. Era cálculo, e o autor era "Pablo Miguel y Merino" [...] De álgebra, era um, [...] livro chamado "Modern Algebra" da editora McGraw-Hill, eu devo ter até hoje esse livro. Ham...Cálculo Numérico não tinha um livro, o professor era muito metódico, muito claro, escrevia no quadro todas as equações, todos os cálculos, muito bem feito e agente anotava. Inclusive posteriormente eu vim a ser professor dessa disciplina, Cálculo Numérico [...] (BORGES, entrevista em 2011).*

*Olha, alguns até tinham apostilas, mas, na maioria dos casos a gente usava livros. O Departamento de Matemática tinha uma agremiação que era o CEM – Centro de Estudos Matemáticos [...] a agremiação tinha uma "bibliotecazinha" e a gente utilizava esses livros. Assim, normalmente os livros eram dessa agremiação. E realmente os textos eram utilizados tendo em vista a disponibilidade bibliográfica que tínhamos nessa agremiação, pra ter mais facilidade de acesso. Ficava mais simples [...] tinha livros em Inglês também, em Francês, mas, a maioria já era tradução. Eram livros traduzidos para o Português [...] Era comum usarmos livros da Coleção Schaum, tanto para Cálculo como para Álgebra, que eram as disciplinas que mais exigiam. O Frank Ayres Jr era um desses autores. As demais [disciplinas] não! As demais, mesmo Física, a gente usava anotações de*

*sala. Desenho, que compreendia Desenho Descritivo e Desenho Geométrico, o material que o professor desenvolvia dentro de sala, era suficiente para a gente acompanhar direitinho. Não havia então, um texto básico para estas disciplinas. A pior parte era realmente Cálculo e Álgebra (SOSSAI, entrevista em 2013).*

Além de livros para disciplinas específicas, alguns docentes adotavam livros para disciplinas de cunho mais pedagógico, como por exemplo, Fundamentos da Matemática e História e Filosofia da Matemática. Em um trecho de entrevista, Luiz Henrique Penedo Leão Borges, salientou que a disciplina Fundamentos da Matemática utilizava um livro do autor português, Bento de Jesus Caraça. Para a outra disciplina, o docente que a lecionava na época descreveu que

*[...] Um deles eu tenho até hoje, que é a Geometria de Euclides... A Geometria de Euclides, como escrita por ele. Com o postulado de Euclides, aquela história das paralelas e tal, uma coisa linda. Esse livro eu tenho até hoje! Eu guardei com muito carinho que é uma lembrança que eu tenho do curso que eu dei lá. E tem outro livro do Bertrand Russel, sobre a Lógica Matemática... talvez eu consiga me lembrar de mais alguma coisa, mas foram livros muito profundos (COSTA, entrevista em 2011).*

A partir dos trechos de entrevistas, foi possível compreender que os docentes de algumas disciplinas orientavam-se utilizando determinadas bibliografias, enquanto outros não lançavam mão desse recurso. Com a fundação do Centro de Estudos Matemáticos – CEM –, criou-se uma biblioteca específica com compêndios para o curso de Matemática. Assim, os alunos que não tivessem condições de adquirir os livros adotados durante o curso, dispunham dessa biblioteca que adotava um sistema de empréstimo. Como foi retratado na subsecção anterior, parte da verba do CEM provinha dos “Bailes da FAFI”. Esses bailes aconteciam semanalmente, sendo organizados com objetivo de angariar recursos para formatura dos cursos, produção de eventos/seminários/palestras ou na aquisição de acervo para a constituição de bibliotecas específicas para os cursos da FAFI.

#### **5.1.4 Docentes e auxiliares de ensino do curso de Matemática da/na FAFI**

No início deste capítulo, quando se destacou os motivos que alicerçaram a criação dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, mencionou-se que esta instituição iria contar com a colaboração

de outras duas, a saber: Escola Politécnica e Faculdade de Medicina. A primeira iria cooperar para a implantação do curso de Matemática, e a segunda, na constituição do curso de Ciências Biológicas.

Para ministrar as disciplinas oferecidas nos primeiros anos do curso de Matemática, foram contratados diversos professores. Com objetivo de verificar as formações desses docentes, foi elaborada uma relação (Quadro 04) contendo o nome de cada docente, sua formação superior em nível de graduação e o nome da disciplina ministrada no curso de Matemática entre 1965 e 1970.

**Quadro 04** – Relação nominal de docentes, sua respectiva formação em nível de graduação e a disciplina ministrada no curso de Matemática entre 1965 e 1970  
(continua)

DOCENTE	GRADUAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO DE MATEMÁTICA
Albuíno da Cunha Azeredo	Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFES.	Cálculo Vetorial Mecânica Racional <sup>68</sup>
Alfredo Carlos Vieira	Bacharel em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE.	Estatística Matemática
Antônio José Domingues de Oliveira Santos	Engenheiro Civil e Eletricista pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.	Física Geral e Experimental
Augusto José Dias	Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Pará. Físico pela Universidade de Brasília.	Cálculo Vetorial
Bernardo Szpigel	Engenheiro Mecânico pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA.	Estatística Matemática <sup>69</sup>
Eliezer Arantes da Costa	Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA.	Filosofia e História da Matemática; Fundamentos da Matemática Elementar <sup>70</sup>
Hilton Dei Guadagnin	Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de Minas Gerais.	Geometria Descritiva, Desenho Geométrico e Geometria Projetiva;

Fonte: Dados extraídos do Parecer 888/68; Parecer 547/69; Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 1º, 2º, 3º e 4º ano; e documento elaborado pelo CEM, intitulado: “Currículo minucioso das diversas cadeiras que compõe o curso de Matemática da FAFI da UFES”, pertencente ao acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet, doado a pesquisadora.

<sup>68</sup> Ministrou a disciplina de Mecânica Racional, a partir 1969, e, a disciplina de Cálculo Vetorial para a 2ª série a partir de 1970.

<sup>69</sup> Começou a lecionar a disciplina de Estatística Matemática a partir de 1970.

<sup>70</sup> Eliezer Arantes da Costa passou a lecionar a disciplina de Filosofia e História da Matemática em 1968, enquanto, a disciplina Fundamentos da Matemática Elementar, a partir de 1969.

**Quadro 04** – Relação nominal de docentes, sua respectiva formação em nível de graduação e a disciplina ministrada no curso de Matemática entre 1965 e 1970 (conclusão)

DOCENTE	GRADUAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS NO CURSO DE MATEMÁTICA
Jones dos Santos Neves Filho	Engenheiro Civil pela PUC do Rio de Janeiro.	Mecânica Racional
José Alberto Kuster	Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFES.	Cálculo Numérico
José Manuel da Cruz Valente	Bacharel e Licenciado em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal.	Geometria Analítica e Álgebra Vetorial <sup>71</sup>
José Merigueti	Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo – RJ. Bacharel em Matemática, pela FFCL da Universidade de Minas Gerais. Licenciado em Matemática pela FFCL de São Leopoldo – RS.	Fundamentos da Matemática Elementar; Álgebra; Análise Superior (TOPOLOGIA) <sup>72</sup>
Myrtha Salloker Fayet	Bacharel e Licenciada em Matemática pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Análise Matemática I, II, III
Newton Jorge Newlands	Engenheiro Civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.	Álgebra <sup>73</sup>

Fonte: Dados extraídos do Parecer 888/68; Parecer 547/69; Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2º Época do 1º, 2º, 3º e 4º ano; e documento elaborado pelo CEM, intitulado: “Currículo minucioso das diversas cadeiras que compõe o curso de Matemática da FAFI da UFES”, pertencente ao acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet, doado a pesquisadora.

Destaca-se que de acordo com o documento criado pelo Centro de Estudos Matemáticos, a disciplina de Fundamentos da Matemática só iria ser ofertada na 4ª série, ou seja, em 1968, no último ano do curso da primeira turma. Para tanto, o Departamento de Matemática da FAFI, solicitou a vinda de um professor do IMPA, fato que não ocorreu, visto que, foi contratado o professor José Merigueti para lecionar essa e outras disciplinas. Sobre esse momento ele mesmo nos descreve que veio dar aula dessa disciplina para duas alunas.

<sup>71</sup> A partir de 1967, a disciplina Geometria Analítica e Álgebra Vetorial foi dividida em duas, a saber: Geometria Analítica e Cálculo Vetorial.

<sup>72</sup> Em 1968, José Merigueti lecionou a disciplina Fundamentos de Matemática Elementar, e, a partir desse ano a disciplina Análise Superior para a 4ª série. Entre 1969 e 1970, lecionou Álgebra para a 3ª série do curso de Matemática.

<sup>73</sup> Disciplina iniciada em 1967.

*[...] eu acabei a formatura, [...] tinha que vir embora, ou eu vinha pra aqui [Vitória], ou pra Belo Horizonte [...] Então, eu mandei uma carta. Aliás, praticamente eu não mandei carta pra ela [Myrtha] [...] eu pedi a minha prima que conversasse diretamente. Eu nem a conhecia. Fui conversar assim no Departamento de Matemática. E essa minha prima, [...] conversou com a chefe de Departamento e a Myrtha aceitou [...] eu comecei, em 1968, no dia, acho que foi 23 de março, de 1968 [...] éramos formados em Matemática: eu, Myrtha, Valente, Nicéa [...] eu dei um duro danado aqui [...] Por que quem entrou primeiro aqui foi: [...] Handuma, Regina, Nelson e Valdemar que era da Matemática. No ano que eu vim pra cá, [...] eles estavam no último ano [do curso]. O Nelson e o Valdemar foram para a PUC no Rio. E a Handuma e Regina, eu dei aula pra elas quase todas as disciplinas praticamente (risos) (MERIGUETI, entrevista em 2011).*

A carência de professores para ministrar as disciplinas no curso de Matemática descrita pelo professor Meriguetti, também pôde ser observada em um dos trechos de entrevista de Taciano Fernandes Corrêa (entrevista em 2011)

*[...] Tinha um negócio ligado a computação que era... só quem tinha aqui em Vitória, aqui no Espírito Santo, era a VALE. Era um professor da VALE que dava, não me lembro [...] E tinha Drº Hilton Dei Guadgnin que dava Desenho, Geométrico e Descritivo. Aí veio Oliezi Modolo, dar aula junto com ele [...] Tinha o José Manuel da Cruz Valente que dava Geometria Analítica [...] Albuíno mesmo deu aula lá! Albuíno não foi meu professor não. José Carlos Luiz Marreco que foi meu professor... [...] Por que eram poucos professores dando várias matérias. Drº Hilton Dei Guadgnin que dava Desenho Geométrico e Descritivo, a Myrtha dava Cálculo I, II, III. É ... Mecânica Racional era outra pessoa.*

Ademais, este trecho de entrevista realça as constantes trocas de professores que ocorriam nos primeiros anos do curso de Matemática. Menciona-se que dos professores destacados no último trecho de entrevista, apenas José Manuel da Cruz Valente e Myrtha Salloker Fayet tinham formação em Matemática, como visualizou-se no Quadro 04. A partir desse quadro, também foi possível observar que a maior parte das disciplinas do Curso de Matemática, no início de sua implantação, foram ministradas por pessoas com formação em Engenharia, ilustrando as relações tecidas entre a Escola Politécnica de Engenharia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para que o curso de Matemática iniciasse seu funcionamento.

Mesmo com a colaboração da Escola Politécnica concedendo professores para lecionarem no curso de Matemática, ainda havia falta de docentes para ministrar disciplinas específicas do curso. Com o propósito de suprir essa ausência, em alguns casos, eram convidadas pessoas por indicação. Essa prática pode ser



observada em um trecho de entrevista do ex-professor da disciplina de História e Filosofia da Matemática, Eliezer Arantes da Costa (entrevista em 2011).

*[...] muitos dos engenheiros da Vale davam aula ou na Escola de Engenharia da UFES ou na Filosofia [...] a VALE autorizava e incentivava até que os engenheiros dessem aulas na Engenharia. Principalmente na Engenharia! Porque a ideia também é que esses engenheiros, conhecendo os alunos, sendo professores deles, pudessem identificar os melhores alunos, para depois eventualmente serem contratados pela própria VALE. Então, nós éramos nesse sentido também, olheiros da VALE [...] eu já tinha alguns colegas meus da VALE que davam aula na FAFI. Aí conversa vai, conversa vem, eles precisaram de um professor de História da Matemática [...] e aí, alguém indicou o meu nome para ela [Myrtha]... “- Ah, conversa com Eliezer, ele gosta muito de Matemática” [...] A minha intenção era dar aula de Álgebra Linear, alguma coisa assim, mais técnica, ligada a área de Engenharia. Mas foi a primeira coisa que apareceu foi... História da Matemática, eu falei: “- Lá vou eu!” [...] então, foi a professora Myrtha que me convidou.*

No caso de disciplinas de caráter pedagógico ou menos específico – como: Composição Vernácula, Elementos da Administração Escolar e Psicologia da Educação –, vários docentes eram oriundos de outros cursos da FAFI. Apenas as disciplinas de Didática e Prática de Ensino de Matemática, eram ministradas por uma docente com formação em Matemática, a saber: Nicéa Moreira Bussinger<sup>74</sup>.

Além dos docentes responsáveis por ministrar cada disciplina, existia nessa época, a função de assistente ou um auxiliar de ensino. Essa função era parecida com a de um “monitor”, que auxiliava os alunos com os exercícios e as dúvidas sobre a matéria estudada. O auxiliar de ensino também atuava ministrando algumas aulas como descrito em trechos de três entrevistas.

*[...] Como eu disse inicialmente apresentaram meu nome ao Árabe, e ele se convenceu a aceitar a minha pessoa como assistente dele [...] A função do assistente era dar aulas de exercícios, que o professor detentor da cadeira solicitava. Em geral era uma aula ou duas por semana. E o assistente não era membro do Conselho das decisões. Era só os professores [...] as aulas não eram em horário extra [...] Era em horários que transcorria o curso (FAYET, entrevista em 2007).*

*[...] na escola era muito raro [existir a] possibilidade de fazer um concurso. Então, normalmente no começo quando você tinha pouca mão de obra disponível, gente capacitada, então [...] agente procurava pegar mais as pessoas que você conhecia pessoalmente, que é a melhor forma, não tem dúvida nenhuma [...] esses auxiliares [...] davam aula. Eu geralmente,*

<sup>74</sup> Nicéa Moreira Bussinger era licenciada em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia – FNF, desde 1948.

*quando eles chegavam a um ponto que me acompanhavam, num sentido de fazer os trabalhos, etc., e em curto prazo, eu dava uma parte da disciplina para eles [lecionarem]. (DEI GUADAGNIN, entrevista em 2013)*

*Era convidado pelo professor [...] Quando ele não podia dar aula, eu ia e dava aula no lugar dele, era nesse esquema. Porque ele trabalhava na Vale do Rio Doce [...] Tinha as viagens, tinha os compromissos. Então, ele me avisava: “- Oh! Semana que vem você pode dar aula sobre esse assunto assim, assim...” Aí, eu [...] já tinha sido aluno dele, estudava o assunto e dava aula (BORGES, entrevista em 2011).*

O primeiro trecho de entrevista aqui mencionado, além de contribuir para a compreensão da função desempenhada pelos auxiliares de ensino, sinaliza que, mesmo sendo um profissional contratado pela instituição, esses auxiliares não tinham direito de opinar sobre os possíveis rumos da instituição. Além disso, assim como a maioria dos professores do curso de Matemática, eles eram provenientes da Escola Politécnica da UFES – EPUFES. Este fato pode ser vislumbrado no Quadro 05, onde se lista os nomes dos auxiliares de ensino, as disciplinas às quais estavam vinculados e sua respectiva graduação.

**Quadro 05** – Relação nominal dos auxiliares de ensino do curso de Matemática, segundo a disciplina que se vinculavam e sua respectiva graduação  
(continua)

AUXILIAR DE ENSINO	DISCIPLINA QUE ESTAVA VINCULADO	GRADUAÇÃO
Carlos José Penedo Leão Borges <sup>75</sup>	Geometria Analítica	Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFES
Jorge Gerhardt Faria Filho	Geometria Descritiva, Projetiva e Desenho Geométrico.	Engenheiro Civil e Agrônomo <sup>76</sup>
José Calos Nunes Marreco <sup>77</sup>	Física Geral e Experimental	Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFES
Marcos Murad <sup>78</sup>	Física Geral e Experimental	Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da UFES
Maria Thereza Moriondo Alves	Física Geral e Experimental	Engenheira Civil pela Escola Politécnica da UFES

Fonte: Parecer 888/68 e do documento intitulado “Currículo minucioso das diversas cadeiras que compõe o curso de Matemática da FAFI da UFES” pertencente ao acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

<sup>75</sup> Tornou-se professor da disciplina de Geometria Analítica, a partir de 1969.

<sup>76</sup> A partir dos documentos analisados, não foi possível assegurar o local de formação do auxiliar de ensino.

<sup>77</sup> Passou a ministrar a disciplina de Física Geral e Experimental para o 2º ano do curso de Matemática, a partir de 1970.

<sup>78</sup> Tornou-se professor da disciplina de Física Geral e Experimental, em 1969 e 1971.

**Quadro 05** – Relação nominal dos auxiliares de ensino do curso de Matemática, segundo a disciplina que se vinculavam e sua respectiva graduação (conclusão)

AUXILIAR DE ENSINO	DISCIPLINA QUE ESTAVA VINCULADO	GRADUAÇÃO
Oliezi Módulo	Geometria Descritiva, Geometria Projetiva e Desenho Geométrico.	Licenciado em Desenho pela Escola de Belas Artes
Sophia Eliza Três Hemerly Silva <sup>79</sup>	Análise Matemática	Engenheira Civil pela Escola Politécnica da UFES

Fonte: Parecer 888/68 e do documento intitulado “Currículo minucioso das diversas cadeiras que compõe o curso de Matemática da FAFI da UFES” pertencente ao acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

Na elaboração deste quadro, optou-se por destacar os auxiliares de ensino até a conclusão do curso de Matemática pela primeira turma, ou seja, 1968. Pois, a partir desta data, a parte das dificuldades de alguns professores conciliarem seus empregos nas Estatais com as aulas da Politécnica e as aulas da FAFI, os auxiliares de ensino e ex-alunos já habilitados na área de Matemática, começaram a ser convidados para trabalhar como professores deste curso. Exemplo disso, é que do quadro anterior, apenas a auxiliar de ensino Maria Thereza Moriondo Alves<sup>80</sup>, não se tornou posteriormente professora do curso de Matemática. Com relação aos ex-alunos que se tornaram docentes, pode-se utilizar como exemplo: Nelson Luiz Piôto D’Ávila, Waldemar Calazans Mavigno e Luiz Henrique Penedo Leão Borges.

Essa situação permanece até 1968, quando houve o processo de Reestruturação Universitária e o curso de Matemática passou a ser gerido pelo Departamento de Matemática, que por sua vez, congregou professores de vários outros cursos. Esse Departamento passou a ter responsabilidade sobre todas as disciplinas de Matemática que seriam oferecidas em seu próprio curso, nas Engenharias, Economia e Belas Artes. Em 1971, o Departamento de Matemática, assim como outros departamentos começaram a ser transferidos definitivamente para um Campus da UFES, mais precisamente, o Campus de Goiabeiras.

<sup>79</sup> Assume a docência da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, a partir de 1971. Descreve-se que até 1968 essa disciplina recebia a denominação de Análise Matemática.

<sup>80</sup> A partir da análise documental que foi feita acerca dos auxiliares de ensino, não obtivemos informações suficientes para tecer conclusões sobre essa auxiliar. Mas, por um contato telefônico feito pela pesquisadora com a própria Maria Thereza Moriondo Alves, constatou-se que ela não se tornou professora do curso de Matemática, nem de outros cursos da UFES, ela foi apenas auxiliar de ensino durante um período de tempo.

## 5.2 CURSO DE MATEMÁTICA NA UFES (1971 – 2000)

No final da década de 1960, à medida que estavam sendo construídos os pavilhões no Campus de Goiabeiras, os Centros que compunham a Universidade Federal do Espírito Santo, foram aos poucos sendo transferidos. Esses Centros eram resultado da reunião de disciplinas, setores básicos das diversas unidades de ensino superior e/ou da aglutinação das antigas Faculdades e Escolas Superiores. Em 1976, com a implantação do Centro Agropecuário findava-se o processo de implantação dos novos Centros, completava-se o quadro da nova Estrutura Universitária, e, o funcionamento da UFES passou a centralizar-se no Campus de Goiabeiras.

Em 1971, houve a instalação dos Departamentos que constituíam o Centro de Estudos Gerais no Campus de Goiabeiras, como forma de atender os dispositivos presentes no Decreto-Lei 5540/68. Como foi apresentado no capítulo anterior, o CEG era formado pela junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os setores básicos das outras Faculdades e Escolas Superiores incorporadas à UFES desde 1961. Entre esses departamentos, destaca-se a instalação do Departamento de Matemática, que “[...] tem sua instalação efetivada no campus a partir de 1971 – Resoluções nº 15/71 e 16/71 do Conselho Universitário – [...]” (SAD, 2007, p.8). Nesse período, o curso de Matemática já tinha sido reconhecido – sob o Decreto 66.477/70. Esse momento também foi comentado em um trecho de entrevista do professor Arnaldo Sossai (entrevista em 2013). Segundo ele, “[...] o curso de Matemática veio no segundo ano já. Quer dizer, em 1970/71, já havia alguns módulos que hoje compõem o Centro de Artes e em um deles, se não me engano, no CEMUNI V [Célula Modular Universitária], funcionou inicialmente o Departamento de Matemática”.

Com a estruturação promovida a partir da Reforma Universitária e a instalação do Departamento de Matemática, professores de diferentes instituições passaram a congregar o mesmo espaço, já que antes da instalação de uma sede comum, cada professor permanecia em uma Faculdade ou Escola Superior. A responsabilidade de todas as disciplinas matemáticas, ministradas nos cursos de Engenharia, Economia,

Belas Artes e no próprio curso de Matemática, entre outros, a partir de agora passariam a ser responsabilidade desse departamento (SAD, 2007).

Nesse período, também, aconteceram outras modificações. Atendendo aos dispositivos instituídos pelo Decreto-Lei, anteriormente mencionado, foi implantado o vestibular unificado, a partir de 1972. Ou seja, os exames vestibulares para ingresso em todos os cursos de graduação passaram a ser feitos em uma mesma data e tiveram que versar a respeito de um conteúdo pré-determinado, desse modo, deixando de serem múltiplos, por carreira e em períodos diferentes. Outra modificação nos cursos de graduação foi que eles seriam precedidos de um Ciclo Básico. O Ciclo Básico desdobrava-se em áreas do conhecimento, a saber: Ciências Naturais e Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Sociais e Humanidades. O curso de Matemática, juntamente com os cursos de Engenharia, estava inserido na área de Ciências Naturais e Exatas. Cada Ciclo de graduação, por sua vez, se subdividia em Ciclo Básico Comum e Ciclo Básico Orientado. O primeiro teria duração de um semestre letivo, e era constituído por disciplinas comuns a todos os cursos de cada uma das áreas ou setores. Os Ciclos Básicos Orientados teriam duração variada de um e três semestres letivos, incluindo por sua vez disciplinas específicas, de acordo com a opção profissional (CICLO..., 1972). Segundo Sad (2007, p.9)

[...] Adicionaram-se também algumas alterações na grade das disciplinas, para que pudesse contemplar um chamado ciclo básico comum com os cursos de engenharia. Inclusive nesta época havia condições de dupla opção de entrada no vestibular, por exemplo, 1ª opção – Engenharia e 2ª opção – Matemática.

Borgo (1995) descreve que essa divisão em dois ciclos tinha diferentes funções a saber: recuperar as possíveis deficiências que eram evidenciadas na formação dos alunos nos exames vestibulares, proporcionar a realização de estudos básicos dos ciclos subsequentes, e, orientar para a escolha de uma carreira. Além disso, como já mencionado, as matrículas passaram a ser feitas por disciplina, e o regime seriado – com disciplinas anuais – foi substituído pelo sistema de créditos – com disciplinas semestrais. Acentua-se também que as mudanças de espaço físico e regime, durante esse período, suscitaram manifestações e descontentamentos de diferentes grupos.

Com essa mudança de regime, a composição curricular das disciplinas que constituíam o curso de Matemática, e, os demais cursos que compunham a Universidade Federal do Espírito Santo, passaram por transformações. O curso de Matemática, que estava dividido em quatro séries – anuais –, passou a ser composto por oito períodos – semestrais. Em termos de duração, não houve modificações, pois, o curso continuava sendo de quatro anos. A seguir, apresenta-se um quadro (Quadro 06) contendo as modificações curriculares para o curso de Matemática com a implantação do Ciclo Básico Comum e Orientado.

**Quadro 06** – Relação contendo as disciplinas ofertadas no regime seriado, em 1971, e, no regime de créditos a partir de 1972

(continua)

ANO	DISCIPLINAS OFERTADAS EM 1971	SEMESTRE	DISCIPLINAS OFERTADAS EM 1972
<b>1º ANO</b>	Cálculo Diferencial e Integral; Composição Vernácula; Desenho Geométrico e Geometria Projetiva; Física Geral e Experimental; Geometria Analítica; Geometria Descritiva;	<b>1º</b>	<b>Álgebra I;</b> <b>Álgebra Linear I;</b> <b>Cálculo I;</b> <b>Desenho Geométrico;</b> <b>Física I;</b> <b>Geometria Descritiva I;</b>
		<b>2º</b>	Álgebra II; Álgebra Linear II; Cálculo II; Física Experimental I; <b>Português (Expressão em Vernáculo);</b>
<b>2º ANO</b>	Álgebra I; Análise Matemática; Cálculo Vetorial; Física Geral e Experimental;	<b>3º</b>	Álgebra Linear III; Cálculo III; Educação Física; Física II; Introdução a Ciência dos Computadores;
		<b>4º</b>	Cálculo IV; Cálculo Numérico; Probabilidade e Estatística;
<b>3º ANO</b>	Álgebra II; Análise Matemática; Cálculo Numérico; Estatística Matemática; Psicologia da Educação;	<b>5º</b>	Didática; Física III; Fundamentos da Matemática Elementar;
		<b>6º</b>	Análise I; Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º Graus; Física Experimental II; Psicologia da Educação. Variáveis Complexas;

Fonte: Dados extraídos do histórico de um aluno do curso de Matemática e das Atas de Notas de Exames Finais e de 2º Época do 1º, 2º, 3º e 4º ano, nº 64, 69, 73 e 77 respectivamente, depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

**Quadro 06** – Relação contendo as disciplinas ofertadas no regime seriado, em 1971, e, no regime de créditos a partir de 1972

(conclusão)

ANO	DISCIPLINAS OFERTADAS EM 1971	SEMESTRE	DISCIPLINAS OFERTADAS EM 1972
<b>4º Ano</b>	Análise Superior; Didática; Elementos da Administração Escolar; Fundamentos da Matemática Elementar; Prática de Ensino de Matemática; Realidade Brasileira	<b>7º</b>	Análise II; Estudos dos Problemas Brasileiros; Física IV; Optativas; Prática de Ensino A;
		<b>8º</b>	Geometria Descritiva II; Optativas; Prática de Ensino B;

Fonte: Dados extraídos do histórico de um aluno do curso de Matemática e das Atas de Notas de Exames Finais e de 2º Época do 1º, 2º, 3º e 4º ano, nº 64, 69, 73 e 77 respectivamente, depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

Algumas destas disciplinas, a partir da implantação dos cursos em regime de créditos, apresentavam pré-requisito na matrícula, por exemplo, não se cursava Cálculo II ou Física II, sem ter tido aprovação em Cálculo I ou Física I, respectivamente. Além disso, o aluno podia optar por não se matricular em determinada disciplina. Por isso, as disciplinas não eram fixas em cada semestre para todos os alunos, como pode parecer observando a quarta coluna do quadro anterior.

As disciplinas realçadas no Quadro 06 faziam parte do Ciclo Básico Comum, e as demais elencadas para o 2º, 3º e 4º ano tiveram alterações para os alunos que iniciaram a partir de 1972, com o objetivo de atender ao Ciclo Básico Orientado – segundo a opção profissional. Esse Ciclo foi dividido em duas seções: as Disciplinas Comuns e as Disciplinas Específicas. A primeira seção de Disciplinas Comuns abarcavam as matérias que eram iguais para os cursos de Matemática e Engenharias, a saber: Álgebra Linear II e III, Cálculo II, III e IV, Cálculo Numérico, Educação Física, Física II, III e IV, Introdução à Ciência dos Computadores e Probabilidade e Estatística. A segunda seção de Disciplinas Específicas envolvia apenas matérias específicas a cada graduação. No caso do curso de Matemática tinha-se: Álgebra II e III, Geometria Descritiva, Geometria Projetiva e Variável Complexa. E entre as disciplinas optativas estavam: Geometria Diferencial, Tópicos em Álgebra, Introdução as Equações Diferenciais Ordinárias e Topologia I e II.

No ano de 1973, o curso de Matemática passa a ocupar o prédio do IC-I <sup>81</sup>, do Centro de Estudos Gerais. Atualmente, grande parte do Departamento de Matemática continua funcionando no mesmo prédio. O Colegiado de Matemática, por sua vez, está em um prédio próprio (Figura 17), juntamente com o Colegiado de Física, Química e Estatística, secretarias e Colegiados de Pós-Graduação.

**Figura 15** – Prédio onde encontra-se instalado o Colegiado de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória



Fonte: Galeria de imagens do CCE (<http://www.quimica.vitoria.ufes.br/content/colegiado>).

No ano de 1973, constata-se os últimos registros do curso de Matemática nos Livros da FAFI. No período entre 1972 a 1975, para as turmas que iniciaram na UFES no regime de créditos, só foi possível obter acesso a alguns registros acadêmicos desse curso, dado que, “[...] os registros acadêmicos dos anos de 1974 e alguns de 1975 foram destruídos por arquivamento deficiente e fogo, conforme informações não oficiais que obtivemos na própria universidade [...]” (SAD, 2004, p.10). Possivelmente, os registros acadêmicos não encontrados desse período possam ter mesmo motivo. O que se encontra são documentos pessoais, como históricos escolares de alunos dessa época, como o disponibilizado pela ex-aluna e ex-professora desse curso Lígia Arantes Sad.

<sup>81</sup> IC é a abreviatura para Ilha do Cercado. Segundo Perota (1995), os prédios construídos para comporem o Centro de Estudos Gerais foram denominados ICs.



A partir de 1970, como anteriormente retratado, vários ex-alunos do curso de Matemática foram convidados a lecionar na UFES. Nesse período, pontua-se a contratação de mestres em Matemática, o retorno da professora Myrtha Salloker Fayet, e, em 1975, a volta de Arnaldo Sossai como professor, dado que ele iniciou o curso de Matemática na FAFI em 1969, e terminou o curso na UFES, em 1972, depois da transferência. Acerca desse período ele contou que

*Na verdade eu vim para cá [Vitória], porque eu tinha concluído todos os créditos do mestrado [...] e havia necessidade de um professor que ensinasse Geometria Diferencial. Porque não tinha aqui ninguém com formação nessa área, que pudesse lecionar essa disciplina, que era do final do bacharelado. Então, eu fui contatado e contratado especificamente para ensinar essa disciplina [...] Mas chegando aqui, uma das turmas de primeiro período de Álgebra Linear I, naquela época, hoje acho que se tornou Geometria Analítica, estava sem professor. E me perguntaram se eu aceitava dar aulas para eles, e eu assumi também Álgebra Linear I. Então, as minhas duas primeiras disciplinas foram: Geometria Diferencial no final do curso [bacharelado], e Linear I que era do primeiro período [...]* (SOSSAI, entrevista em 2013).

Neste trecho de entrevista, observa-se que em meados da década de 1975, mesmo após 10 anos de funcionamento em território espiritossantense, o curso de graduação em Matemática ainda não havia conseguido suprir a carência de professores para algumas disciplinas específicas. Além disso, a contratação de mestres em Matemática como Arnaldo Sossai, inaugura o início da formação para o bacharelado dessa disciplina no estado. Visto que, mesmo sendo criado nas modalidades de licenciatura e bacharelado, desde 1965, o curso de Matemática só formava licenciados. Até os primeiros anos da década de 1970, dos alunos egressos desse curso, apenas Nelson Luiz Piôto D'Avila e Waldemar Calazans Mavigno possuíam diploma de bacharelado, devido as disciplinas cursadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como mencionado na seção 5.1.2 deste trabalho.

A partir de 1977, a opção pelo bacharelado ou licenciatura que era feito nos últimos anos do curso de Matemática, seguindo a ideia do modelo de formação “3+1”, passou a ser feita no exame vestibular. Nesse período, também, esse leque de

opções estendeu-se um pouco mais, com possibilidade de escolha de um bacharelado também voltado para Estatística (SAD, 2007).

No início da década de 1980, mais precisamente na Resolução 05, de 28 de maio de 1982, sob o parecer favorável do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, aconteceu a divisão do Departamento de Matemática em: Departamento de Matemática e Departamento de Estatística.

Nesse período, também outras reformulações curriculares ocorreram. Destaca-se nessa pesquisa a reformulação Curricular de 1985, promovida pelo Colegiado de Matemática. Essa reformulação designava que o bacharelado teria três opções: Matemática, Estatística e Matemática Aplicada e Computacional. Essa nova reformulação como indica Sad (2007, p.10), “[...] implicou mais diretamente em ampliação das disciplinas chamadas de Optativas, como: Análise II, Álgebra Linear II, Cálculo Avançado, História da Matemática, Lógica da Matemática e Tópicos de Matemática Elementar [...]”, com objetivo de atender a esses cursos.

No início da década de 90, porém, essas opções de Estatística e Matemática Computacional já haviam sido extintas. Essa extinção foi corroborada por outra reestruturação e a saída de um grupo de professores do Departamento de Matemática, como por exemplo, a saída do professor Luiz Henrique Penedo Leão Borges, que foi transferido para outro Departamento, como ele mesmo descreve:

*Aliás, os professores de Informática do Departamento de Matemática se juntaram aos professores de Informática do Departamento de Informática do Centro Tecnológico... e formam um Departamento novo. Na verdade, não se chamava Departamento de Informática do Centro Tecnológico não. Se não me engano, se chamava de Departamento de Engenharia Industrial. Então, se unem aos professores de Informática do Departamento de Engenharia Industrial e formam o Departamento de Informática do Centro Tecnológico. E quando se formou, eu fui transferido para esse Departamento (BORGES, entrevista em 2011),*

Outra transformação, que requer menção nessa década, foi à implantação de sistema diferenciado para a entrada no curso de Matemática, também conhecida como Processo Seletivo Estendido. Independente da opção escolhida – bacharelado ou licenciatura –, o vestibular, selecionava três vezes mais alunos que o número de

vagas ofertadas. Ou seja, se eram ofertadas 40 vagas, o vestibular selecionava os 120 primeiros candidatos com média de aprovação. No primeiro período esses ingressantes cursavam: Língua Portuguesa, Matemática Básica I e Matemática Básica II. Essas disciplinas eram como matérias de nivelamento, para que ao final desse primeiro semestre letivo, por meio de avaliações, fosse possível selecionar os alunos com as melhores notas dentro do limite de vagas, de modo a prosseguirem os estudos no curso de Matemática.

As disciplinas desse primeiro período apresentavam conteúdos do ensino Fundamental e Médio. Os alunos que não conseguissem média suficiente para aprovação, perdiam o direito de estar no curso superior de Matemática. Esse período atualmente é denominado por muitos como zero período ou “ZP”. A respeito da ideia de implantação desse sistema, um professor nos descreveu

*[...] Que eu sempre achei o currículo, primeiro, um tanto rígido, e, sobretudo com algumas disciplinas muito avançadas para um curso de licenciatura. [...] Então, eu achava que deveria ter umas disciplinas tipo assim: "livro texto", onde você ia discutir os textos que estavam no mercado, avaliar e tal. Um curso desse tipo, que seria talvez mais da área pedagógica, mas, que eu acho que é um trabalho que o professor de Matemática tem que fazer. Então, o argumento que eu recebia de volta [de alguns colegas] era que: "- O professor de Matemática precisa saber além daquilo que ele vai ensinar, para poder ensinar, num nível mais elementar". O que acontecia é que o aluno saia do Ensino Médio, sem saber grandes coisas, fazia o curso superior sem aprender nada do que ele ia ensinar, e, ia ensinar aquilo que ele nunca tinha aprendido [...] E então, acontecia o que? Entravam 60 alunos e saiam 2. Ou 30 num semestre e 30 no outro para sair 2 no final. E depois de mais de 4 anos, em geral, porque o curso estava projetado para 4 anos. E foi daí, então, que eu acho que se iniciou a discussão do Processo Seletivo que é hoje [começando com o período zero] [...] junto com o professor Ademir Sartin [...] a gente perdia horas e horas conversando sobre isso. Sobre um processo que, vamos dizer assim, avaliasse não o conhecimento do aluno, mas, a capacidade de adquirir conhecimento. Porque o aluno de escola pública, em geral, não tem nem acesso ao conhecimento [...] Se a gente ao invés de pegar o aluno que, depois de 3 anos de cursinho [...] aprendeu por insistência, trazer aqui para dentro um aluno, a quem a gente desse oportunidade, vamos dizer assim, de ele ter acesso ao conhecimento, e se ele demonstrar capacidade de adquirir conhecimento, então esse aluno interessa para nós. E foi com esse espírito que foi implantado o atual Processo de Seleção, que está resultando [...] em um número bem mais elevado de alunos que se formam e que reduziu significativamente a evasão, coisa que não havíamos previsto [...] Então, o aluno vem para cá, durante seis meses faz duas disciplinas que congregam mais ou menos aquele conhecimento básico. E aí, depois é que ele vai fazer de fato fazer o curso de Matemática, com aquele nível a mais, que se exige do professor [...] (SOSSAI, entrevista 2013).*

Neste trecho de entrevista, Arnaldo Sossai, descreve que os alunos do “zero período” cursariam apenas duas disciplinas no primeiro semestre, entretanto, constata-se que isso só ocorreu a partir de 1998, segundo as grades curriculares para licenciatura do curso de Matemática depositadas no seu Colegiado. Além disso, evidencia-se uma preocupação com a formação de professores, que para além de um currículo que abarcasse disciplinas de cunho específico de Matemática, era necessário, um currículo que estivesse voltado para a formação pedagógica do professor. Ou seja, o currículo que contemplasse disciplinas de formação didático-pedagógica. Pois, como descreve o mesmo professor nessa época

*[...] [o currículo], tinha quatro Cálculos, três Álgebras ou duas Álgebras não sei, Álgebra I e Álgebra II, Linear I, II e III, Análise I e Análise II [...] E tinha as Físicas, Física I, II, III e IV, e tinha Prática de Ensino I e II, e Didática I, Didática II e vai por aí a fora. Então, no curso de licenciatura era isso daí. Só que... eu não via muita... muita significação de um aluno fazer um curso de Álgebra Linear III, por exemplo, em um curso de licenciatura. Porque Álgebra Linear III é espaços vetoriais, com um monte de coisa. Era complicado e sem nenhuma utilidade lá no ensino médio. Então para um curso de licenciatura, tinha outras coisas muito mais interessantes. A mesma coisa o Cálculo IV, teorema de Green, Gauss, Stokes, para quê que ele ia querer saber isso? Na licenciatura! Diferente do bacharelado. Porque depois houve realmente uma separação da licenciatura e bacharelado [...] Então, o aluno para se formar, como ele precisava de um número mínimo de carga horária optativa, ele ficava aqui cinco, seis anos, sete [...] (SOSSAI, entrevista em 2013).*

Sublinha-se, neste trecho de entrevista que, independente da opção que escolhesse – licenciatura ou bacharelado –, o aluno acabava passando mais tempo que o período regular, para concluir o curso de Matemática. Corroborando desse modo a afirmação de Silva (2002, p.123) que “[...] O curso visava, em primeiro lugar, à formação de pesquisadores em Matemática e, em segundo plano, a formação de professores [...]”.

A mudança efetiva na grade curricular para o curso de licenciatura, só efetivou-se a partir de 1991, devido a uma nova reformulação curricular. Elabora-se um quadro (Quadro 07), contendo as disciplinas obrigatórias para o curso de licenciatura em Matemática nos anos 1985 e 1991, que evidencia essa inserção de um maior número de disciplinas voltadas à formação docente. Optou-se por realçar neste quadro aquelas que estão direcionadas para formação de professores.

**Quadro 07** – Grade curricular do curso de licenciatura em Matemática nos anos de 1985 e 1991

SEMESTRE	DISCIPLINAS DA LICENCIATURA EM 1985	DISCIPLINAS DA LICENCIATURA EM 1991
1º	Cálculo I; Estudo de Problemas Brasileiros I; Geometria Analítica; Noções de Lógica; Língua Portuguesa	Língua Portuguesa; <b>Matemática Básica I;</b> <b>Matemática Básica II;</b>
2º	Álgebra Linear I; Aritmética I; Cálculo II; Estudo de Problemas Brasileiros II; Física I;	Álgebra Linear I; Cálculo Diferencial e Integral I; Noções de Lógica; Introdução a Computação;
3º	Aritmética II; Cálculo III; Física II; Física Experimental I; Prática Desportiva I;	Algoritmos; Cálculo Diferencial e Integral II; Física Geral I;
4º	Cálculo IV; Estruturas Algébricas; Física III; Geometria Euclidiana; Introdução a Ciência de Computadores;	Algoritmos Numéricos I; Cálculo Diferencial e Integral III; Física Geral II; Probabilidade e Estatística;
5º	Análise I; Cálculo Numérico; Física IV; Física Experimental II; Prática Desportiva II; <b>Psicologia da Educação;</b>	Álgebra I; Desenho Geométrico I; Geometria I; <b>Psicologia da Educação;</b> <b>Organização e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio;</b>
6º	<b>Didática B;</b> <b>Fundamentos da Matemática Elementar;</b> Probabilidade e Estatística; Variáveis Complexas;	Álgebra II; <b>Didática B;</b> Geometria II; Geometria Descritiva e Desenho Geométrico II; História da Matemática I;
7º	<u>Álgebra Linear II;</u> <u>Análise II;</u> <u>Cálculo Avançado;</u> Desenho Geométrico A; Geometria Descritiva A; <u>História da Matemática;</u> <b>Prática de Ensino I – Matemática;</b>	Análise I; Geometria III; <b>Prática de Ensino I – Matemática;</b> <b>Fundamentos da Matemática Elementar I;</b>
8º	Geometria Descritiva II; <u>Francês Instrumental;</u> <u>Inglês Instrumental;</u> <u>Lógica Matemática;</u> <b>Prática de Ensino II – Matemática;</b> <b>Estrutura e funcionamento do Ensino do 1º e 2º Graus.</b> <b><u>Tópicos de Matemática Elementar;</u></b>	<b>Fundamentos da Matemática Elementar II;</b> História da Matemática II; <b>Prática de Ensino II – Matemática;</b> <b>Tópicos de Matemática Elementar;</b> <b>Optativas;</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2970 horas</b>	<b>2430 horas</b>

Fonte: Grades Curriculares do curso de Matemática de 1985 e 1991, depositados no arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

No quadro anterior observa-se que as disciplinas em negrito são de cunho didático-pedagógico, e, as disciplinas sublinhadas são optativas. Além disso, o quadro 07 evidencia que, existiu um aumento no número de disciplinas que objetivavam a formação de professores, e que essas disciplinas iniciavam a partir do 5º período. Não foram contadas nessa representação da periodização as disciplinas de nivelamento constituintes do processo de seleção diferenciado (processo seletivo estendido) que iniciam a partir de 1991. O rol de disciplinas didático-pedagógicas elencando, demonstra uma pequena alteração no perfil da estrutura curricular do curso de licenciatura de 1991 em relação ao curso de licenciatura de 1985. Mas, é importante destacar que essa alteração não fez com que deixasse de existir o isolamento entre as disciplinas de conteúdo matemático e as de conteúdo didático-pedagógico.

Ainda na década de 1990, houve a criação do Centro de Ciências Exatas, por meio de uma resolução dos Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 29 de novembro de 1991 (BORG, 1995). Com a instituição do CCE, o curso de Matemática juntamente com outros cursos foram a ele incorporados. Além disso, nesse período principia-se o processo de interiorização da UFES, que resultou na implantação de alguns cursos de graduação nas cidades de São Mateus e Nova Venécia, no norte do Espírito Santo. Esses cursos iniciaram seu funcionamento em 1991. Os cursos de São Mateus<sup>82</sup> foram inseridos na CEUNES – Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo –, posteriormente transformada em POLUN – Pólo Universitário Norte do Espírito Santo. Entre os cursos da CEUNES, temos a implantação de um novo curso de licenciatura em Matemática. Essa graduação foi implantada nos mesmos moldes do curso existente no Campus de Goiabeiras – na capital –, inclusive, com a participação de alguns dos professores que já ministravam aula em Vitória e a adoção do processo seletivo estendido. Recordar-se aqui que a pesquisadora é oriunda desse curso de Matemática instalado na cidade de São Mateus.

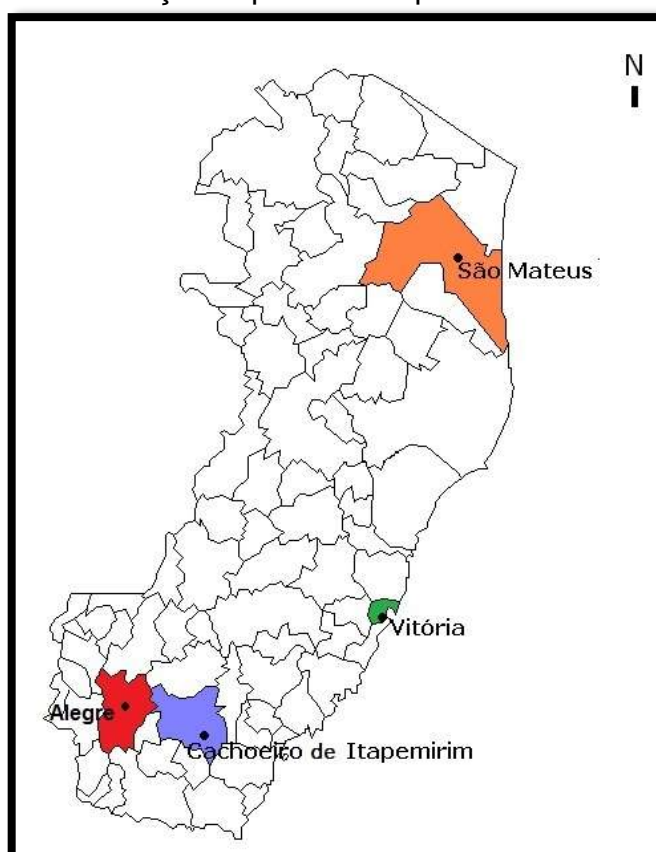
---

<sup>82</sup> São Mateus é um município localizado no norte do Espírito Santo, distante aproximadamente 215 km da capital, Vitória.

### 5.3 FORMAÇÃO SUPERIOR EM MATEMÁTICA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS “MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ” E FAFIA – ALEGRE

Concomitante a todo processo de federalização da Universidade Federal do Espírito Santo, na segunda metade da década de 1960, como foi mencionado no final da seção 4.1 desta pesquisa, a educação de nível superior em todo estado do Espírito Santo continuava em expansão. Várias cidades começavam a implantar instituições desse nível de ensino. Entre elas, evidenciam-se as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre<sup>83</sup>, localizadas ao sul do Estado (Figura 16), que entre 1960 e 2000 passaram a oferecer cursos de formação específica de professores de Matemática.

**Figura 16** – Mapa do estado do Espírito Santo, com realce para os municípios que ofereceram cursos de formação específica de professores de Matemática até 2000



Fonte: Acervo da pesquisadora.

<sup>83</sup> Cachoeiro de Itapemirim está localizado a aproximadamente 140 km da capital, enquanto Alegre à 200 km.

Em 1969, enquanto a UFES vivenciava o período de Reforma Universitária, foi criada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” – FAFI Cachoeiro<sup>84</sup>, de caráter não público (particular). Segundo o Relatório de 1966

Por várias vezes a direção do Ginásio “Jesus Cristo Rei” foi solicitada, por comissões de professores e pais de alunos, para fundação de uma Faculdade de Filosofia aqui em Cachoeiro de Itapemirim, e sempre protelou uma resposta decidida a esses reiterados pedidos, por falta de prédio adequado. Agora com a construção do novo edifício e com a benção de S. Ex<sup>a</sup> Luis Gonzaga Peluso, DD. Bispo Diocesano, a direção resolveu fundar o tão almejado curso superior, com denominação de Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras “Madre Gertrudes de São José”. De fato, a fundação de um estabelecimento de ensino superior, era necessária e urgente para beneficiar não só os jovens da cidade que não têm recursos ou possibilidades de estudar em centros maiores, mas também das cidades circunvizinhas como sejam: Muqui, Castelo, Rio Novo do Sul, Jerônimo Monteiro, Atílio Vivacqua e outras mais (RELATÓRIO, 1966, p.3).

Como é possível observar, existia um empenho na implantação de uma instituição de ensino superior voltada para a formação de professores. Ademais, esse interesse visava também prover as escolas de 1º e 2º graus de Cachoeiro de Itapemirim e das cidades vizinhas com professores habilitados. Em 06 de março de 1966, foi realizada uma reunião para concretizar esse projeto, e, em 11 de março, sob um adendo no Parecer 96/66 do Conselho Federal de Educação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” foi autorizada a funcionar (RELATÓRIO, 1966).

Segundo o mesmo relatório, no dia 19 de março, como forma de comemorar o início das atividades na instituição, foi realizada uma missa na Catedral de São Pedro, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, que reuniu os alunos e familiares. À noite, aconteceu a aula inaugural na Faculdade (Figura 17), que foi proferida por Eduardo Prado de Mendonça, na época, professor catedrático de Introdução à Filosofia, na Faculdade de Nacional de Filosofia – FNFfi. Demonstrando não apenas o valor da instituição para o sul do território espiritosantense, como também, o lugar de prestígio da FNFfi em território nacional.

---

<sup>84</sup> Importante destacar que essa denominação foi escolhida, para doravante nomear, neste trabalho, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, devido à extensão do nome da referida instituição.



**Figura 17** – Fachada do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, atualmente depositados no arquivo da Faculdade São Camilo.

Devido à rapidez na autorização de funcionamento, alguns dias depois, foi realizado o primeiro vestibular da/instituição. Para esse exame foram oferecidos os cursos de: Pedagogia, Ciências Sociais, História, Letras Francesas e Letras Inglesas. O vestibular foi realizado em dois concursos, sendo que, no primeiro concorreram 109 candidatos, e foram aprovados 97, e, o segundo, com 45 candidatos sendo 42 aprovados, perfazendo um total de 139 aprovados (RELATÓRIO, 1966). Pode-se notar que nesse início ainda não existia um curso específico de formação de professores de Matemática.

Vale ressaltar que dos cursos oferecidos no primeiro vestibular, apenas o de Pedagogia tinha em sua estrutura disciplinas de cunho matemático, a saber: Complementos de Matemática e Estatística. Essas disciplinas eram ministradas pelo professor José Humberto Grillo. Por meio das entrevistas, foi possível evidenciar que esse docente não tinha formação em Matemática. Somente com o início do curso de Ciências, em 1969, houve a necessidade de contratar outros docentes para ministrar disciplinas específicas da área de exatas como: Física, Matemática e Química.

Em 1969, começou a ser oferecida nessa instituição o primeiro curso cujo objetivo era formar docentes habilitados para lecionar Matemática e/ou Ciências no 1º grau,

fora da capital espiritossantense. Esse curso tinha duração de três anos e caracterizava-se como uma licenciatura – licenciatura curta –, sendo que no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, essa formação era denominada simplesmente como curso de Ciências para o 1º grau.

O curso de Ciências para o 1º grau, estava dividido em três séries, cada uma de um ano de duração, perfazendo assim um total de três anos de duração. Sua conclusão possibilitava aos graduados o título de docente tanto na área de Matemática quanto de Ciências no 1º grau. A matriz curricular para o início do curso de Ciências para o 1º grau estava disposta conforme o Quadro 08.

**Quadro 08** – Disciplinas ministradas no curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em 1969

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
<b>DISCIPLINAS</b>	Biologia Geral; Física; <b>Matemática</b> ; Química;	Biologia; Física; <b>Matemática</b> ; Química; Estudos dos Problemas Brasileiros; Psicologia da Educação;	Administração Escolar; Biologia; Desenho Geométrico; Didática Geral; <b>Didática e Prática de Ensino da Matemática</b> ; Didática e Prática de Ensino de Ciências; Elementos da Geologia; Prática de Laboratório; Filosofia da Educação; <b>Geometria (Matemática)</b> ;

Fonte: Grade curricular do curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, depositada no acervo pessoal de Lígia Arantes Sad.

Essa matriz curricular apresentava uma carga horária total de 1890 horas. A maioria das disciplinas de cunho pedagógico estavam inseridas no último período, demonstrando que, possivelmente, assim como acontecia no curso de Matemática da UFES, a formação didático-pedagógica do professor era deixada para o final.

Acerca das disciplinas de Matemática grifadas no quadro anterior e, lecionadas neste curso, a professora Handuma Hemerly Elias Coelho, nos descreveu que

[...] É, aquele curso de Matemática com Ciências, eles faziam Matemática e Biologia [...] É um negócio assim, estudava três anos [...] Como era Matemática e Biologia então [...] dava cálculo, e tinha só até integral [...] Então tinha um pouquinho de diferencial, mas um “pinguinho” [...] Você começava do zero, e você dava integral, dava um pouquinho de diferencial,

um pouquinho de volume, um volume mais direto, e acabava lá [...] (COELHO, entrevista em 2013).

Pode-se observar que como o curso da FAFI Cachoeiro era voltado para a formação de professores de 1º grau em Matemática e Ciências, os alunos estudavam apenas até o início de Cálculo Diferencial e Integral, provavelmente uma Matemática de caráter mais básico.

No período, entre 1969 e 1972, essa composição curricular recebeu algumas alterações. Entre elas destaca-se: a mudança da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros para a primeira série; a mudança de nomenclatura da disciplina Psicologia da Educação para Psicologia Educacional e da disciplina Didática e Prática de Ensino da Matemática para “Didática e Prática de Ensino da Matemática sob a Forma de Estágio Supervisionado”. Além disso, houve a inclusão da disciplina Estrutura e Funcionamento de Ensino no 1º e 2º graus, da disciplina de Língua Portuguesa na primeira série e a da disciplina Prática de Laboratório. Pode-se constatar que, as mudanças em geral, ocorreram nas disciplinas de cunho pedagógico, possivelmente, buscando preparar melhor os futuros docentes.

Para o início das atividades do curso de Ciências para o 1º Grau, docentes foram contratados visando prover as disciplinas da área de exatas. Por meio da entrevista com a professora Handuma Hemerly Elias Coelho, constatou-se que nesse início, vários desses docentes não tinham habilitação específica nas disciplinas que lecionavam. Eram pessoas que tinham formação em Engenharia ou cursos avulsos, como por exemplo, o oferecido pela CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – que habilitava ao exercício dessa docência. À medida que os alunos iam se formando, a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, convidava ex-alunos para lecionar, como acontecia na FAFI de Vitória, e posteriormente, na UFES. Além disso, depois de um período, alguns alunos oriundos dos cursos de Vitória também foram contratados como docentes.

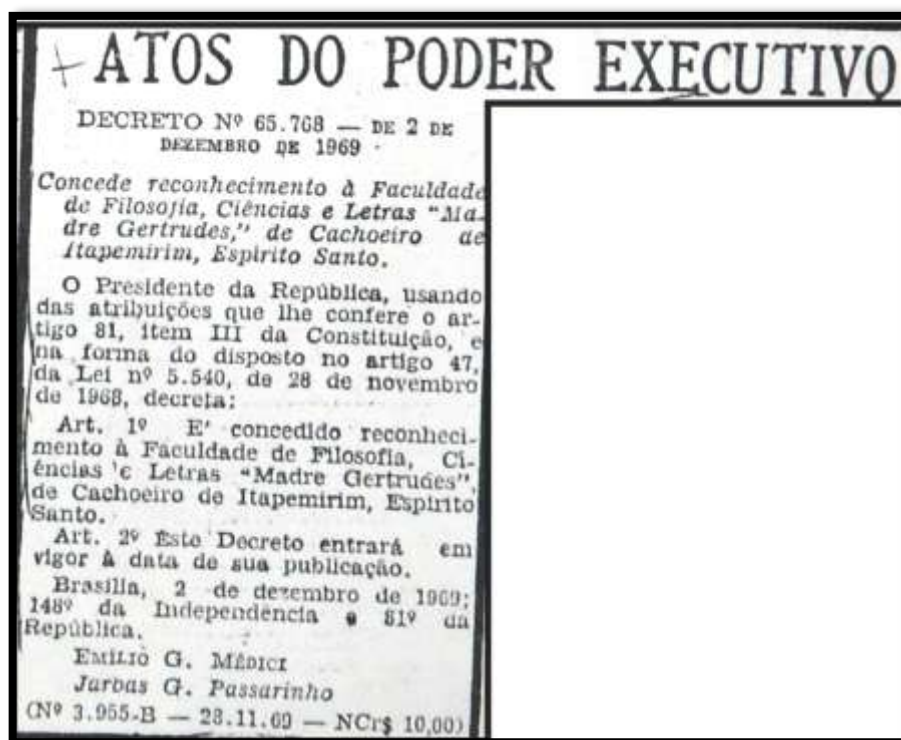
Entre esses primeiros docentes, menciona-se a contratação da professora Handuma Hemerly Elias Coelho, aluna do primeiro curso de Matemática em território

espiritossantense – FAFI de Vitória –, e primeira professora com formação superior específica na área de Matemática a lecionar na FAFI Cachoeiro. Sobre essa ocasião ela nos contou que

*Fui para Cachoeiro. Aí, não fiz mais nada, mestrado, nada. Na madre Gertrudes São José [...] Entrei como professora, mas, assim na organização nada não. Como professora de Cálculo, foi Cálculo. Agora no Estado [Espírito Santo] eu lecionei Física. Mas mecânica só, eu gostava de brincar de cálculo. E na faculdade, só Matemática (COELHO, entrevista em 2013).*

Em dezembro de 1969, sob deliberação do Decreto 65.768, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, foi reconhecida (Figura 18).

**Figura 18** – Decreto que concedeu reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”



Fonte: Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, atualmente depositados no arquivo do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo.

A partir de 1973, assim como estava acontecendo em âmbito Nacional, os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” foram alterados de anuais para o regime de créditos, ou seja, disciplinas semestrais. Desse modo, passaram a ter um Ciclo Geral no primeiro semestre, como acontecia na UFES (Quadro 09).

**Quadro 09** – Disciplinas ministradas no curso de Ciências para o 1º grau, da FAFI Cachoeiro, no período de 1973 a 1989

SEMESTRE	DISCIPLINAS LEZIONADAS DE 1973 ATÉ 1989	SEMESTRE	DISCIPLINAS LEZIONADAS DE 1973 ATÉ 1989
<b>Ciclo Geral</b>	Estudos dos Problemas Brasileiros I; Língua Inglesa I ou Língua Francesa I; Língua Portuguesa I; Método de Estudo e Pesquisa Científica; Sociologia Geral;	<b>2º</b>	Biologia I (Citologia, Genética e História); Educação Física; Estudos dos Problemas Brasileiros I; Física I (Ótica e Calorimetria); Matemática I (Álgebra); Química I (Geral e Inorgânica);
<b>3º</b>	Biologia Geral II (Zoologia) Desenho Geométrico; Física II (Mecânica) Matemática II (Geometria); Química II (Orgânica); Educação Física II;	<b>4º</b>	Biologia III (Reprodução animal e Fisiologia Humana). (Zoologia) Didática; Educação Física III; Física III (Mecânica II) Geologia (Elementos); Matemática III (Geometria); Psicologia I (Adolescência) Química III;
<b>5º</b>	Biologia IV Didática II; Educação Física IV; Estrutura e Funcionamento de ensino de 1º Grau; Matemática IV (Álgebra); Psicologia II (Aprendizagem);	<b>6º</b>	Biologia V Didática III; Didática e Prática de Matemática I; Didática e Prática de Biologia I; Estrutura e Funcionamento de ensino de 1º Grau; Filosofia da Educação Higiene e Programa de Saúde; Matemática V; Psicologia da Educação II;

Fonte: Grade curricular do curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, do acervo pessoal de Lígia Arantes Sad.

Analisando as grades curriculares a partir de 1973, constatou-se que ela se manteve até 1989, com mudanças apenas na carga horária de algumas disciplinas. Ao comparar o quadro 08 e 09, pode-se notar que de modo geral foram acrescentadas algumas disciplinas, como por exemplo, Educação Física e Higiene e Programa de Saúde. Pois, no que concerne as outras disciplinas, elas foram apenas desdobradas quando houve a mudança de regime.

A partir de 1975, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, começou a oferecer um curso de Ciências com habilitação em Matemática para o 2º grau. Esse curso estava dividido em duas partes: a primeira

com duração de três anos, habilitava a docência em Matemática e Ciências nas instituições de 1º grau; a segunda, em continuidade de mais dois anos, habilitava a docência em Matemática para o 2º grau.

A partir de análises de alguns documentos, constatou-se que a maioria das disciplinas da segunda parte eram específicas da Matemática (960 horas), deixando pouco espaço para as de cunho didático-pedagógico (120 horas). Uma noção sobre esse fato pode-se observar no quadro 10.

**Quadro 10** – Disciplinas ministradas no curso de Ciências Habilitação: Matemática de 2º grau, no período de 1975 a 1976

SEMESTRE	DISCIPLINAS	SEMESTRE	DISCIPLINAS
7º	Cálculo Diferencial e Integral I; Álgebra I (Superior); Cálculo Vetorial; Geometria I (História e Filosofia).	9º	Análise Matemática I; Álgebra III (Superior); Matemática Aplicada I; <b>Estágio de Matemática de 2º grau;</b>
8º	Cálculo Diferencial e Integral II; Álgebra II; Geometria Analítica; Geometria II (História e Filosofia).	10º	Análise Matemática II; Álgebra IV (Superior); Matemática Aplicada II (Estatística e Séries Matemáticas); <b>Estágio de Matemática de 2º grau;</b> <b>Estrutura e Funcionamento de Ensino de 2º grau;</b>

Fonte: Grade curricular do curso de Ciências Habilitação: Matemática de 2º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, acervo pessoal de Lígia Arantes Sad.

Destaca-se que, para os anos subsequentes, ocorreram algumas modificações nessa segunda parte da grade curricular. De 1977 a 1989 ela foi reduzida para três períodos, ou seja, um ano e meio. Mas, vale ressaltar que apesar dessa redução houve aumento na carga-horária das disciplinas. Entre 1990 até 1994, essa parte do curso voltou a ter 2 anos de duração, e foi inserida a disciplina Prática e Ensino em Matemática. No período de 1995 até 1998, temos a inserção das disciplinas de Geometria Analítica e Cálculo Vetorial no lugar de Análise Matemática e Estágio Supervisionado.

No entanto, a autorização para funcionamento e o reconhecimento dos cursos da FAFI Cachoeiro demorou bastante. No caso do curso de Ciências – licenciatura de

1º grau, a autorização de funcionamento ocorreu sete anos após o seu início, em 26 de agosto de 1976, sob o Decreto 78.321. O reconhecimento, por sua vez, só aconteceu em primeiro de novembro de 1978, regido pelo decreto 82.540, nove anos após o início do curso. Enquanto que para o curso de licenciatura plena em Ciências com habilitação em Matemática para o 2º grau a autorização de funcionamento demorou cerca de quatro anos, acontecendo em 27 de agosto de 1979, de acordo com o Decreto 83.900. O reconhecimento desse curso, só aconteceu de acordo com a Portaria 20, em 08 de janeiro de 1982, ou seja, sete anos após o início do curso.

Em 1999, o Curso de Ciências – Habilitação em Matemática – ganha uma configuração mais definida com sua plenificação, ou seja, torna-se uma licenciatura plena em Matemática. Desse modo, o curso passou a ter duração de quatro anos e suas disciplinas estavam exclusivamente voltadas para a formação de docentes em Matemática, deixando de ter disciplinas que habilitassem à docência em outra área.

No que tange a quantidade de alunos que ingressavam e concluíam o curso de Ciências, habilitação para o 1º e/ou 2º grau, não obtivemos informações diretamente da instituição. Mas, segundo uma professora que lecionou no curso durante muitos anos, a turma tinha “[...] uns 40. [...] Tinha [gente de] Mimoso, Muqui, Castelo e tudo. O sul do estado todinho [...]” (COELHO, entrevista em 2013).

Como foi destacado no começo da seção, a FAFI Cachoeiro possibilitou a formação de professores que não tinham condições de ir estudar em Vitória – capital. Além disso, a professora Coelho (entrevista em 2013), destaca a presença de um número significativo de alunos no curso de Matemática dessa instituição, embora funcionasse com poucos professores qualificados, conforme descreve:

*E uma coisa que assim eu admirei, por exemplo, em uma faculdade federal tinha “estrela” dando aula, professores. Então, como disse assim, muitos não pegavam no giz, e lá [FAFI Cachoeiro] às vezes pessoas com menos qualificação, você sentia que o que sabia ensinava [...] Porque às vezes você pega um com doutorado [...] mas, não tem interesse de estar ensinando nada, não exige. Aí foi quando eu vi pessoas assim [...] que você sentia que não tinha o conhecimento dos daqui da UFES, mas, o que ele sabia ele ensinava. Então, saía mais bem formado do que quem foi aluno de doutor [...].*

A partir de 2004 a denominação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” foi extinta, sendo transformada no Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo. Essa instituição mantém até hoje, entre outros, o curso de licenciatura em Matemática.

Na década de 1960 tem-se, além da criação e instituição particular – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” – pela Lei Municipal 658 em 02 de janeiro de 1967, a criação da Autarquia Municipal “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre” – FAFIA, a terceira instituição a oferecer um curso de Matemática em território espiritosantense, dessa vez na cidade de Alegre. Criada com autonomia administrativa, didática e financeira, segundo o inciso primeiro da citada Lei, essa autarquia estava destinada ao preparo de professores para o Ensino Médio. O inciso quinto da mesma, descreve que a receita tributária da FAFIA seria proveniente de anuidades dos alunos, subvenções e auxílios da Prefeitura Municipal, do Estado e da União. No que tange a esfera Municipal, 3% (três por cento) do total da receita tributária de Alegre seriam destinados à instituição.

Com objetivo de iniciar as atividades no mesmo ano, o Interventor Municipal de Alegre, na época José Azevedo de Miranda, nomeia através da Portaria Municipal 179, em 12 de janeiro de 1967, Dr. Manuel Pedro Ferraz, para o cargo de Administrador dessa instituição, e, o Dr. Hamilton Alves Vieira para o cargo de Conselho Fiscal. Ainda nesse mesmo mês, de acordo com as determinações da Lei 667, houve a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Contudo, apesar de toda agilidade e esforço mobilizados para criar a instituição, o intento ficou parado por mais de três anos.

Em 16 de setembro de 1971, a Lei Municipal 1.037 altera alguns dispositivos da Lei 667 e concede outras providências objetivando a continuidade do processo para a implantação da FAFIA. Entre essas deliberações, destaca-se a instituição de uma comissão para encarregar-se da elaboração do Regimento Interno e Estatutos da instituição, para que a mesma entrasse em funcionamento no ano seguinte. Alguns dias depois é sancionado o Decreto Municipal 609, que regulamentava a Lei 1.037.



O Decreto 609, no Art. 6 da regulamentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, instituía que ela destinava-se à formação de licenciados em Matemática, Letras (Português-Inglês), História, Pedagogia, Ciências Sociais e quaisquer outras licenciaturas que exigissem nível superior.

Através da Resolução 04/73, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo – CEE/ES nº 04/73 – autorizou o funcionamento na FAFIA (Figura 19) do curso de Pedagogia em Licenciatura Plena, e também dos cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras Português-Inglês, à formação de docentes para o 1º ciclo. Mesmo com o decreto de criação e os cursos autorizados a funcionar, a instituição não podia entrar em funcionamento, dado que, não tinha autorização em âmbito nacional. Essa autorização só foi outorgada pelo Decreto 72.165, em 02 de maio de 1973, ou seja, seis anos após as primeiras tentativas.

**Figura 19** – Fachada da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre



Fonte: Acervo da pesquisadora.

No período entre 16 e 19 de maio de 1973, foram realizados os primeiros concursos vestibulares da FAFIA. Devido o estado de deteriorização da cópia da Ata de resultado final do concurso vestibular dessa instituição, não foi possível tecer considerações acerca dos alunos que participaram desses exames. Como mencionado anteriormente, os cursos de graduação oferecidos destinavam-se a preparar profissionais para o exercício da docência, supervisão e administração

escolar. Ademais, como na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em Cachoeiro de Itapemirim, o curso de Ciências da FAFIA caracterizava-se como um curso de licenciatura curta, abrangendo as áreas de Matemática e Ciências. Dessa forma, seus concluintes tinham possibilidade de lecionar essas disciplinas no 1º grau, ou seja, atualmente ensino fundamental. O vestibular para esse curso era composto por 50 vagas. O curso tinha duração de três anos, divididos em seis semestres, e, englobava disciplinas voltadas às áreas de Matemática e Ciências. Nessa época, as disciplinas estavam dispostas conforme no quadro 11.

**Quadro 11** – Grade curricular para o curso de Ciências 1º ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre, no período de 1973 a 1976

SEMESTRE	DISCIPLINAS MINISTRADAS	SEMESTRE	DISCIPLINAS MINISTRADAS
1º	Estudo de Problemas Brasileiros I; Educação Física; Introdução à Filosofia; Introdução à Sociologia; Língua Portuguesa; Sociologia Geral;	2º	Biologia Geral; Educação Física; Estudo de Problemas Brasileiros II; Física Geral e Experimental I; Matemática I; Química I;
3º	Desenho Geométrico I; <b>Didática I</b> ; Física Geral e Experimental II; Matemática II; Psicologia da Educação I; Química II;	4º	Desenho Geométrico II; <b>Didática II</b> ; Física Geral e Experimental III; Matemática III; Psicologia da Educação II; Química III;
5º	Botânica I; Elementos de Geologia I; <b>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau I</b> ; <b>Prática de Ensino de Ciências I</b> ; <b>Prática de Ensino de Matemática I</b> ; Zoologia I;	6º	Botânica II; Elementos de Geologia II; <b>Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau II</b> ; <b>Prática de Ensino de Ciências II</b> ; <b>Prática de Ensino de Matemática II</b> ; Zoologia II;

Fonte: Grades curriculares depositadas na secretária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre.

Essa grade curricular apresentava uma carga horária total de 2070 horas. Observa-se no quadro 11 que as disciplinas de cunho didático-pedagógico foram realçadas, dado que, elas iniciavam desde o segundo ano do curso, o que não acontecia na FAFI de Vitória e nem na FAFI de Cachoeiro, em cujos cursos, as disciplinas de mesma natureza, estavam inseridas no último ano ou nos períodos finais.

Sob deliberação do Decreto Federal 78.983/76 todos os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre foram reconhecidos. O curso devotado à formação de professores de Matemática para o 1º grau passou a denominar-se curso de Ciências Licenciatura de 1º grau. Após o reconhecimento, as grades curriculares dos cursos passaram por reformulações. Segundo o regimento da FAFIA, no período de 1977 até 1986, o curso de Ciências Licenciatura de 1º grau teria duração mínima de 1800 horas-aulas, sendo ministrado em seis semestres. A partir de uma análise da grade curricular desse período, nota-se que, apesar da carga horária mínima, o curso foi organizado com carga horária de 1965 horas-aulas, e, a grade curricular estava assim disposta (Quadro 12):

**Quadro 12** – Grade curricular semestral da FAFIA para o curso de Ciências Licenciatura de 1º grau, no período de 1977 até 1986

SEMESTRE	DISCIPLINAS MINISTRADAS	SEMESTRE	DISCIPLINAS MINISTRADAS
1º	Ciências Biológicas I (Citologia e Reprodução); Estudo de Problemas Brasileiros I; Língua Portuguesa; Matemática I (Álgebra); Psicologia da Educação; Sociologia Geral;	2º	Ciências Biológicas II (Genética); Estudo de Problemas Brasileiros II; Física I (Mecânica); Matemática II (Geometria); Química I (Geral e Inorgânica); Psicologia da Educação II;
3º	Ciências Biológicas III (Botânica); Desenho Geométrico I; Didática I; Física II (Mecânica); Matemática III (Trigonometria e Analítica); Química II (Inorgânica);	4º	Ciências Biológicas IV (Zoologia); Desenho Geométrico II; Didática II; Física III (Eletricidade); Matemática IV (Álgebra II); Química III (Analítica);
5º	Ciências Biológicas V (Ecologia e Higiene); Elementos de Geologia I; Física IV (Ótica e Calorimetria); Matemática V (Cálculo); Prática de Ensino de Ciências I; Prática de Ensino de Matemática I;	6º	Elementos da Geologia II; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau; Filosofia da Educação; Prática de Ensino de Ciências II; Prática de Ensino de Matemática II;

Fonte: Regimento interno do período de 1977 até 1986 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, depositado na secretária da instituição.

É notório evidenciar, que no quadro 12, algumas disciplinas tiveram maior especificação ao colocar-se entre parênteses os conteúdos designados. Além disso,

comparando o quadro 11 e 12 constata-se a supressão de algumas disciplinas e incorporação de outras, como por exemplo, Matemática IV e V, Ciências Biológicas V e Física IV.

Em 1987, são inseridas mudanças na grade curricular no curso de Ciências Licenciatura 1º grau. Entre elas, constata-se o processo que conduziu a junção de duas disciplinas congêneres, como por exemplo, Matemática I e II que passou a denominar-se Matemática I, congregando os conteúdos de Álgebra e Geometria. Outra mudança foi a aglutinação das disciplinas Prática de Ensino de Matemática e/ou Ciências I e II, que passou a denominar-se Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado em Matemática e/ou Ciências em Escola de 1º grau. Conjectura-se que o nome dessa disciplina pode sinalizar a inserção dos alunos em salas de aula escolares em funcionamento regular.

No ano de 1991, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo, a partir da Resolução 63, aprova a plenificação de vários cursos, entre eles o de Ciências Licenciatura 1º grau. O curso passou a ter 4 (quatro) anos de duração e a nomenclatura foi alterada para curso de licenciatura Plena em Ciências: Habilitação em Biologia e Matemática. De acordo com o Regimento da FAFIA, esse curso passou a oferecer 25 (vinte e cinco) vagas para cada um no concurso vestibular. A nova distribuição de disciplinas para a Habilitação em Matemática foi assim estruturada (Quadro 13):

**Quadro 13** – Grade curricular para o curso de licenciatura plena em Ciências: Habilitação em Matemática da FAFIA no período de 1992 até 1995

(continua)

ANOS	DISCIPLINAS	ANOS	DISCIPLINAS:
1º	Biologia Geral Educação Física; <u>Estudos de Problemas Brasileiros</u> ; Física I; Química Geral; Língua Portuguesa; Matemática Básica I; Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica; Psicologia da Educação;	2º	Álgebra I; Álgebra Linear; Desenho Geométrico; Didática; Estatística Básica; Física II; Matemática Básica II; Sociologia Geral;

Fonte: Pasta de Grades Curriculares do Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 até 2000, depositados na secretária da instituição.

**Quadro 13** – Grade curricular para o curso de licenciatura plena em Ciências:  
Habilitação em Matemática da FAFIA no período de 1992 até 1995  
(conclusão)

ANOS	DISCIPLINAS	ANOS	DISCIPLINAS:
3º	Álgebra II; Cálculo Diferencial e Integral I; Filosofia da Educação; Física III; Geometria Descritiva; Língua Inglesa; Prática de Ensino de Matemática na Forma de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental;	4º	Análise Vetorial Cálculo Diferencial e Integral II; Cálculo Numérico; Estatística Aplicada à Educação; Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus; História da Matemática; Prática de Ensino de Matemática na Forma de Estágio Supervisionado no Ensino Médio.

Fonte: Pasta de Grades Curriculares do Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 até 2000, depositados na secretária da instituição.

Constata-se, pelo quadro 13, que houve a inserção de outras disciplinas de cunho matemático, como: Análise Vetorial, Cálculo Diferencial e Integral I e II, Cálculo Numérico, História da Matemática, que não apareciam nas composições curriculares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre até aqui. Essa grade curricular imprimiu um caráter mais específico para a formação de docentes em Matemática em comparação com a do quadro 12. Além disso, essa grade abria o leque para que seus concluintes lecionassem também no segundo grau. Ressalta-se que de acordo com a Lei 8.663, de 14 de junho de 1994, a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros (sublinhada no quadro 13), deixou de ser oferecida. Sendo substituída pela disciplina Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus, que foi desmembrada em Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio. Para os anos seguintes outras reformulações, como por exemplo, mudança na carga horária e nomenclatura de algumas disciplinas, foram inseridas nessa composição curricular.

Em 1997, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo, segundo a Resolução 161, retificada posteriormente pela resolução 1.025/2004 do mesmo Conselho, reconhece os cursos da FAFIA, incluindo, o curso de licenciatura Plena em Ciências: Habilitação em Biologia e Matemática. Apenas em 2003, mediante a Resolução 787 do Conselho acima citado, houve o desmembramento desse curso em duas licenciaturas distintas e sua reestruturação. Destarte, desde o início de sua

criação e implantação foi à primeira vez que a FAFIA passaria a ofertar um curso exclusivo de licenciatura em Matemática.

No que tange aos alunos que ingressavam e concluíram o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, temos apenas informação do quantitativo do período de 1992 a 2000. Visto que, no período de pesquisa na instituição, não tivemos acesso a outros dados. Os dados conseguidos foram organizados em uma tabela (Tabela 03).

**Tabela 03** – Número de alunos matriculados por série no curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 a 2000

TURMA	ANO								
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Turma de 92	25	20	14	<b>11</b>	-	-	-	-	-
Turma de 93	-	25	18	15	<b>16</b>	-	-	-	-
Turma de 94	-	-	25	21	16	<b>14</b>	-	-	-
Turma de 95	-	-	-	26	18	16	<b>15</b>	-	-
Turma de 96	-	-	-	-	25	20	16	<b>17</b>	-
Turma de 97	-	-	-	-	-	25	26	19	<b>19</b>
Turma de 98	-	-	-	-	-	-	23	24	21
Turma de 99	-	-	-	-	-	-	-	24	18
<b>TOTAL</b>	25	45	57	73	75	75	80	84	58

Fonte: Dados extraídos do livro intitulado: Estrutura Administrativa da FAFIA, depositado na secretária da respectiva instituição.

A tabela anterior, apesar de estarmos analisando um período relativamente recente, mostra que mesmo o quantitativo de alunos ingressantes não sendo numeroso, ao final de quatro anos tinha-se um número mediano de concluintes (destacados em negrito).

Acerca da formação dos professores, não temos informações conclusivas de todos os docentes. Da relação nominal obtida na FAFIA, com o nome dos docentes, período trabalhado por cada um e as disciplinas que ministraram, não há discriminação sobre suas respectivas formações. Vale ressaltar que de acordo com a análise desta relação nominal, alguns professores lecionavam disciplinas de

diferentes áreas, o que impossibilitou conhecer acerca de sua possível formação. Enquanto que, de vários outros que permaneceram na instituição, após a plenificação do curso de licenciatura Plena em Ciências Habilitação em Matemática e Biologia existem registros referentes à titulação. Obsevando esses registros, notou-se que conforme ocorrido na FAFI de Vitória e FAFI Cachoeiro, o corpo docente inicial que permaneceu até a plenificação era composto por pessoas com formação em Engenharia e Pedagogia, salvo algumas exceções.

Destarte pelo que foi exposto nesta seção a respeito dos primeiros cursos de formação superior específica de professores de Matemática em território espiritossantense, constatou-se que além do curso de Matemática oferecido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória – incorporado pela Universidade Federal do Espírito Santo –, o Estado também contou com os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” – atualmente São Camilo – e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Cursos que até hoje permanecem contribuindo na formação de professores de Matemática para atuar em diferentes níveis de ensino.

#### 5.4 EXPANSÃO DE CURSOS DE MATEMÁTICA PELO ESPÍRITO SANTO

Com o advento do século XXI, impulsionadas por medidas governamentais nacionais, a política educacional superior tem-se caracterizado pela chamada diversificação de modelo, ou seja, abre-se espaço à criação de diferentes tipos de instituições que passaram a oferecer cursos de graduação nas mais diversas áreas. Essa política possibilitou uma expansão no número de instituições de ensino superior (SAVIANI, 2010), principalmente as de caráter particular. Além disso, abriu-se caminho para a oferta de cursos por instituições de ensino a distância que, embasadas no mesmo modelo, propiciaram uma formação em nível superior nas cidades mais distantes dos pólos econômicos e de maior densidade populacional. O que conduziu a um aumento na oferta por cursos de graduação.

Assim, partir de 2000, em consonância com o modelo de política educacional vigente em território nacional, outros cursos que visavam à formação de professores de Matemática foram sendo instalados em solo espiritossantense, distribuídos por várias cidades do estado, como se visualiza no quadro 14.

**Quadro 14** <sup>85</sup> – Demonstrativo das instituições de ensino superior que ofereciam curso de Matemática no período de 2000 a 2011

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO – SIGLA	GRAU – ANO DE INÍCIO
Alegre	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre – FAFIA.	Licenciatura Plena – 2003
	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.	Licenciatura Plena – 2009
Cachoeiro de Itapemirim	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES.	Licenciatura Plena – 2010
Santa Maria de Jetibá	Faculdade da Região Serrana – FARESE.	Licenciatura Plena – 2002
São Mateus	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.	Bacharelado – 2006 Licenciatura Plena – 2009
Serra	Faculdade Capixaba da Serra – SERRAVIX .	Licenciatura Plena – 2002
Vila Velha	Instituto Superior de Educação Ateneu – ISEAT.	Licenciatura Plena – 2009
Vitória	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES.	Licenciatura Plena – 2008

Fonte: Dados coletados no site do MEC pela pesquisadora (2011).

No quadro anterior observa-se a instituição de dois cursos de licenciatura plena em Matemática, em 2002. O primeiro, oferecido pela Faculdade da Região Serrana – FARESE –, na cidade de Santa Maria de Jetibá – aproximadamente a 95 km de Vitória. Esse curso, desde então, disponibiliza 100 (cem) vagas no vestibular e é oferecido em período noturno, com duração de três anos. O segundo, da Faculdade Capixaba da Serra – SERRAVIX<sup>86</sup> –, anteriormente denominada Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira (CESAT), foi iniciado no mesmo ano. Com duração de sete períodos, esse curso no vestibular oferecia 50 (cinquenta) vagas para o turno matutino e 50 vagas para o noturno. Dessas duas instituições de caráter particular

<sup>85</sup> Um quadro mais completo a respeito desses cursos encontra-se no APÊNDICE A.

<sup>86</sup> Atualmente sob a denominação de Faculdade MULTIVIX da Serra.



apenas a FARESE continua ofertando o curso de Matemática, pois, segundo informações da Coordenadoria da Faculdade SERRAVIX, a última turma do curso de Matemática formou-se em 2011.

O curso de licenciatura na FAFIA, em Alegre foi acrescentado no quadro, devido a respectiva instituição de ensino superior passar a oferecer licenciatura plena em Matemática apenas a partir de 2003, pois, antes desse período, o curso denominava-se licenciatura em Ciências, e, habilitava para duas áreas: Matemática e Biologia. Esse curso atualmente tem duração de três anos, sendo ofertado em período noturno e oferecendo 50 vagas no concurso vestibular. Além disso, em 2009, a cidade de Alegre também passou a contar com um curso público de licenciatura plena em Matemática, oferecido por um dos Centros que compõem a Universidade Federal do Espírito Santo, a saber: o Centro de Ciências Agrárias. Essa graduação com duração de quatro anos em período noturno ofertava 45 (quarenta e cinco) vagas no concurso vestibular. Atualmente, os dois cursos continuam em funcionamento com as respectivas denominações.

A partir 2006, houve a suspensão dos vestibulares para o Pólo Universitário de São Mateus. Como se mencionou anteriormente, esse Pólo era uma unidade descentralizada da UFES, que foi instalada no norte do Estado, desde 1991, cujo objetivo era constituir a formação de recursos humanos à área do magistério. Mas, com a criação do Centro Universitário Norte do Espírito Santo em 2005 – CEUNES–, o Pólo Universitário foi subordinado a esse Centro até a conclusão de suas últimas turmas em 2010. A partir de 2006, esse Centro passou a oferecer vestibular para o curso de bacharelado em Matemática, e em 2009, o curso de licenciatura voltou a ser ofertado no vestibular. Para o bacharelado e a licenciatura são oferecidas 50 (cinquenta) vagas em cada. Ambos os cursos têm duração de quatro anos, sendo que, enquanto o bacharelado é ofertado em período integral a licenciatura é reservada para o período noturno.

A cidade de Vila Velha a aproximadamente 8 km da Capital, também implantou um curso de licenciatura em Matemática. Esse curso pertence ao Instituto Superior de Educação Ateneu, outra instituição que em 2009 passou a ofertar esse tipo de

formação em período noturno, que por sua vez tem duração de quatro anos e oferta 80 (oitenta) vagas no vestibular.

Além da Universidade Federal do Espírito Santo e de instituições particulares, o Instituto Federal do Espírito Santo, a partir de 2008 passou a ofertar curso de licenciatura em Matemática. O primeiro criado e implantado no Campus de Vitória, em período diurno, oferecia 40 (quarenta) vagas. Posteriormente, em 2011, esse curso passou a ser ofertado em período noturno oferecendo o mesmo quantitativo de vagas. Além deste, o Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Cachoeiro de Itapemirim, em 2010 passou a ofertar, também, em período noturno, e com mesma quantidade de vagas, uma licenciatura equivalente.

Destarte, diferente do que ocorreu até o início de 2000, quando a formação específica de professores de Matemática resumia-se a quatro cursos de graduação em todo estado do Espírito Santo<sup>87</sup>, no período de expansão, esse número atinge um total de dez cursos de formação presencial específica<sup>88</sup>. Sendo que desse total, seis são de graduações novas, implantadas na primeira década do século XXI. Uma expansão que não se limitava ao curso de Matemática no Espírito Santo, mas, que acompanhava uma tendência nacional de ampliação em vários níveis de ensino, como descreveu Saviani et al. (2006, p.51), ao afirmarem que, “[...] enquanto a população global quadruplicou, a matrícula geral [de alunos nos diversos níveis de ensino em território brasileiro] aumentou vinte vezes”. Entretanto, é importante salientar que apesar desse panorama de implementação crescente no número de cursos de nível superior, incluindo as licenciaturas, os cursos de formação específica de professores de Matemática no Espírito Santo, por diferentes tipos de instituições, continuaram em déficit. Pois, essa oferta permaneceu não atendendo à demanda requerida pela educação básica.

---

<sup>87</sup> Sendo um curso em cada cidade, a saber: São Mateus (no norte), Vitória (capital), Cachoeiro de Itapemirim e Alegre (no sul).

<sup>88</sup> É importante relembrar que esta pesquisa só mencionou os cursos de formação específica de professores de Matemática de caráter presencial, visto que, os cursos à distância com a mesma finalidade não apresentavam uma regularidade em sua oferta. Se fossem contabilizados neste trabalho, o quantitativo de cursos com o mesmo objetivo seria maior.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, antes de tecer quaisquer considerações acerca deste trabalho, é importante que o leitor lembre-se que para entrelaçar esta composição histórica, foram utilizadas diferentes perspectivas. Perspectivas que não foram oriundas apenas da análise dos documentos, mas que foram vivenciadas por vários sujeitos, sob posições diversas. Ao escrever a história registrada nesta pesquisa, não houve preocupação em apresentá-la em uma ordem sequencial, progressiva e linear, mas sim, através de uma organização que privilegiasse uma compreensão ampliada do momento descrito, que oportunizasse mesclar as interpretações proporcionadas pelos documentos e entrevistas. Pois, como advoga Bloch (2011, p. 83) “[...] se trata não mais de coisas passadas, mas de fenômenos estudados em movimento [...]”.

Desde as primeiras páginas desta pesquisa, já se delineava que analisar historicamente como se constituiu o processo de criação e consolidação dos cursos específicos em nível superior de formação de professores de Matemática do/no Espírito Santo de 1964 a 2000 era o objetivo central deste trabalho. Nesse sentido, o uso dos procedimentos metodológicos engendrados com as entrevistas, permitiu que ele fosse alcançado. Essa interpretação/análise de documentos e entrevistas de sujeitos que vivenciaram esse período possibilitou o preenchimento de algumas lacunas e o entendimento do contexto da época. Ao mesmo tempo, evidenciou outros aspectos e sujeitos, que ainda precisam ser mais investigados por meio de novas pesquisas, de maneira a possibilitar mais esclarecimentos. Pois, de acordo com Bloch (2001, p. 27), “[...] a história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas [...]”.

Em termos dos objetivos específicos, sintetizam-se algumas considerações. Acerca do contexto de criação de cursos superiores específicos de formação de professores de Matemática no Espírito Santo, embora tenha se concretizado bem mais tarde, seguiu o direcionamento que se vislumbrava nos grandes centros brasileiros. Em âmbito nacional, apesar das iniciativas em estabelecer cursos devotados à formação de docentes, especificamente, a formação de professores de Matemática ficava a cargo das Escolas Militares, Escolas Politécnicas e mesmo sob a responsabilidade

de pessoas leigas, até a década de 1930. Enquanto que, no Espírito Santo, essa característica docente se prolongou até meados de 1950, dado que, embora o Estado estivesse numa região entre os principais centros brasileiros com industrialização crescente, sua economia ainda se baseava na exportação de café, produto que nesse período estava em declínio devido à crise internacional. O que reforçava a “[...] dependência econômica [...]” e a “[...] tendência periférica [...]” espiritossantense (COUTINHO, 1993, p.84), com ressonâncias no atraso educacional.

Em âmbito nacional, uma formação específica de professores de Matemática principiou-se com a instituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934 (CUNHA, 2007a; D’AMBROSIO, 2008). Enquanto que, em território capixaba, instituições de ensino superior para formação específica de professores em diferentes áreas, só foram implantadas cerca de 20 anos depois.

Seguindo modelo nacional, na década de 1950 várias Faculdades e Escolas Superiores foram criadas no Espírito Santo, por meio de medidas governamentais. A implantação dessas instituições tinha como meta posterior a fundação de uma universidade. Entre elas, estava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI de Vitória –, uma instituição voltada para a formação de docentes. Em meados do mesmo período concretizando a meta estabelecida, foi criada a Universidade do Espírito Santo, que congregou essas Escolas Superiores e Faculdades (CUNHA, 2000). No início da década seguinte, houve um processo de federalização de diversas instituições nacionais, entre elas a Universidade do Espírito Santo, que posteriormente passou a denominar-se Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Apesar de estar federalizada constatou-se pelas entrevistas que a Universidade por aproximadamente um ano continuou dependendo do Estado para garantir sua sobrevivência. Dado que,

As “federalizações” continuaram depois de 1950, mas o Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1962 [...] opôs forte resistência a esse expediente [...] dizia que nenhuma nova “federalização” de escola superior deveria ocorrer enquanto as despesas do Governo Federal com esse grau de ensino permanecessem acima das dotações orçamentárias (CUNHA, 2007b, p.78, grifo do autor).

Em território capixaba, mostrou-se neste trabalho, que até o final do século XX, a formação específica de professores de Matemática era oferecida no Estado por apenas quatro cursos, a saber: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória, entre 1964 e 1970 – incorporada e transformada em Centro de Estudos Gerais pela UFES no processo de federalização –; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” – atualmente Centro Universitário São Camilo –, em 1969, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, a partir de 1973; e, em 1991, o curso de Matemática em São Mateus, proveniente do processo de interiorização iniciado pela Universidade Federal do Espírito Santo.

O primeiro curso de Matemática anteriormente citado foi criado em 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória, nas modalidades licenciatura e bacharelado. Quanto a essas duas modalidades, ressalta-se que a licenciatura foi a única modalidade em vigência, embora funcionasse no esquema de formação “3+1”, que dava ao curso um caráter de sub-bacharelado, visto que as disciplinas de formação de cunho pedagógico se concentravam no último ano dessa graduação. Tal dicotomia, entre as disciplinas de cunho didático-pedagógicas e as disciplinas específicas de matemática, continuou a prevalecer até o final do século XX, conforme foi apresentado neste trabalho.

Os cursos de licenciatura, nesse período, tinham um caráter quase profissionalizante, no sentido de que se esperavam egressos de atuação imediata como profissionais da educação e, não, a continuidade para uma formação acadêmica. Talvez isso designasse “o menor *status* acadêmico da atividade de *ensino* em relação à *pesquisa*, da graduação comparada à pós-graduação, da licenciatura em relação ao bacharelado [...]” (PEREIRA, 2007, p.158). O que continuou sendo vislumbrado nos cursos de Matemática que ofereciam as modalidades licenciatura e bacharelado, em termos das relações de forças que atuaram nas transformações implementadas ao longo de sua consolidação e existência.

A instituição do curso de Matemática da FAFI de Vitória congregou esforços de diferentes esferas, evidenciando-se nesse processo de criação e implantação, que os docentes e seus auxiliares eram predominantemente engenheiros, conforme se observou no item 5.1.4 desta pesquisa. Ou seja, mostra a perenidade do modelo vigente até antes da implantação de cursos específicos de formação de professores de Matemática em todo território nacional. O que conduziu à continuidade da presença de engenheiros nas salas de aula de Matemática nos diferentes níveis. Visto que, os cursos e o número de profissionais atuantes na educação, ainda eram insuficientes para atender a demanda da educação básica e superior no Espírito Santo. Conclusão esta, em consonância com resultados obtidos, por exemplo, em Pereira (2007) para licenciaturas do estado vizinho de Minas Gerais.

Em especial, entre os primeiros docentes que se envolveram para que o curso fosse implantado, destacam-se: Hilton Dei Guadagnin (Engenheiro), José Manuel da Cruz Valente (Bacharel e Licenciado em Matemática) e Myrtha Salloker Fayet (Bacharel e Licenciada em Matemática). Esta citada professora é reconhecida pelos entrevistados desta pesquisa, como uma pessoa de destaque não somente na criação e desenvolvimento do curso de Matemática na FAFI de Vitória, mas também, nas transformações para sua incorporação na UFES. Nos anos seguintes, o curso foi fortalecido pela entrada no corpo docente de ex-alunos e professores com mestrado em Matemática, servindo para efetivação da modalidade bacharelado na graduação em Matemática, até então não contemplada, mesmo sendo criada desde 1965.

Acerca os discentes participantes nos anos iniciais desse curso, observou-se que o número de alunos concluintes foi pequeno desde sua implantação; visto que, como descrito em algumas entrevistas, o curso de Matemática também servia como trampolim para outras graduações e aprovações em concursos. A situação de poucos concluintes continuou a ser notada, embora em menor proporção após a adoção do processo diferenciado no vestibular (processo seletivo estendido), para entrada no curso de Matemática da UFES, em 1991.

O segundo, o curso específico de formação de professores de Matemática foi estabelecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José” (FAFI Cachoeiro), na cidade de Cachoeiro do Itapemirim. Uma instituição particular que ofereceu uma habilitação em Ciências, que objetivava a formação de docentes para atuar nas escolas de 1º grau lecionando Matemática e/ou Ciências. Nessa instituição, como também ocorreu na UFES nos primeiros anos de implantação, poucos docentes tinham habilitação específica para a docência de Matemática, e, à medida que as turmas se formavam, ex-alunos eram convidados a lecionar. Destaca-se ainda que, diferente do curso oferecido pela UFES em período diurno, a graduação da FAFI Cachoeiro era em período noturno, sinalizando para uma tendência que se concretiza na maioria das instituições que posteriormente oferecem curso de licenciatura em Matemática em território capixaba, até hoje (conforme mostrado no quadro do APÊNDICE A).

As ressonâncias da tendência de criação de cursos de licenciatura noturnos, também são advindas do cenário nacional, possivelmente devido a duas principais questões: a facilidade de acesso a um curso superior devido a menor concorrência, se comparada àquela presenciada em cursos tradicionais – Medicina, Direito e Engenharia; e a parte econômica, pois, além de menor custo financeiro se confrontada a outras graduações. Uma vez que, os alunos de cursos noturnos de Matemática, geralmente buscam uma formação que propicie a facilidade de inserção no mercado de trabalho ou a continuidade nele. Um exemplo do prosseguimento dessa tendência é a alteração feita no curso de licenciatura em Matemática, pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória, de diurno para noturno poucos anos após seu início em 2008.

A licenciatura plena em Ciências da FAFI Cachoeiro foi sendo ampliada aos poucos, até ser possível ofertar o curso de licenciatura plena em Matemática. Essa formação, mesmo assim, não foi menos importante para o sul do Espírito Santo, quiçá para todo estado, que até esse período, contava apenas com um único curso de formação de professores de Matemática, inserido na Universidade Federal, em Vitória. Desse modo, a FAFI Cachoeiro contribuiu ao oferecer um curso superior que

habilitava à docência em Matemática para atender demandas advindas da própria localidade e de regiões vizinhas.

Como terceira formação específica de professores de Matemática, tem-se a criação do curso de Ciências em 1º ciclo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, em 1973. Esse curso também habilitava à docência em Ciências e/ou Matemática para escolas de 1º grau. Posteriormente, essa habilitação foi ampliada para o segundo grau, permitindo a docência em Biologia e Matemática. Somente nos primeiros anos do século XXI, essa graduação foi transformada em um curso noturno de licenciatura plena de Matemática. Destarte, aplicam-se aqui as mesmas considerações anteriores tecidas ao curso da FAFI Cachoeiro.

A partir de 1991, o quarto curso de formação específica de professores de Matemática, e, o segundo de natureza pública, foi instalado em um polo descentralizado da Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de São Mateus – ES. Oriundo de um processo de interiorização dessa universidade, essa unidade descentralizada de ensino superior, tinha como propósito a formação de magistério para atuar nas escolas de 1º e 2º graus de municípios do norte capixaba. O curso de Matemática, especificamente, foi implantado tendo a cooperação de professores do curso de Matemática da UFES de Vitória, seguindo assim, diretrizes curriculares semelhantes.

O processo de expansão a partir do século XXI evidencia que houve um incremento no quantitativo de cursos presenciais de formação específica de professores de Matemática em território espiritosantense. Mas que esse aumento, não conseguiu atender as demandas advindas do campo educacional, perpetuando assim, a presença e continuidade de outras formações na docência de Matemática nos diferentes níveis de ensino.

Assim, este estudo além de contribuir com a História da Matemática no Espírito Santo, produziu outras lacunas que precisam ser melhores investigadas, sinalizando que como aconteceu no passado, o curso de licenciatura plena em Matemática, precisa de ser olhado com mais atenção. Não apenas com o objetivo de possibilitar



a formação de profissionais para atender a carência presente em âmbito educacional e/ou como trampolim, mas, como forma de produzir uma formação específica de professores de Matemática mais voltada para os interesses escolares.

## 7 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinéte. **Textos e Contextos**: um esboço da CADES na História da Educação (Matemática). Blumenau: Edifurb, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício De Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOREL, Tatiana. **Educação, Ginástica e Educação Física**: Apropriações da Pedagogia Moderna no Espírito Santo entre as décadas de 1910 e 1930. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2012.

BORGO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: UFES, 1995.

BORTOLI, Adriana de. **História da Criação do Curso de Matemática na Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. 2003. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Campus Rio Claro, São Paulo, 2003.

BRASIL. **Carta Lei de 04 de dezembro de 1810**. Dispõe sobre a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810, Página 232 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anterioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>>. Acesso em: 07 de set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Imperial n.º 5600, de 25 de Abril de 1874**. Dispõe a respeito dos estatutos à Escola Politécnica. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=73490&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931**. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>> Acesso em: 20 de jan. 2013.

BRASIL. **Decreto n.º 34.638, de 17 de novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=145139&norma=166363>> Acesso em: 10 de set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 63.577, de 08 de novembro de 1968.** Fixa a nova estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=177189&norma=194427>> Acesso em: 25 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 66.477, de 23 de abril de 1970.** Reconhecimento dos cursos de Matemática e de Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66477-23-abril-1970-407993-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 72.165, de 02 de Maio de 1973.** Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Espírito Santo. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72165-2-maio-1973-420564-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 de out de 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 78.321, de 26 de Agosto de 1976.** Autoriza o funcionamento do curso de Ciências, licenciatura de 1º grau, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", com sede na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78321-26-agosto-1976-427201-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 78.983, de 20 de Dezembro de 1976.** Concede reconhecimento aos cursos de Pedagogia, de Letras, de Ciências e de Estudos Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre com sede na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78321-26-agosto-1976-427201-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 82.540, de 01 de Novembro de 1978.** Concede reconhecimento ao curso de Ciências, ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José" com sede em Cachoeira do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82540-1-novembro-1978-431919-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 83.900, de 27 de agosto de 1979.** Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", com sede na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212369>>> Acesso em: 30 de out. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 1.063, de 20 de janeiro de 1939.** Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3472&norma=7940>>. Acesso em: 25 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 4244, de 11 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm)>. Acesso em: 20 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 8.393, de 17 de Dezembro de 1945.** Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 8.457, de 26 de dezembro de 1945.** Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8457-26-dezembro-1945-416374-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 8.777, de 22 de Janeiro de 1946.** Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 de set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 9.092 de 26 de março de 1946.** Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9092.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9092.htm)> Acesso em: 22 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966.** Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>>. Acesso em: 22 de fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967.** Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91979&norma=117229>>. Acesso em: 22 de fev. 2013.

**BRASIL. Lei n.º 1.076, de 31 de março de 1950.** Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=80588&norma=107192>> Acesso em: 20 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 1.254, de 04 de dezembro de 1950.** Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1254.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm)> Acesso em: 20 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 1.392, de 11 de julho de 1951.** Estabelece normas para o aproveitamento de alunos excedentes, aprovados em exame de habilitação para ingresso em cursos superiores, especialmente no que se refere às escolas particulares. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=81177&norma=107756>> Acesso em: 20 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953.** Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=82251&norma=108803>> Acesso em: 20 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 3.868, de 30 de janeiro de 1961.** Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3868-30-janeiro-1961-353637-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 de fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)> Acesso em: 23 de ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 de fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)>.

Acesso em: 30 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.663, de 14 de junho de 1994.** Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica

como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1989\\_1994/L8663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.htm)>. Acesso em: 20 de set. 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTcz/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NzM5/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, formação pedagógica. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Nzg=/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDExOA.>>>

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, licenciatura. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Nzg=/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Faculdade da Região Serrana – FARESE. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTg2Mg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Faculdade Capixaba da Serra – SERRA-VIX. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTMyNg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Instituto Superior de Educação Ateneu – ISEAT. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MjMyMA==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTgwOA==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.

CARVALHO, Janete Magalhães. **A formação do professor e do pesquisador, em nível superior, no Brasil:** análise histórica do discurso do governo e da comunidade acadêmico-científica (1945-1964). 1992. 482f. 2v. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CAVALARI, Mariana Feiteiro. **A Matemática é Feminina? Um Estudo Histórico da Presença da Mulher em Institutos de Pesquisa em Matemática do Estado de São Paulo.** 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Campus Rio Claro, São Paulo, 2007.

CICLO básico da UFES. **Revista da Cultura UFES.** Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, v. 3, n.1 e 2, p. 10-13, set. 1972.

COUTINHO, Jose Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo.** Vitória: DEC/UFES, 1993.

CUNHA, Guanair Oliveira da. **Resgate Histórico da Faculdade de Filosofia Ciências E Letras (FAFI) e sua Trajetória Político-Pedagógica na Formação de Educadores (1951 – 1971).** 2000. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

\_\_\_\_\_. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-204.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Uma história concisa da matemática no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei n.º 550, de 07 de dezembro de 1951.** Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Diário Oficial [do Espírito Santo]. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/>>. Acesso em: 17 de jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 806, de 05 de maio de 1954.** Cria a Universidade do Espírito Santo. Diário Oficial [do Espírito Santo]. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/>>. Acesso em: 17 de jun. 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p. 17-30, 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf)>. Acessado em 22 de dez. 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; LOPES, Sonia de Castro. (Org.). **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): Um projeto além de seu tempo.** Brasília: Liber Livro, 2009.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. **A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP** – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo. 2009. 271 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico.** 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação Brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

MACMILLAN, Margaret. **Usos e abusos da história.** Tradução Carlos Duarte e Anna Duarte. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PAIM, Antonio. **A UDF a idéia de universidade.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981. Disponível em: <[http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/udf\\_ideia\\_univ.pdf](http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/udf_ideia_univ.pdf)>. Acesso em 22 jan. 2012.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder.** 2.ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha. **Resgate da Memória da Universidade Federal do Espírito Santo: a fotografia como fonte de pesquisa.** 1995. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 1995.

RAMOS, Fábio Pestana. História e Política do Ensino Superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação. **Para entender a história...**, ano 2, v. mar., s. 14/03, p. 01–17. 2011. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-politica-do-ensino-superior.html>>. Acesso em 06 jan. 2013.

SAD, Lúgia Arantes. O curso de formação de professores de matemática no Espírito Santo: uma história (1960 – 1990). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DA REGIÃO SUDESTE, 8., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo.



SAD, Lúcia Arantes. Rastros do Ensino de Cálculo Diferencial e Integral nas décadas iniciais da Academia Militar do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História da Matemática**. Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 45–67, 2011.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934**. Dispõe sobre a criação da universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>> Acesso em: 20 de fev. 2013.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: \_\_\_\_\_. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil**, 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 1930 e as primeiras universidades. In: **Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT, 2001. p. 276. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>>. Acesso em: 10 fev. de 2013.

SILVA, Circe Mary Silva da. Formação de professores e pesquisadores de matemática na faculdade nacional de filosofia. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.117, p. 103–126, nov. 2002.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, João Eudes Rodrigues. **História do ensino de engenharia no Espírito Santo: da Escola Politécnica ao Centro Tecnológico da UFES**. Vitória: EDUFES, 2010.

SILVA, Clóvis Pereira. **A matemática no Brasil: história de seu desenvolvimento**. 3.ed. rev. São Paulo: Edgar Bluncher, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

UNIVERSIDADE do Espírito Santo: criação e instalação. Vitória: [s.n.], 1954.

VALGAS, Carmen Lúcia. **Licenciatura em Matemática: aspectos históricos e curriculares da UEPG**. 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Rio Grande do Sul, 2002.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória, ES: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995. 233 p. (Coleção cultura UFES. Cultura37).

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Meio século de formação de professores: um inventário de saberes e fazeres na constituição da profissão docente no Brasil do século XIX. In: SIMÕES, R.H.S.; CORREA, R.L.T.; MENDONÇA, A.W.P.C. (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, p. 165 – 195, 2011.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

CAMARA DE ENSINO SUPERIOR (Brasil). **Parecer nº 888, de 17 de dezembro de 1968.** Parecer sobre o reconhecimento dos cursos de Matemática e Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da universidade Federal do Espírito Santo. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

CAMARA DE ENSINO SUPERIOR (Brasil). **Parecer nº 547, de 06 de agosto de 1969.** 1969. Reconhecimento dos Cursos de Matemática e Ciências Biológicas – Cumprimento de diligências. Baixa nova diligências. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, Galeria de imagens do. Vitória. **Prédio onde encontra-se instalado o Colegiado de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória.** Disponível em: <<http://www.quimica.vitoria.ufes.br/content/colegiado>>. Acesso em: 02 de set. 2013.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, Galeria de imagens do. Vitória. **Prova de Português dos primeiros exames vestibulares da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - 06/08/1953.** 1953. Disponível em: <<http://www.cchn.ufes.br/content/galeria-de-imagens>>. Acesso em: 30 de ago. 2013.

CENTRO DE ESTUDOS MATEMÁTICOS, Vitória. **Currículo minucioso das diversas cadeiras que compõe o curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES.** Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Prova de matemática do 1º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática, 1965.** Questões de Vestibular: Vestibulares ao curso de Matemática da F.F.C.L – U.F.E.S. de 1965 a 1969. 1969. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Prova de matemática do 2º Concurso de Habilitação para o curso de Matemática, 1965.** Questões de Vestibular: Vestibulares ao curso de Matemática da F.F.C.L – U.F.E.S. de 1965 a 1969. 1969. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Questões de Vestibular:** Vestibulares ao curso de Matemática da F.F.C.L – U.F.E.S. de 1965 a 1969. 1969. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

CURSO DE MATEMÁTICA, Alegre. **Grade curricular do curso de Ciências 1º ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1973 a 1976.** Anexadas a pasta intitulada: “Grades Curriculares de 1973 a 1996 - FAFIA”, depositadas na secretária da instituição. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. **Grade curricular do curso de Ciências 1º ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1977 a 1986.** Anexadas a pasta intitulada: “Regimento interno do período de 1977 até 1986 da FAFIA”,

depositadas na secretária da instituição. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

**CURSO DE MATEMÁTICA, Alegre. Grade curricular do curso de licenciatura Plena em Ciências: Habilitação em Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 a 1995.** Anexadas a pasta intitulada: "Regimento interno do período de 1992 até 2000 da FAFIA", depositadas na secretária da instituição. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. **Número de alunos matriculados por série no curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, no período de 1992 a 2000.** Anexadas a pasta intitulada: "Estrutura Administrativa da FAFIA", depositadas na secretária da instituição. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

**CURSO DE MATEMÁTICA, Cachoeiro de Itapemirim. Grade curricular do curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", em 1969.** Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Grade curricular do curso de Ciências para o 1º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", no período de 1973 a 1989.** Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Grade curricular do curso de Ciências Habilitação: Matemática de 2º grau da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", no período de 1975 a 1976.** Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

**CURSO DE MATEMÁTICA, Vitória. Currículo para o curso de Matemática.** Anexado junto ao Ofício nº 6/67, de 28 de dezembro de 1966. Ofício de solicitação de reconhecimento do curso de Matemática e Ciências Biológicas do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Décio Neves da Cunha, para o Ministro de Educação e Cultura. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Diário da disciplina de Análise Matemática da 1ª turma do curso de Matemática de 1965, 1965.** Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Grade curricular do curso de Matemática de 1985.** 1985. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

\_\_\_\_\_. **Grade curricular do curso de Matemática de 1991.** 1991. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da UFES, em Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 1º Ano do Curso de Matemática, no período de 1965 a 1971, n.º 64:** relação de alunos com as notas respectivas dos exames finais e de 2º época, matriculados na 1ª ano do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, no período de 1965 até 1971. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

**CURSO DE MATEMÁTICA, Vitória. Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 2º ano do Curso de Matemática, no período de 1966 a 1972, n.º 69:** relação de alunos com as notas respectivas dos exames finais e de 2º época, matriculados na 2ª ano do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, no período de 1966 até 1972. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 3º Ano do Curso de Matemática, no período de 1967 a 1973, n.º 73:** relação de alunos com as notas respectivas dos exames finais e de 2º época, matriculados na 3ª ano do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, no período de 1967 até 1973, da Faculdade. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas de Notas de Exames Finais e de 2ª Época do 4º Ano do Curso de Matemática, no período de 1967 a 1973, n.º 77:** relação de alunos com as notas respectivas dos exames finais e de 2º época, matriculados na 4ª ano do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES, no período de 1968 até 1973. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de inscrições para o vestibular do curso de Matemática n.º 56:** dados pessoais dos inscritos nos concursos de habilitação para o curso de Matemática, no período de 1965 até 1971. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de matrícula dos alunos da 1ª série do Curso de Matemática n.º 58:** dados pessoais dos estudantes matriculados na 1ª série do Curso de Matemática, no período de 1965 até 1971. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de matrícula dos alunos da 2ª série do Curso de Matemática n.º 63:** dados pessoais dos estudantes matriculados na 2ª série do Curso de Matemática, no período de 1966 até 1972. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de matrícula dos alunos da 3ª série do Curso de Matemática n.º 14:** dados pessoais dos estudantes matriculados na 3ª série do Curso de Matemática, no período de 1967 até 1973. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Livro de matrícula dos alunos da 4ª série do Curso de Matemática n.º 72:** dados pessoais dos estudantes matriculados na 4ª série do Curso de Matemática, no período de 1968 até 1973. Arquivo do Colegiado de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CURSO DE MATEMÁTICA, Vitória. **Observações do quadro de exames vestibulares do curso de Matemática, 1969.** Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria n.º 20, de 08 de janeiro de 1982. Reconhece as habilitações do curso de Ciências da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "Madre Gertrudes de São José", Espírito Santo. **Diário Oficial [do Espírito Santo]**. Vitória, 12 de jan. 1982. Seção 1, p.449. Arquivo da Faculdade São Camilo Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, Cachoeiro de Itapemirim. **Decreto nº 65.768, de 2 de Dezembro de 1969.** Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Madre Gertrudes," de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Arquivo da Faculdade São Camilo Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, Vitória. **Ofício n.º 6/67, de 28 de dezembro de 1966.** Ofício de solicitação de reconhecimento do curso de Matemática e Ciências Biológicas do diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Décio Neves da Cunha, para o Ministro de Educação e Cultura. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Exposição de motivos, 1965.** Descreve os motivos para criação do curso de Matemática e Ciências Biológicas. Livro de 1965, Tomo I, p.113. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

\_\_\_\_\_. **Ato n.º 5/64, de 23 de outubro de 1964.** Institui e regula o funcionamento dos cursos de licenciatura e bacharelado de Matemática e Ciências Biológicas, em uma sessão do Conselho Universitário da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, em 10 de novembro de 1964. Livro de 1965, Tomo I, p.114-117. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Diretoria do Ensino secundário, Brasília. **Carteira da CADES, 1966.** Acervo pessoal de Taciano Fernandes Corrêa, Vitória.

RECORTE DE JORNAL, Alegre. Decreto 609, de 01 de outubro de 1971. Regulamenta a Lei que dispõe sobre a criação e funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, na modalidade de Autarquia Municipal, e dá outras providências. **O ALEGRENSE**, Alegre, 03 de out. de 1971. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Lei nº 658, de 02 de janeiro de 1967. Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, sob o regime de Autarquia Municipal. **O ALEGRENSE**, Alegre, 18 de jan de 1967. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Lei nº 667, de 31 de janeiro de 1967. Cria a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, e dá outras providências. **O ALEGRENSE**, Alegre, 31 de jan de 1967. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

RECORTE DE JORNAL, Alegre. Lei nº 1.037, de 16 de setembro de 1967. Altera disposições da Lei municipal 667, de 31/01/1967 que criou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, e dá outras providências. **O Alegrense**, Alegre, 18 de set de 1967. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 179, de 12 de janeiro de 1967. Nomeia um Administrado e um Conselheiro Fiscal. **O Alegrense**, Alegre, 12 de jan de 1967. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_; CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Espírito Santo). Resolução CEE n.º 04/73, de 08 de fev. de 1973. Autoriza o funcionamento dos Cursos de Pedagogia (Licenciatura plena), Ciências (1º Ciclo), Estudos Sociais (1º Ciclo) e Letras: Português-Inglês (1º Ciclo), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. **Diário Oficial [do Espírito Santo]**. Vitória, 16 de fev. 1973. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Resolução CEE n.º 63, de 30 de dezembro de 1991. Aprova a plenificação dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre – ES. **Diário Oficial [do Espírito Santo]**. Vitória, 27 de mar. 1992. p.42 – 43. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Resolução CEE n.º 787/2003, de 07 de abril de 2003. Aprova a reestruturação dos cursos de Licenciatura Plena oferecidos pela FAFIA. **Diário Oficial [do Espírito Santo]**. Vitória, 05 de jun. 2003. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

\_\_\_\_\_. Resolução CEE n.º 1025/2004, de 20 de setembro de 2004. Retifica a Resolução CEE n.º 161/97, publicada no Diário Oficial de 30.10.97. **Diário Oficial [do Espírito Santo]**. Vitória, 07 de out. 2004. p.7. Arquivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, Alegre.

RECORTE DE JORNAL, Vitória. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **A Gazeta**, Vitória, 14 de jun. 1953. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **A Gazeta**, Vitória, 19 de jun. 1953. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora.

RELATÓRIO, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”. **Histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, em 1966**. 1966. Arquivo da Faculdade São Camilo Espírito Santo em Cachoeiro de Itapemirim.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória. **Resolução n.º 05/82, de 28 de maio de 1982**. Resolução do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo resolve desdobrar o Departamento de Matemática e Estatística. Acervo pessoal de Lígia Arantes Sad, Vitória.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. **Modelo da carteira do curso de Didática, 1953.** Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo. **Anuário de 1963 - 1964, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae".** 1964. Acervo pessoal de Myrtha Salloker Fayet doado a pesquisadora, Vitória.

VALENTE, José Manuel da Cruz. **Considerações sobre a nova estrutura da UFES.** 1968. 16p. Artigo em que o autor trata de questões acerca da estrutura universitária de 1966. Acervo pessoal de José Manuel da Cruz Valente. Não foi publicado.

VITÓRIA, Arquivo Geral de. **Prédio do antigo Grupo Escolar Gomes Cardim, atual FAFI, na esquina da Av. Jerônimo Monteiro com a Rua Barão de Itapemirim.** 1940. Disponível em: <  
[http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/contexto.asp%C2%BFNOME\\_ARQUIVO=agv0407.html](http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/contexto.asp%C2%BFNOME_ARQUIVO=agv0407.html)> Acesso em: 30 de ago. 2013.

## ENTREVISTAS

BORGES, Luiz Henrique Penedo Leão. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 01 nov. 2011.

COELHO, Handuma Hermely Elias. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, jul. 2013.

CORRÊA, Taciano Fernandes. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 20 out. 2011.

COSTA, Eliezer Arantes da. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 10 nov. 2011.

D'ÁVILA, Nelson Luiz Piôto. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 14 out. 2011.

DEI GUADAGNIN, Hilton. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, jul. 2013.

FAYET, Myrtha Salloker. Entrevista concedida a Circe Mary Silva da Silva, Vitória, 2007.

MERIGUETI, José. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 27 out. 2011.

SOSSAI, Arnaldo. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, jul.2013.

VALENTE, José Manuel da Cruz. Entrevista concedida a Marina Gomes dos Santos, Vitória, 11 out. 2011.

## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A – Quadro demonstrativo das instituições de ensino superior por ano de início de funcionamento (município, grau, turno, vagas, periodicidade e carga horária mínima) que criaram curso superior específico de Matemática, desde 1965 a 2011<sup>89</sup>**

(continua)

<b>Município</b>	<b>Instituição – Sigla</b>	<b>Grau – Data de início do funcionamento do curso</b>	<b>Horário/ Nº de vagas ofertadas</b>	<b>Periodicidade (integralização) - Carga Horária Mínima</b>
Vitória	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES <sup>90</sup>	Bacharelado - 05/01/1965	Integral: 50	Semestral (8.0) - 2985 horas
		Licenciatura - 05/01/1965	Integral: 50	Semestral (8.0) - 2985 horas
		Licenciatura - 05/01/1991	Noturno <sup>91</sup>	Semestral (6.0) - 2825 horas
Cachoeiro de Itapemirim	Centro Universitário São Camilo - São Camilo - ES <sup>92</sup>	Licenciatura - 08/02/1999	Noturno: 40	Semestral (6.0) - 3000 horas
Alegre	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre – FAFIA <sup>93</sup>	Licenciatura - 01/01/1976 (*)	Noturno: 50	Semestral (6.0) - 3020 horas
		Licenciatura em Formação Pedagógica em Matemática - 01/07/2003	Noturno: 50	Anual (1.0) - 660 horas

Fonte: Dados coletados no site do MEC pela pesquisadora (2011).

(\*) A Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre mantém um curso de licenciatura plena em Ciências desde 1976. Esse curso habilitava na docência de Ciências e Matemática para o 1º grau. Um curso exclusivo e específico de formação de professores de Matemática, conforme indica o site do e-MEC, principiou-se apenas em 2003.

<sup>89</sup> Quadro elaborado pela pesquisadora, a partir de dados coletados no site do MEC. A pesquisa foi feita considerando as variáveis: curso de matemática, estado do Espírito Santo, modalidade presencial e grau licenciatura e bacharelado. No quadro construído, não foram contempladas as instituições que oferecem ou ofereceram cursos não-presenciais de matemática no estado. Tal fato, devido à inconstância na oferta do mesmo.

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTcz/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

<sup>91</sup> Sem informação sobre a quantidade de vagas que eram disponibilizadas. O curso encontra-se em processo de extinção de acordo com o site do MEC.

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NzM5/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Nzg=/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDExOA.>>> e <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Nzg=/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

**APÊNDICE A – Quadro demonstrativo das instituições de ensino superior por ano de início de funcionamento (município, grau, turno, vagas, periodicidade e carga horária mínima) que criaram curso superior específico de Matemática, desde 1965 a 2011**

(continuação)

<b>Município</b>	<b>Instituição – Sigla</b>	<b>Grau – Data de início do funcionamento do curso</b>	<b>Horário/ Nº de vagas ofertadas</b>	<b>Periodicidade (integralização) - Carga Horária Mínima</b>
Santa Maria de Jetibá	Faculdade da Região Serrana – FARESE <sup>94</sup>	Licenciatura - 18/02/2002	Noturno: 100	Anual (3.0) - 2550 horas
Serra	Faculdade Capixaba da Serra – SERRAVIX <sup>95</sup>	Licenciatura - 05/08/2002	Matutino: 50 Noturno: 50	Semestral (7.0) - 3040 horas
Vila Velha	Instituto Superior de Educação Ateneu – ISEAT <sup>96</sup>	Licenciatura - 08/08/2005	Noturno: 80	Semestral (8.0) - 3080 horas
São Mateus	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES <sup>97</sup>	Bacharelado - 07/08/2006	Integral: 50	Semestral (8.0) - 2400 horas
Vitória	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Espírito Santo – Ifes	Licenciatura - 01/04/2008	Matutino: 40	Semestral (8.0) - 2900 horas <sup>98</sup>
São Mateus	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Licenciatura - 01/08/2009	Noturno: 50	Semestral (8.0) - 3000 horas

Fonte: Dados coletados no site do MEC pela pesquisadora (2011).

<sup>94</sup>Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTg2Mg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

<sup>95</sup>De acordo com a informação obtida junto a coordenadoria do curso de matemática da instituição Serravix, a última turma do curso de matemática formou-se em 2011. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTMyNg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

<sup>96</sup>Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MjMyMA==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

<sup>97</sup>Localizado no município de São Mateus, no norte do Estado, o Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) é uma unidade de ensino descentralizada da UFES. O CEUNES abriga 14 cursos de graduação, um curso de Pós Graduação, 3 cursos de mestrado.

<sup>98</sup>O curso se encontra em processo de extinção. Segundo informação fornecida pelo coordenador do curso, passou-se a oferecer vestibular para o período noturno, devido a especificidade da demanda.

**APÊNDICE A – Quadro demonstrativo das instituições de ensino superior por ano de início de funcionamento (município, grau, turno, vagas, periodicidade e carga horária mínima) que criaram curso superior específico de Matemática, desde 1965 a 2011**

(conclusão)

<b>Município</b>	<b>Instituição – Sigla</b>	<b>Grau – Data de início do funcionamento do curso</b>	<b>Horário/ Nº de vagas ofertadas</b>	<b>Periodicidade (integralização) - Carga Horária Mínima</b>
Alegre	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES <sup>99</sup>	Licenciatura - 01/08/2009	Noturno: 45	Semestral (8.0) - 3000 horas
Cachoeiro de Itapemirim	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Espírito Santo – Ifes <sup>100</sup>	Licenciatura - 01/03/2010	Noturno: 40	Semestral (8.0) - 2805 horas
Vitória	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Espírito Santo – Ifes	Licenciatura - 28/02/2011	Noturno: 40	Semestral (8.0) - 2900 horas

Fonte: Dados coletados no site do MEC pela pesquisadora (2011).

<sup>99</sup> O curso de matemática em Alegre está inserido no Centro de Ciências Agrárias (CCA). Este Centro é uma unidade de ensino descentralizada da UFES, localizado no município de Alegre, no Sul do Estado, a 196 quilômetros da Capital, onde funcionam 17 cursos de graduação, 3 mestrados e um doutorado.

<sup>100</sup> Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTgwOA==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MzY=>>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

## **APÊNDICE B – Modelo do questionário utilizado nas entrevistas**

### **QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS**

- 1)** Qual é seu nome?
- 2)** Em que campo profissional já atuou ou atua?
- 3)** Conte sobre sua formação. (Por qual curso optou?, Em que ano começou?, Qual foi a faculdade?, Em que ano terminou?, Como era composta sua turma?)
- 4)** Como era a composição da grade curricular do seu curso?
- 5)** Quem eram os professores (as) e quais respectivas disciplinas que lecionavam?
- 6)** Qual (is) eram os livros usados em sua graduação?
- 7)** Qual (is) disciplina (s) a professora Myrtha lecionou para o (a) Senhor (a)?
- 8)** Conte pouco sobre a professora Myrtha.
- 9)** Existe algum caderno, livro, fotos, provas ou qualquer outro documento dessa época?

**APÊNDICE C – Modelo do termo de autorização utilizado para as entrevistas**

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, fui entrevistado (a) por Marina Gomes dos Santos, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, a respeito da história do curso superior de formação de professores de Matemática no Espírito Santo.

Após ter lido o texto desta entrevista transcrita e colocada no formato de questionário (**entrevista**) e, por estar em pleno acordo com seu conteúdo, autorizo a divulgação total ou parcialmente em seu trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Além disso, estou de pleno acordo de que todas as imagens ou documentos por mim concedidos podem ser publicados total ou parcialmente em seu trabalho de mestrado e/ou em trabalhos posteriores a critério da pesquisadora.

---

**(Assinatura do Entrevistado)**